

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

DANIEL DO NASCIMENTO

**MULHERES ASSENTADAS E TRABALHO:
ESTUDO DE CASO NA AGROINDÚSTRIA MÃOS NA MASSA, NO
ASSENTAMENTO SINO EM NOVA SANTA RITA, RS**

Porto Alegre

2020

DANIEL DO NASCIMENTO

**MULHERES ASSENTADAS E TRABALHO:
ESTUDO DE CASO NA AGROINDÚSTRIA MÃOS NA MASSA, NO
ASSENTAMENTO SINO EM NOVA SANTA RITA, RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a Dra. Fabiana Thomé da Cruz

**Porto Alegre
2020**

CIP - Catalogação na Publicação

Nascimento, Daniel do

Mulheres assentadas e trabalho: estudo de caso na agroindústria mãos na massa, no assentamento sino em Nova Santa Rita, RS / Daniel do Nascimento. -- 2022. 123 f.

Orientadora: Fabiana Thomé da Cruz.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Agroindústria. 2. Mulheres rurais. 3. Divisão sexual do trabalho. 4. Assentamentos de reforma agrária. I. Cruz, Fabiana Thomé da, orient. II. Título.

DANIEL DO NASCIMENTO

**MULHERES ASSENTADAS E TRABALHO:
ESTUDO DE CASO NA AGROINDÚSTRIA MÃOS NA MASSA, NO
ASSENTAMENTO SINO EM NOVA SANTA RITA, RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento rural.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra Fabiana Thomé da Cruz – Orientadora - PGDR -UFRGS

Profa. Dra. Jaqueline Sgarbi Santos - UNILAB

Profa Dra Daniela Dias Kuhn - PGDR – UFRGS

Profa. Dra Marta Julia Marques Lopes - UFRGS

Para as mulheres que fazem parte da minha trajetória.

Às mulheres trabalhadoras da agroindústria Mãos na Massa, para que continuem quebrando paradigmas e avançando no caminho da plena emancipação.

AGRADECIMENTOS

Chega a fase final de um longo processo de trabalho, que inicia antes mesmo da aprovação para o mestrado. Nesta trajetória, muitas foram as decisões e muitas foram as pessoas que estiveram ao meu lado, acalentando, apostando, compartilhando conhecimentos, vivendo mudanças e dando suporte emocional e intelectual.

Chega aquele momento, portanto, de demonstrar a gratidão, pois sem essas pessoas que serão citadas e inúmeras outras a conclusão desta dissertação não seria possível.

Primeiramente agradeço aos meus incentivadores, antes mesmo de ter sido aprovado para a seleção de mestrado, sendo eles: Fernando Fernandes, Juliane Soares Ribeiro, Diana Daros e Vanessa Gonçalves Dias.

A minha família que sempre esteve comigo em todas as decisões que precisei tomar não só durante o curso, mas na vida, me apoiando e servindo de suporte para que eu alcançasse meus objetivos.

A minha grande amiga e irmã Bruna Valsoler, com quem divido casa, tarefas e angústias, por me entender nos momentos de descontentamento, por ser minha entusiasta e meu suporte diário.

As queridas companheiras Joraci e Sandra Rodrigues minhas interlocutoras principais na pesquisa, que abriram o caminho para eu chegar até o campo, se mostrando sempre disponíveis.

As interlocutoras da pesquisa, mulheres da agroindústria Mãos na Massa, por estarem disponíveis em me receber, compartilhar suas histórias, conhecimentos e conferir confiança a mim.

As *meninas* do grupo de orientação, por sempre acreditar no meu trabalho, incentivar, dialogar e também pelas trocas de conhecimentos, estudo e apoio também sentimental, são elas Marilene Cassel Bueno, Helena de Lima Muller, Jaqueline Patrícia Silveira e Sarita Santos.

A minha orientadora Fabiana Thomé da Cruz, a quem dedico minha infinita gratidão, que com seu jeito humano e sensível de perceber, orientar e entender as singularidades postas neste processo, conseguiu transformar os momentos de aflições também em conhecimento, acreditando no meu progresso e me incentivando a cada dia.

Agradeço também ao PGDR pelo acolhimento que faz os estudantes se sentirem parte do processo, parte desta família da pós-graduação, se mostrando um programa com diferencial sobretudo pela forma de condução do curso e pela preocupação com a evolução dos estudantes em primeiro lugar.

A minha turma de mestrado que se mostrou presente, em que o coleguismo vai para além da sala de aula e certamente o companheirismo e amizade construída seguirá.

Aos professores com que tive o privilégio de aprender e compartilhar momentos.

A banca da examinadora formada pelas incríveis professoras Marta Julia Marques Lopes (UFRGS), Daniela Dias Kuhn (UFRGS) e Jaqueline Sgarbi Santos (UNILAB), por aceitarem e contribuírem para a construção do conhecimento e para o amadurecimento desta dissertação.

As amizades que ganhei neste processo que levarei para toda a vida.

Estiveram neste processo final um grupo de amigos que me reconectei no período de pandemia, uma vez que precisei voltar ao interior na casa dos meus pais, que fizeram os dias se tornarem mais leves e vibrantes, são eles Jordan, DeJane e Camila.

“Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre ir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar, porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é decidir.”

(Cora Coralina)

RESUMO

Os trabalhos realizados por mulheres do meio rural historicamente foram tratados como trabalhos ligados ao espaço reprodutivo, doméstico e de cuidado, mantendo-se na subalternidade e configurando-se como *ajuda*, trabalho voluntário e sem direito a renda. Dentre as alternativas para conferir visibilidade e renda às mulheres rurais e, de modo especial, às assentadas da reforma agrária, cabe destacar o processo de agroindustrialização nos espaços de assentamentos de reforma agrária, que se circunscreve como espaço de trabalho para as mulheres assentadas, a fim de envolvê-las no processo produtivo e conferir-lhes renda. A criação de espaço de participação das mulheres foi defendida pelo conjunto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que procurou auxiliar e fortalecer grupos de mulheres nos assentamentos com o intuito de organizar a produção e gerar renda. Para analisar esse contexto, a presente pesquisa toma como estudo de caso a agroindústria Mãos na Massa, localizada no Assentamento Sino, em Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A pesquisa, realizada por meio de entrevistas realizadas com todas as mulheres integrantes da agroindústria e por meio de visitas à unidade de produção, evidencia o contexto de uma agroindústria formada apenas por mulheres que atuam em todas as etapas produtivas. Os dados da pesquisa apontam para a construção de nova racionalidade em relação ao trabalho da mulher no campo, o que se evidencia por meio do trabalho coletivo, de espaço de socialização entre mulheres, que proporciona novas relações sociais e, ainda, de mudanças em relação à unidade familiar, especialmente por meio do reconhecimento, valorização financeira das mulheres e revisão da divisão sexual do trabalho doméstico. Entretanto, os dados da pesquisa evidenciam que, embora tenha havido importantes mudanças em relação à divisão sexual do trabalho e, de modo mais amplo, no que se refere às relações de gênero, muitas dinâmicas patriarcais e desigualdades de gênero se mantêm presentes no ambiente familiar e do assentamento.

Palavras chave: Agroindústria. Mulheres rurais. Divisão sexual do trabalho. Assentamentos de reforma agrária.

ABSTRACT

Work done by women in rural spaces was always treated as work related to the reproductive space, domestic work and care work, maintaining itself in subalternity and becoming *help*, volunteer work and without right to income. Among the alternatives to give visibility and income to rural women, and especially, to those living in settlements of the agrarian reform, it is necessary to highlight the process of agrindustrialization in the spaces of the settlements of the agrarian reform. These are spaces of work for women on settlements, as they involve them in the productive process and provide them with income. The creation of the space of participation of the women was supported by the entire Landless Rural Workers' Movement (MST), that sought to assist and strengthen groups of women on the settlements with the aim of organizing production and generating income. To analyze this context, this paper will take as a case study, the agroindustry of *Mãos na Massa* (Hands in the dough), located on the Sino Settlement, in Nova Santa Rita, in the metropolitan region of Porto Alegre, Rio Grande do Sul. The investigation, done through interviews carried out with all of the women that are part of the agroindustry and through visits to the facility, shows the existence of an agroindustrial facility created only by women who work in all of the productive stages. The research data also points to the creation of a new rationality with regards to women's work in the countryside, which shows that through collective work, a space of socialization among women, new types of social relationships are formed and further shows that changes occur in the relationship to the family unit, especially through recognition and financial valorization of women and a revision of the sexual division of domestic work. However, the data of the research also shows that, while there have been many important changes with regards to the sexual division of work, and in a more general way, in what is referred to as gender relations, many patriarchal dynamics and gender inequalities are still present in the family environment and within the settlement.

Key words: Agroindustry. Rural women. Sexual division of work. Settlements of agrarian reform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Prédio da agroindústria Mãos na Massa	32
Figura 2: Produtos de característica colonial produzidos para venda na feira.	67
Figura 3: Produção de <i>Cueca-virada</i>	68
Figura 4: Rótulo de um dos produtos produzidos na Agroindústria Mãos na Massa.	78
Figura 5: Trabalho no interior da agroindústria	81
Figura 6: Carregamento de caixas para entrega da produção.	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATES	– Programa de Assessoramento Técnico, Social e Ambiental
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COOPAT	– Cooperativa de Assentados de Tapes - RS
COOPTEC	– Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.
COOTAP	– Cooperativa de Assentados da Região de Porto Alegre
EPI	– Equipamento de Proteção Individual
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISPN	– Instituto Sociedade, População e Natureza
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PEAF	– Programa Estadual de Agroindústria Familiar
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPCI	– Plano de Proteção Contra Incêndios
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

CONVENÇÕES

Neste trabalho foram abordadas adotadas as seguintes convenções:

- a) Os trechos em itálico e sem aspas representam falas, palavras e expressões das interlocutoras da pesquisa;
- b) Para preservar a identidade das interlocutoras utiliza-se nomes fictícios;
- c) Quando há casos de palavras estrangeiras utilizados por autores em sua bibliografia, utiliza-se em itálico com aspas.
- d) Já para termos que procuram chamar atenção do leitor no sentido de evidenciar aspectos naturalizados é utilizado o termo entre aspas.
- e) Para a construção do texto, foi empregada a primeira pessoa do singular – eu – como forma de evidenciar e distinguir as experiências vivenciadas particularmente pelo autor da pesquisa.
- f) Algumas fotos apresentadas ao longo da dissertação não são de autoria do autor da dissertação. Isso se deve à opção pelo anonimato das entrevistadas. Como muitas fotos do autor permitiam reconhecer as entrevistadas, foram utilizadas fotos do arquivo fotográfico da agroindústria.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PRESSUPOSTOS EMPÍRICOS E METODOLÓGICOS.....	24
2.1	LOCAL DE ESTUDO	24
2.2	MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO TEMA	28
2.3	ESCOLHA DO CAMPO DE ESTUDO	30
2.4	ABORDAGEM E TIPO DE ESTUDO.....	31
2.5	GERAÇÃO DE DADOS	32
2.6	ANÁLISE DE DADOS.....	35
3	LUTA E TRABALHO DURO: TRAJETÓRIAS DE VIDA E MUDANÇAS A PARTIR DO TRABALHO	38
3.1	AS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES QUE INTEGRAM A AGROINDÚSTRIA MÃOS NA MASSA.....	38
3.2	A GENTE LUTOU MUITO PARA TER ISSO AQUI: A CONQUISTA DA TERRA E OS DESAFIOS PARA ACESSAR E PRODUIZIR NA TERRA	42
3.3	RENDA COMO ESFORÇO DO TRABALHO.....	52
3.3.1	Pluriatividade da mulher rural	54
3.4	TRABALHO DURO ATÉ CHEGAR NA AGROINDÚSTRIA	59
4	AVANÇOS E DESAFIOS NO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA MÃOS NA MASSA.....	66
4.1	PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS	66
4.1.1	Da cozinha de casa para a agroindústria	67
4.2	DIFICULDADES EM UTILIZAR A MATÉRIA PRIMA DO LOTE	74
4.3	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	81
5	VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E REALIZAÇÃO PESSOAL	87
5.1	A GENTE ATÉ SENTE FALTA QUANDO NÃO VEM AQUI: O TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA VISTO COMO ENTRETENIMENTO.....	87

5.2	ELE ME AJUDA: DINÂMICAS DE TRABALHO NO AMBIENTE FAMILIAR E NA AGROINDÚSTRIA	94
5.3	MUDANÇAS NA VIDA DAS MULHERES SOBRE O ASPECTO DA VALORIZAÇÃO ENQUANTO TRABALHADORAS RURAIS	100
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108

1 INTRODUÇÃO

A concentração da propriedade privada da terra nas mãos de poucos evidencia tem como consequência tanto a exclusão de camponeses ao acesso à terra quanto a geração da pobreza no campo, evidências de uma estrutura fundiária desigual, que coloca a questão agrária como centro de pauta de movimentos sociais ligados à terra, que buscam apontar interesses econômicos e políticas que, em boa medida, em oposição a aspectos sociais, impedem ou constroem a redistribuição de terras e efetiva reforma agrária no Brasil.

Tal reflexão é central para esta dissertação, uma vez que a pesquisa toma como objeto de análise uma agroindústria inserida e em funcionamento no interior de um assentamento da reforma agrária. Essa agroindústria só é possível, portanto, porque é fruto de longo processo que se fortalece nos anos 1980 com a efervescência das lutas sociais no Brasil, após um longo período ditatorial no qual se fortalecem e/ou surgem organizações de resistência reivindicando direitos à classe trabalhadora.

Dentre esses levantes, surge o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pautando o direito a terra, mas também a reforma agrária e mudanças sociais para o país. Com a organização criada, emergem pautas políticas internas ao movimento, definindo organicidade, trabalho e estruturação das famílias, visualizando um projeto de assentamento como espaço de vida digna, trabalho e reprodução da vida.¹

Entretanto, embora a discussão seja muito mais ampla, o foco deste trabalho é a partir da discussão no MST sobre o papel das mulheres, especialmente no que se refere à participação política, no trabalho produtivo e acesso a renda, pauta esta que ganhou espaço logo no início da organização. De fato, essa era uma das pautas na qual o MST investiu desde seus programas de formação juntamente com o setor de gênero do Movimento, buscando apontar caminhos possíveis para promover a participação e emancipação feminina nas áreas de reforma agrária.

¹ Para saber mais sobre a constituição do MST e a luta pela terra no Brasil, ler A História da luta pela terra e o MST, de Mitsue Morissawa (2001).

Para o MST, fortalecer o processo produtivo e de gestão das atividades econômicas das mulheres assentadas e acampadas é uma das propostas de enfrentamento à violência e de construção de uma nova emancipação e autonomia feminina. (Cartilha do Setor de Gênero, 2018)

O estudo desta dissertação traz elementos acerca da construção do protagonismo das mulheres rurais dentro do MST, visto que o Movimento assumiu a centralidade desse debate desde os primórdios mas, apesar disso, os avanços em relação a essa pauta foram e continuam sendo graduais. As mulheres trabalhadoras rurais vêm acumulando forças na disputa política, lutando por direitos e contra formas de opressão. Nesse sentido, à luz de manifestações como, por exemplo, a Marcha das Margaridas², unificam forças e protagonizam o levante das trabalhadoras rurais.

É também válido ressaltar que as mulheres, sobretudo as camponesas, vêm de um histórico que ultrapassa décadas de subalternidade em relação ao direito à renda e à terra. Como consequência, ainda que atualmente conste o nome das mulheres na titularidade da terra, na prática tal legitimidade não existe, visto que a noção de propriedade é determinada culturalmente e cabe ao “chefe da família”, que hegemonicamente é representado pelo homem, responsável pelas atividades de gerenciamento do lote, incluindo acesso à renda gerada na propriedade.

Somando-se ao tema de acesso à renda e à terra, cabe mencionar também a discussão acerca da divisão sexual do trabalho, amparada pelas autoras Kergoat e Hirata (2007), que definem, a partir de estudos realizados na França, a divisão sexual do trabalho sob dois princípios de delegação: o princípio da separação - existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio hierárquico - trabalho de homem “vale” mais que trabalho de mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007, p 599). Para delimitação do tema, também foi central a discussão das autoras Paulilo (1987) e Brumer (2004), que trazem esta reflexão também para o meio rural.

Nesse sentido, se no meio urbano esse tema se apresenta e ganha maior visibilidade pela necessidade de as mulheres precisarem conciliar rotinas de trabalho

² A Marcha das Margaridas é uma grande manifestação organizada por mulheres rurais que reivindicam direitos. O evento acontece desde o ano 2000 no Brasil e é realizado no dia 12 de agosto, que marca a data de assassinato de Margarida Maria Alves (trabalhadora Rural e Sindicalista da Paraíba). Ver mais em <https://www.youtube.com/watch?v=5WFUWG9o0Yg>

fora e dentro de casa (espaço público e privado), no campo³, por mais que esse debate tenha avançado, ainda está em debate questões como condições de acesso a renda do trabalho realizado pela mulher bem como o trabalho doméstico, que envolve tanto atividades de “dentro de casa” como as realizadas no entorno da casa, como horta, pomar, criação de pequenos animais, etc. Por isso, é possível afirmar que o meio rural apresenta-se com maior intensidade como espaço de reprodução do patriarcado e, em consequência, possivelmente a figura feminina tem seu trabalho ainda mais invisibilizado no ambiente familiar.

É, portanto, imprescindível atualizar o debate sobre os avanços do protagonismo feminino em todos os espaços sociais da sociedade e também localizar esse debate no meio rural, pois quando trata-se de desenvolvimento rural, considera-se, de modo amplo, um espaço que, como qualquer outro, requer ser pensado a partir do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural, com participação de homens, mulheres, jovens, crianças e idosos.

Nesse sentido, a forma de organização e gestão dos assentamentos contribui muito para o acesso e participação das mulheres nos espaços de decisões. Na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, por exemplo, os assentamentos da reforma agrária se organizam a partir da centralidade da Cooperativa de Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP). Nessa estrutura, os grupos gestores, que atuam como forma de organização coletiva nos assentamentos, dividem-se de acordo com cadeias produtivas, cumprindo o papel fundamental de potencializar a organização da produção e geração de renda, além de construir laços de sociabilidade. A análise de Bruno e colaboradores (2013) sobre o contexto de assentamentos de reforma agrária no Brasil salienta a importância dessa perspectiva:

³ Para localizar o debate acerca da noção de campo, com apresentada nesta dissertação, se faz necessário também apresentar a diferenciação entre rural e campo, termos que são recorrentes no estudo, mas que trazem significados ideológicos diferentes. Utiliza-se aqui o campo, assim como nos ajuda a pensar Caldart (2012), como um aspecto ideológico, construído pela identidade dos movimentos sociais do campo, que remete às questões do trabalho, da cultura e do reconhecimento da luta dos camponeses enquanto embate de classe entre projetos de agricultura, em que o capital agrega um rural excludente e desigual. Com isso, por vezes, quando se fala em espaço da reforma agrária e das assentadas interlocutoras da pesquisa refere-se a campo, por ser este espaço considerado não apenas como de construção de identidade e vida digna como também de um termo que apresenta familiaridade às interlocutoras desta pesquisa.

A organização das mulheres nesses grupos em muito contribui para que elas reflitam a respeito de sua própria condição e se descubram plenamente capazes de assumir uma atividade produtiva. Isso fornece, em grande medida, elementos simbólicos para que passem a perceber e a questionar as desigualdades de gênero. (BRUNO et al. 2013, p.218)

A busca da visibilidade do trabalho da mulher no campo e, conseqüentemente, no MST, implica mudanças nas relações sociais e na divisão sexual do trabalho, isto é, propõe novas formas de sociabilidade. Entretanto, é importante analisar como as formas historicamente construídas ainda podem estar (e provavelmente estão) presentes nessas relações.

Nesse contexto, a problematização de pesquisa surge do escasso ou ausente reconhecimento do trabalho feminino que por muito tempo contribuiu para que as mulheres ficassem invisibilizadas e sem renda, situação ainda presente em algumas realidades, em especial em relação ao trabalho no campo. Como consequência, não raro, elas precisam buscar formas de complementação da renda familiar para além do trabalho na propriedade, o que é possível especialmente em áreas localizadas próximas a centros urbanos. Na grande maioria dos casos, essas mulheres não reconhecem sua importância enquanto agricultoras, fortalecendo as relações patriarcais e, em muitos casos, deixando o meio rural para buscar trabalho e oportunidades no espaço urbano. Desse contexto, emerge a pauta do MST que, no que se refere às mulheres rurais, busca criar experiências de alternativas e resistência de permanência no campo, de modo que as mulheres possam gerar renda sem precisar buscar mercado de trabalho fora do espaço rural.

Entendendo a fragilidade das mulheres no espaço rural, o Movimento busca proporcionar uma série de alternativas com o apoio de demandas pautadas pelas famílias, visualizando a construção de programas e projetos que atendam aos diferentes públicos, base da organização. Dentre essas alternativas, no que diz respeito ao tema desta dissertação, merece destaque a estratégia voltada à implantação de agroindústrias em assentamentos, considerada pelo MST como solução potencial para o desenvolvimento das famílias em relação ao acesso à trabalho e renda, com vistas a agregar valor a produção obtida nos lotes, sobretudo a partir do envolvimento de mulheres e jovens. Além disso, a proposta do Movimento em relação à implantação de agroindústrias se fundamenta na ideia de que esses espaços poderiam ser organizados enquanto associações ou em unidades familiares.

A estratégia relacionada às agroindústrias foi reforçada a partir da expansão de políticas públicas para o campo, especialmente a partir dos anos 2000, nos períodos dos governos petistas. Entre essas políticas, cita-se aqui algumas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que possibilitaram a criação e ampliação de mercados institucionais para a agricultura familiar. Cita-se, ainda, os programas Terra Forte, Terra Sol e Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), que possibilitaram a criação de agroindústrias e financiamentos de estruturas e assistência técnica para os assentamentos. Esses programas foram fundamentais para o processo de qualificação e emancipação das famílias assentadas.

De modo alinhado a essas políticas, a criação de agroindústrias se constituiu em oportunidade de trabalho especialmente para as mulheres que, respondendo a crescente procura de consumidores por produtos da agricultura familiar, conseguiram unir forças e, a partir de trabalho coletivo, buscaram atender as demandas especialmente da alimentação escolar e de feiras locais, criando, para tal, associações e parcerias. Dentre as agroindústrias implementadas em assentamentos rurais na região metropolitana de Porto Alegre, merecem destaque as agroindústrias de panificados, visto que várias delas foram implementadas nas últimas décadas. As agroindústrias voltadas ao processamento de panificados podem ser compreendidas como resultado de prática diária que parcela importante das mulheres agricultoras desenvolvem em seus lares ao produzir panificados para a família, porém, por meio da agroindústria, essa prática passa a ser um trabalho reconhecido e remunerado.

Nesse contexto, a proposta deste estudo se deu inicialmente pelo crescimento de agroindústrias nos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul e, ligado a isso, ao envolvimento das mulheres nesses empreendimentos. Entretanto, embora haja distintas agroindústrias que processam panificados na região metropolitana de Porto Alegre, na delimitação do campo empírico da pesquisa, optou-se pelo estudo de caso da agroindústria Mãos na Massa, em funcionamento desde 2014 no Assentamento Sino, em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. A escolha por essa agroindústria como objeto de estudo se deve à representatividade que esse espaço apresenta, uma vez que essa agroindústria é formada apenas por mulheres, que se envolvem e se responsabilizam em todas as etapas produtivas. Tal característica se torna emblemática frente a uma realidade em que hegemonicamente

as mulheres camponesas estão majoritariamente inseridas no trabalho puramente reprodutivo.

É válido ressaltar que embora no Brasil a definição de agroindústria ainda é um termo muito amplo, que corresponde tanto as grandes empresas quanto as pequenas iniciativas familiares, cabe aqui trazer a definição de Mior (2005), a qual se conecta com a abordagem deste estudo.

- a) A agroindústria familiar rural (agroindústria familiar, agroindústria artesanal e/ou colonial, agroindústria rural de pequeno porte) é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. (MIOR, 2005, p. 191)

É importante frisar também que a escolha pelo tema surge da minha sensibilidade em perceber, em diferentes contextos, a legitimidade do trabalho feminino, concomitante a um histórico contínuo de falta de reconhecimento das mulheres pelo trabalho realizado por elas. Como filho de assentados de reforma agrária, com origem em uma família em que as mulheres foram protagonistas no trabalho na agricultura, percebo todas as frentes de trabalho que essas mulheres assumiam (e ainda assumem) e observo que raro eram e são os espaços com poder de decisão ocupados por essas mulheres. Portanto, em boa medida, como pesquisador, procuro assumir também o lugar de uma espécie de porta voz das mulheres rurais, buscando dar visibilidade ao trabalho realizado por elas e, ao mesmo tempo, entendendo a importância do acesso ao trabalho e a renda para elas. Somando-se a esses aspectos, do ponto de vista pessoal, a motivação para esta pesquisa também está em compreender os limites encontrados pelas mulheres camponesas para sua emancipação e protagonismo.

A inquietação com o tema surge a partir do entendimento acerca da naturalização da hierarquização do homem do campo, em que mesmo em cenários de construção de identidade, formação da consciência, reflexão sobre a divisão sexual e patriarcal do trabalho, as práticas de submissão das mulheres continuam presentes e fortalecidas, situação que fica expressa no cotidiano como, por exemplo, quando a mulher sai da unidade familiar para trabalhar na agroindústria e ao retornar ao lar, tem todo o serviço “que é seu por obrigação” por fazer.

Somando-se, portanto, à justificativa desta pesquisa minhas motivações e inquietações pessoais é que, neste estudo, apresenta-se, como mencionado

anteriormente, o caso particular da agroindústria Mãos na Massa, a partir da experiência de um grupo de mulheres assentadas no Assentamento Sino, localizado no município de Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Esse contexto de pesquisa, ainda que com diversas contradições, promovidas no âmbito da formação tradicional das relações de gênero, se coloca como um espaço privilegiado, uma vez que se dá dentro de um espaço considerado mais progressista no que se refere a relações de gênero, por todo o debate que ocorre no interior do MST sobre o papel das mulheres Sem Terra⁴.

Em consonância, as mulheres assentadas são estimuladas a ter posicionamento enquanto trabalhadoras rurais, a ter protagonismo enquanto organização social. Como consequência, ao longo dos anos, muitas mulheres assentadas, por meio de trabalho coletivo, conseguiram ganhar visibilidade política e econômica. Nesse processo de mudanças, é válido observar também mudanças nas relações sociais dessas mulheres dentro e fora da estrutura familiar, nas tomadas de decisão, na organização produtiva e nas tarefas diárias.

Tomando esse contexto, o presente estudo observou o grupo de mulheres assentadas no assentamento Sino que estão envolvidas com o trabalho na agroindústria Mãos na Massa, avançando em uma experiência que parece contribuir para a construção de nova racionalidade em relação ao trabalho das mulheres do e no campo. Por meio da produção de panificados, a pesquisa parte do pressuposto que essas mulheres contribuem tanto para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa quanto para revisar relações de gênero e de divisão sexual do trabalho em suas famílias e no assentamento como um todo. Dentro deste recorte, a pesquisa procurou observar, portanto, a participação e protagonismo das mulheres da agroindústria Mãos na Massa nos processos de geração de trabalho, renda, sociabilidade e em menor medida sua participação política.

Para explorar com mais profundidade tal pressuposto de pesquisa, esta dissertação delimita como objetivo geral compreender o trabalho de mulheres rurais a partir da transição do ambiente doméstico para o da agroindústria, buscando analisar como se dá o trabalho gerenciado por mulheres de forma coletiva e em que medida essa forma cooperativa de organização altera (ou não) a dinâmica de vidas das

⁴ Utiliza-se o termo Sem Terra como identidade de um povo que faz parte do MST, que entende que o acesso a terra não é algo individual e que, portanto, é preciso continuar lutando pela reforma agrária para que mais pessoas tenham acesso a terra.

mulheres envolvidas, especialmente em relação à divisão sexual do trabalho na unidade familiar.

Com o intuito de responder a esse objetivo geral, a pesquisa estrutura-se em torno de três objetivos específicos:

- a) Sistematizar o histórico de vida e de trabalho das mulheres que fazem parte da agroindústria Mãos da Massa, buscando compreender dimensões presentes na transição do trabalho restrito à esfera doméstica para a agroindústria.
- b) Compreender como as mulheres se organizam em relação às várias etapas do trabalho na agroindústria, desde as etapas produtivas até a comercialização e gestão da agroindústria.
- c) Analisar em que medida houve mudanças nas relações das mulheres em relação ao ambiente do trabalho e familiar na perspectiva das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho.

Para responder a esses objetivos, como já mencionado, a pesquisa foi realizada junto a agroindústria Mãos na Massa, uma agroindústria conduzida e gerida por um grupo de mulheres organizadas enquanto uma associação no Assentamento Sino, em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou construir, de maneira detalhada, a caracterização de um grupo de mulheres agricultoras em suas recentes trajetórias de trabalho coletivo, em uma agroindústria na qual elas são responsáveis por todas as etapas produtivas, de gestão e de comercialização, ampliando possibilidades de atuação frente a novas configurações do meio rural.

É importante frisar que a pesquisa de campo ocorreu antes do período de pandemia causada pelo novo corona vírus. Como consequência, de modo geral, entende-se que as condições de trabalho e de geração de renda durante a pandemia ficaram mais difíceis para o conjunto de brasileiros, que estão tendo que se adaptar a uma nova rotina e, em muitos casos, à perda de emprego e a restrições financeiras severas. No caso do grupo de mulheres integrantes da agroindústria Mãos na Massa, esse período de pandemia incide especialmente em relação à comercialização dos produtos para mercados institucionais, particularmente para a alimentação escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que foi influenciado pela suspensão das aulas em virtude na necessidade de isolamento social. Essa situação alterou drasticamente o funcionamento da agroindústria, visto que esse mercado é a

principal fonte de entrada de recursos para a agroindústria. Assim, considerando que dados apresentados nesta dissertação são anteriores ao período de pandemia, é possível que, atualmente, novas mudanças estejam em curso em relação à organização e funcionamento do grupo.

Além deste capítulo, esta dissertação está organizada em seis capítulos, sendo este primeiro com caráter introdutório de apresentação do tema e contextualização do recorte espacial, abrangendo a partir disso a sensibilização pela escolha do tema, problemática e o problema de pesquisa, os objetivos, justificativa e apresentação da estrutura da dissertação.

O segundo capítulo, intitulado **Pressupostos empíricos e metodológicos**, aborda a forma de construção da metodologia, o perfil das mulheres interlocutoras desta pesquisa, a localização e o histórico do campo de pesquisa, as categorias nativas que emergiram na pesquisa de campo e, ainda, alguns desafios, dificuldades e aspectos relevantes sobre as formas de trabalho e as relações presenciadas em campo.

No terceiro capítulo, intitulado **Histórico de vida e trabalho das mulheres que fazem parte da agroindústria**, apresenta-se o processo de luta das mulheres por melhores condições de vida, entendendo como foi esse processo e quais foram as causalidades e trajetórias. Aborda-se também questões referentes a proximidade da cidade e o que isso implica, em especial em relação à pluriatividade. Encerra-se o debate do capítulo entendendo como foi o processo antes da constituição da agroindústria, o processo associativo e o papel da assistência técnica e organicidade do assentamento. Para apoiar este capítulo contou-se com as categorias nativas *luta e trabalho duro*.

O quarto capítulo agrega o debate acerca do trabalho na agroindústria. Tendo por título **Avanços e desafios no trabalho na agroindústria Mãos na Massa**, o debate centra-se, portanto, nos aspectos que dizem respeito à produção e processamento de alimento, abordando questões referentes às normas, quantidades, tempo e adequações no processo produtivo. Em um segundo momento também aponta as dificuldades que se apresentam na dinâmica da agroindústria, sobretudo em questões de legislação. Amparando-se na categoria nativa *trabalho coletivo*, encerra-se a seção explorando aspectos que apresentam as dinâmicas de trabalho na agroindústria, entre as mulheres, entendendo as formas de trabalho, as divisões de tarefas e aprendizados possíveis.

O quinto capítulo **analisa as dinâmicas de trabalho das mulheres no ambiente da agroindústria e no ambiente familiar**, abordando, portanto, o tema da ocupação do trabalho sob a perspectiva da satisfação e interação a partir do trabalho, entendendo a partir disso quais foram as mudanças possíveis na vida das mulheres interlocutoras da pesquisa, assumindo, como categoria nativa, os termos *ajuda* e a *realização*. Esse capítulo aborda ainda questões referentes a capacidade de socialização e nova inserção no trabalho, questões que refletem mudanças desde o período de acampamento até chegar na agroindústria, incluindo diferentes percepções de ajuda e de trabalho. O capítulo agrega ainda percepções das entrevistadas acerca de melhorias de condições de vida e satisfação a partir do trabalho na agroindústria.

Por fim, nas considerações finais, apresenta-se questões que se desdobram a partir dos achados da pesquisa, que refletem limites e desafios para o funcionamento da agroindústria, na organização coletiva, e também em relação a repercussão desses aspectos no ambiente familiar.

2 PRESSUPOSTOS EMPÍRICOS E METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresenta-se os pressupostos metodológicos do estudo que, organizados em subseções, estão estruturados da seguinte forma: primeiramente, busca-se explicar como se deu o processo de escolha do tema da dissertação e a delimitação e escolha do campo de pesquisa. Considera-se aqui também o tipo de abordagem e técnicas de pesquisa, bem como técnicas de geração e condução da análise de dados; posteriormente, apresenta-se o local do estudo, ou seja, o campo empírico da pesquisa e o perfil das interlocutoras.

2.1 LOCAL DE ESTUDO

A agroindústria de panificados Mãos na Massa (figura 01) está localizada no Projeto de Assentamento Sino, situado a cerca de 08 Km da sede municipal de Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul, a 1,2 km da BR 386, uma das principais rodovias de acesso do interior do estado à região metropolitana. O assentamento é formado por 13 famílias com histórico de base na agricultura, oriundas predominantemente das regiões Alto Uruguai e Missões, no norte e noroeste do Rio Grande do Sul. Essas famílias estiveram envolvidas no processo de luta pela terra desde o ano 1989, quando passaram a integrar o acampamento na Fazenda Bacarí, no município de Cruz Alta. Só após muitos processos de ocupações em outras fazendas e regiões do estado, e também de despejos, em 1994 foi possível a conquista pela terra, ano em que as mulheres interlocutoras desta pesquisa e suas famílias foram assentadas no município de Nova Santa Rita, uma área que até então era destinada à produção de cana-de-açúcar, que foi desapropriada devido a uma hipoteca no Banco do Brasil por grandes dívidas com o Estado.

Figura 1: Prédio da agroindústria Mãos na Massa



Fonte: Foto de Julia Rodrigues.

Quando as famílias chegaram ao assentamento, foram autorizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão que regulamenta as áreas de assentamento, a cortar maricá, árvore nativa que havia em grande quantidade na região, para fazer lenha e vender, para que as famílias tivessem uma primeira forma de geração de renda e tornassem as terras agricultáveis. Aquela atividade foi a principal renda das famílias por algum tempo, sendo que algumas famílias seguem com esse trabalho ainda hoje, porém com outros tipos de árvores.

Após aquele período inicial no assentamento, datado após a primeira metade da década de 1990, as famílias começaram a receber recursos e investir em outras atividades, como produção de leite e, com grande força, a produção de hortaliças para vender em feiras e na CEASA. Essas atividades garantiram renda para as famílias por muito tempo. Entretanto, devido a dificuldades de manutenção da produção, seja devido aos baixos preços da produção, pouca disponibilidade de estrutura tanto para a produção como para a comercialização, seja pela dificuldade de manter a família ajudando no lote, muitas famílias desistiram do ramo. Esses fatores levaram agricultores e agricultoras a buscar outras formas de complementação de renda para além da renda do lote, empregando-se em firmas na cidade, uma vez que o município onde está localizado o assentamento integra a Região Metropolitana de Porto Alegre, criando assim oportunidades para os chamados trabalhadores pluriativos que, como explicam Schneider e Conterato (2006), são agricultores que, para além da

propriedade rural, obtêm trabalho e renda no meio urbano. Na definição desses autores,

a pluriatividade caracteriza-se pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. Ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas (SCHNEIDER; CONTERATO, 2006, p. 05)

Os autores consideram ainda que “a pluriatividade se refere à um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura” (SCHNEIDER; CONTERATO, 2006, p.2). Segundo os autores, essa combinação pode também considerar formas e estratégias diversificadas de reprodução social, seja atendendo interesses individuais ou coletivos dentro do núcleo familiar.

Devido ao número de trabalhadores(as) que buscaram alternativas de renda fora do assentamento, justificou-se um estudo da viabilidade de investimentos no campo para manter os(as) trabalhadores(as) na agricultura. Naquele contexto, a agroindústria criada por iniciativa das mulheres para viabilizar a produção artesanal de pães foi um dos projetos a receber investimentos para, assim, possibilitar ou valorizar a continuidade da vida no campo. Porém, apesar dos investimentos para valorizar o trabalho dentro dos lotes, no assentamento, cabe destacar que a pluriatividade é uma realidade no assentamento, o que se deve, em boa medida, pela proximidade do centro urbano e inserção na região metropolitana, aspectos que contribuem para que principalmente filhos e esposos busquem postos de trabalho fora do assentamento, situação de familiares de algumas mulheres entrevistadas ou mesmo situação das próprias mulheres antes da consolidação da agroindústria.

Nesse contexto em que são fundamentais estratégias de geração de renda e de trabalho no Assentamento é que o projeto da agroindústria Mãos na Massa iniciou seu funcionamento desde a segunda metade de 2014 e foi construída inicialmente por meio de recursos arrecadados tanto pela participação em feiras de agricultores nos municípios de Nova Santa Rita e Canoas e também no estacionamento de uma grande empresa em Nova Santa Rita onde as mulheres interlocutoras desta pesquisa, já organizadas como uma associação, participavam em eventos como rodeios, Semana do Município, Semana do Livro e outras eventuais atividades. Somando-se a esses recursos, posteriormente a iniciativa recebeu recursos do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Por meio desses recursos, o grupo de cinco mulheres assentadas foi contemplado, decisão fortemente influenciada pelo fato de elas já estarem envolvidas no processamento de panificados e no processo de construção da agroindústria. Nesse sentido, vale destacar que elas já haviam se organizado enquanto associação no intuito de viabilizar a aprovação do projeto.

A trajetória do projeto, desde a tomada de decisão de construir a agroindústria até a concretização, ou seja, até a consolidação do projeto, durou aproximadamente cinco anos, isto é, a proposta iniciou em 2009, com a decisão de construir a agroindústria para fazer e comercializar panificados, e se concretizou em 2014, com a finalização da agroindústria.

Retomando o histórico das mulheres interlocutoras desta pesquisa em relação ao período anterior ao ano de 2009, é importante considerar que ele foi marcado por inúmeras tentativas de sobrevivência no campo, seja na produção no lote, na busca de trabalhos alternativos no meio urbano ou por meio de experiências a partir da criação da associação de mulheres, que experimentaram o ramo da costura e produção de produtos medicinais. Foi somente a partir de 2009 que elas passaram a se organizar como uma associação para produção de produtos caseiros para venda em feiras, já com a perspectiva de criar vínculos para o trabalho na agroindústria, mesmo antes da conclusão da obra.

A decisão pelo ramo dos panificados decorre da familiaridade das mulheres com a produção desses alimentos, especialmente porque muitas delas já comercializavam esses produtos feitos em suas casas. Dentre esses produtos, cabe citar alguns dos processados pelas mulheres: pães, bolachas, cucas⁵, biscoitos, pizzas, pasteis assados, bolos fritos e assados e tortas. Dessa aptidão e envolvimento com esse tipo de produção é que emergiu a motivação para a realização de um estudo de viabilidade econômica e disposição de mão de obra, realizado pela equipe de assistência técnica da Cooperativa de Trabalhos em Serviços Técnicos (COPTec/ATES)⁶, que atende todos os assentamentos da região metropolitana na

⁵ Cuca é um bolo ou pão doce que, tradicional da culinária alemã, é feito com ovos, farinha de trigo, manteiga e coberto com uma farofa de açúcar.

⁶ Se constitui como empresa criada pelo MST que prestava serviço de assistência técnica, serviço este terceirizado ao INCRA para os trabalhos de Assistência Técnica, Social e Ambiental por meio do Programa ATES para áreas de assentamentos.

área agrária, social e ambiental. Visto que a produção de panificados era um mercado novo para o município, já que a maioria das famílias se dedica à produção e comercialização de hortaliças para feiras, esse estudo foi decisivo para a continuidade do projeto da agroindústria.

2.2 MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO TEMA

A escolha do tema de pesquisa desta dissertação se deu a partir do crescimento de agroindústrias de panificados nos assentamentos de reforma agrária, sobretudo no Rio Grande do Sul, vinculadas ao trabalho de mulheres. O tema surgiu também por interesse pessoal em estudar mulheres e dinâmicas de trabalho no meio rural.

Este tema despertou meu interesse na medida em que percebi o trabalho das mulheres de minha família, família esta de origem italiana que na década de 1970 morava no município de Ibirubá, na região norte do estado do Rio Grande do Sul em que minha avó, mãe e tias, mesmo frente a conjuntura na qual viviam, tiveram que se sujeitar a duros trabalhos na roça.

Esses trabalhos, considerados masculinos⁷, envolviam a derrubada de mato; plantio e colheita de sementes; criação de animais; entre outros, para manter uma família de oito mulheres (mãe e sete filhas), com um irmão mais novo e um pai (meu avô) alcólatra. Dentro de condições tecnológicas pouco favoráveis, em que a força de trabalho era puramente braçal, essas mulheres conciliavam atividades consideradas “masculinas” às “femininas”, ou seja, garantiam todo o trabalho doméstico e todo o trabalho produtivo e reprodutivo.

Da mesma forma, essas são mulheres que me inspiram pela determinação e coragem em uma época onde o conservadorismo e o patriarcado eram ainda mais acentuados. Nesse contexto, temos também a história da minha avó, uma “mãe de família” que teve que aprender a lidar com negócios após a morte do marido, meu avô, sem nunca antes ter tido acesso ao controle e receitas da renda familiar. Ainda assim, mesmo sendo estas mulheres figuras centrais no desenvolvimento familiar, uma vez que o “chefe da casa” era meu avô, que pouca condição tinha para gerenciar a renda, perdendo assim muito dinheiro, em contrapartida, a renda da família era

⁷ Ver o debate acerca da divisão do trabalho, conforme aponta Brumer (2004).

construída e mantida diariamente pelo trabalho dessas mulheres, porém não eram elas as que gerenciavam.

Com o passar dos anos, essas sete mulheres se casaram e passaram a trabalhar cada qual junto ao seu respectivo marido, todas elas num primeiro momento continuaram no meio rural. Algumas transcenderam a “ordem⁸” e conseguiram estudar mesmo casadas e com filhos, mas encontram-se, em maior ou menos grau, mergulhadas em relações patriarcais construídas historicamente. Embora seus estudos e trabalhos lhes possibilitaram maior socialização e relações que as tornaram vozes vivas em seus lares, ainda assim, como a grande maioria das mulheres, elas continuam vivenciando relações patriarcais.

Esse breve relato se faz necessário para justificar a escolha em estudar mulheres no campo, visto que mesmo enfrentando a ordem, tensionando paradigmas, elas estão sujeitas a relações de trabalho desigual e naturalizadas no ambiente familiar. Minha experiência pessoal, somada a evidências observadas na minha prática profissional contribuem para meu interesse por temas relacionados a mulheres rurais. Em relação à minha trajetória profissional, vale destacar que sou filho de assentados da reforma agrária da região noroeste do Rio Grande do Sul. Fiz graduação em Serviço Social e atualmente trabalho na Cooperativa Central de Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS), onde, assumindo tarefas de caráter intersetorial, posso conhecer um pouco da realidade de cada região do estado e sobretudo o envolvimento das mulheres nos trabalhos e nos grupos coletivos de agroindústrias.

Considerando minha trajetória e a necessidade de delimitação temática e geográfica da pesquisa, optou-se, inicialmente, em realizar a pesquisa na região metropolitana de Porto Alegre, não só pela maior concentração de agroindústrias dentro de áreas de assentamento, mas também pelas condições objetivas do meu trabalho e estudo.

Além disso, aliada à prática profissional e militante, minha vontade pessoal de estar inserido dentro de um movimento social certamente contribuíram para a opção pelo presente tema da pesquisa, de modo que, frente ao crescimento de

⁸ Transcender a ordem é sair da padronização construída culturalmente em que as mulheres do campo, por exemplo, quando casam, passam de um domínio masculino familiar, para um domínio masculino através do casamento. Ver mais em Langbecker (2017).

agroindústrias com forte presença feminina, me senti motivado a entender os significados desse processo para as mulheres.

Entre os aspectos que, de modo especial, chamaram minha atenção, estão as possíveis mudanças em relação às dinâmicas de trabalho de mulheres, tanto no ambiente da agroindústria quanto no ambiente familiar. Cabe pontuar ainda que, em relação à separação dos papéis pesquisador e militante, quando optei em fazer o mestrado, o objetivo maior estava em acumular conhecimento para melhorar o meu espaço de trabalho e atuação, por isso dentre as inevitáveis aproximações, procurei o ambiente que mais me caracteriza como pesquisador, isto é, distante daquela realidade.

2.3 ESCOLHA DO CAMPO DE ESTUDO

Considerando as motivações de caráter pessoal e também inquietações proporcionadas pela prática profissional apresentadas anteriormente, optou-se por realizar esta pesquisa em uma das agroindústrias presentes em assentamentos da reforma agrária da região metropolitana de Porto Alegre. Para definir em qual agroindústria a pesquisa poderia ser feita, buscou-se auxílio da pessoa responsável pelas agroindústrias dos assentamentos da região metropolitana, que atuou também como técnica social da COPTec/ATES em Nova Santa Rita. Esta técnica, em virtude de seu acúmulo no acompanhamento dessas agroindústrias, poderia também auxiliar no processo de aproximação do campo de pesquisa.

A técnica social sinalizou algumas agroindústrias que considerava adequadas para o desenvolvimento deste tema de pesquisa. Em decorrência, realizei visitas em algumas agroindústrias de assentamentos da região metropolitana e, em virtude do tempo de funcionamento e atuação de mulheres em todas as etapas produtivas, optou-se por desenvolver a pesquisa junto à agroindústria Mãos na Massa, localizada no Assentamento Sino, no município de Nova Santa Rita, RS.

Considerando a singularidade da Agroindústria Mãos na Massa tanto por estar localizada em um assentamento da reforma agrária quanto pela dinâmica de trabalho coletivo entre mulheres assentadas, a pesquisa se configurou como estudo de caso.

De modo mais detalhado, a escolha por essa agroindústria foi decorrente de busca por maior distanciamento entre pesquisador e o campo de pesquisa, já que eu

nunca havia estado na agroindústria antes e tampouco havia tido qualquer envolvimento com as interlocutoras de pesquisa. Então, se por um lado o desafio era conhecer mais daquele contexto, por outro, a vantagem estava especialmente em entrar num campo livre de qualquer impressão prévia e eventuais preconceitos.

Nesse sentido, cabe destacar que, para o processo de escolha do campo e condução da pesquisa, considerou-se que o pesquisador precisa se questionar sobre quais contribuições podem emergir. Conforme Geertz (2008, p. 16): “o *locus* do estudo não é o objeto do estudo”, e, por isso, a pesquisa foi conduzida de modo a pensar sobretudo na viabilidade do estudo para que, de uma forma ou outra, possa servir de meio de reflexão para outros públicos e contextos que estão em similar situação.

Nesse sentido, buscou-se observar, para além de questões econômicas e sociais presentes no cotidiano do funcionamento de uma agroindústria, questões voltadas às conexões e relações vividas no trabalho diário de uma agroindústria, observando também quem são essas mulheres, quais são os seus objetivos e o que as levou a estar à frente do empreendimento.

2.4 ABORDAGEM E TIPO DE ESTUDO

Este estudo que, como já mencionado, trata-se de um estudo de caso, tem caráter descritivo e exploratório, utiliza técnicas de pesquisa qualitativa para, assim, apresentar e compreender o contexto estudado. No que se refere às técnicas de pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observação em campo, conversas informais, registros fotográficos (previamente acordados com as interlocutoras) e pesquisas nos arquivos de memória da unidade.

Entende-se por pesquisa qualitativa a que corresponde a um arsenal de informações que surgem no decorrer da entrevista e/ou observação, que muitas vezes extrapolam temas a serem estritamente observados, mas que a partir do contexto geral contribuem para entender os processos relatados. Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa pode ser classificada em três etapas: a fase exploratória; o trabalho de campo; e a análise e tratamento do material documental. A fase exploratória consiste na delimitação do objeto, a escolha do espaço e das participantes, assim como os instrumentos utilizados para tal.

Já a fase de trabalho de campo é a aplicação dos instrumentos em uma determinada realidade em que, segundo Minayo (2009, p. 21): “combina os instrumentos de observação e entrevistas, é a fase crucial para o conhecimento da realidade”. Depois de realizadas essas primeiras etapas, a autora considera que é preciso realizar a análise dos dados coletados ou gerados e observados. Trata-se sobretudo de interpretar, compreender e identificar os dados empíricos e relacioná-los com a teoria que fundamenta a linha de pensamento do pesquisador (MINAYO, 2009).

2.5 GERAÇÃO DE DADOS

Para gerar os dados necessários ao atendimento dos objetivos desta pesquisa, utilizou-se entrevista semiestruturada, com base em um roteiro de questões elaborado com o intuito de fornecer elementos para analisar dinâmicas de trabalho no ambiente da agroindústria e no ambiente doméstico (ver Apêndice A).

Para tanto, o roteiro foi dividido em três seções: a primeira delas aborda as questões referentes à trajetória de vida das mulheres envolvidas na agroindústria Mãos na Massa na agricultura, entendendo também as relações de trabalho e as formas de sobrevivência no campo; a segunda seção do roteiro de entrevista explora perguntas mais específicas sobre a agroindústria, buscando entender o cotidiano de trabalho, da renda e do envolvimento das participantes, elencando elementos para construir caracterização do espaço de trabalho.

Por fim, no terceiro bloco, procurou-se realizar perguntas de modo que as mulheres entrevistadas pudessem apontar se houve mudanças decorrentes do envolvimento com a agroindústria em relação ao trabalho, tanto doméstico quanto familiar, agregando também a este item qual é o sentimento pessoal de cada uma, tendo um empreendimento que é delas, se há uma satisfação ou melhoria no bem-estar.

No total, entre os meses de maio de 2019 e janeiro de 2020 foram realizadas três visitas a campo, considerando o pré campo que foi o momento em que eu me aproximei do Assentamento e da agroindústria, sua localização e quais eram as mulheres envolvidas no trabalho. O contato inicial foi possível por meio da COPTec e pela Direção Regional do MST na região. Assim, já havia contato direto por meio de

reuniões da direção, nas quais eu encontrava os técnicos mensalmente. Por meio dessas organizações, ou seja, do MST e da COOPTEC, foi possível ter prévio conhecimento da agroindústria e do trabalho que desenvolviam, bem como delimitar o projeto a partir da perspectiva de estudo de caso.

As entrevistas foram aplicadas em dois dias de semanas diferentes, sendo que em ambos foi possível ter tempo para explicar do que se tratava o trabalho. No primeiro dia, apresentou-se a proposta de pesquisa as mulheres participantes, quando estavam apenas quatro mulheres trabalhando e o trabalho estava muito *corrido*. No começo, eu senti que estava atrapalhando e então me coloquei à disposição para voltar outro dia. Mas elas falaram que não havia problema visto que a rotina seria sempre assim, agitada e corrida.

Naquele dia, talvez por ser meu primeiro contato com o grupo enquanto pesquisador e considerando também o nervosismo, senti certa dificuldade em saber lidar com a situação, pois além do trabalho que elas estavam fazendo em menor número de pessoas que habitualmente faziam, estava acontecendo uma obra de ampliação da agroindústria, o que fazia barulho e tumultuava ainda mais o espaço. Percebendo essa situação de inquietação, insisti para voltar em outro momento ou fazer as entrevistas nas casas delas. Em reação, elas falaram que em casa seria pior, melhor seria ali mesmo, mas que poderia deixar as outras entrevistas para a próxima semana, quando, então, estariam todas e com mais tempo.

No segundo encontro, elas encontravam-se mais disponíveis e abertas, mais receptivas e alegres; falaram que agora estava mais tranquilo, que a obra tinha terminado, que a colega que não estava na semana em que havia feito a primeira visita à agroindústria tinha retornado ao trabalho, enfim, estavam mais livres. Naquele dia, percebi também, para além das entrevistas, como é o espaço de trabalho, o que significa estar dentro de uma panificadora durante todo o dia, as dificuldades, a insalubridade do trabalho, evidenciada na necessidade das mulheres se ajustarem a várias situações que surgem de maneira não programada mas mesmo assim responder a demanda diária relacionadas à produção. Enfim, percebi um pouco sobre as condições que elas enfrentam diariamente, as quais elas dizem já estar acostumadas, mas, para além disso, percebi também como elas se relacionam entre si e como elas veem o trabalho na agroindústria.

Naquela oportunidade, realizei também registros fotográficos, busquei documentos sobre a criação, a história e o projeto da agroindústria. Naquele encontro,

descobri que a agroindústria funciona como filial de outra cooperativa do MST que é a Cooperativa de Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), que está localizada em Eldorado do Sul, de modo que todos os documentos acerca da agroindústria Mãos na Massa estão no escritório daquela Cooperativa. As mulheres relatam que participam das reuniões da COOTAP sempre que há assembleia. Esse dado levou a destinar um tempo e entrevistar a responsável pelas agroindústrias na COOTAP para entender melhor como se deu o processo de criação da agroindústria Mãos na Massa, processo que será abordado e detalhado no desenvolvimento desta dissertação.

Em relação à agroindústria, destaca-se que todas as participantes são sócias proprietárias. No que se refere ao número de associadas, vale destacar que, neste estudo, foram entrevistadas seis mulheres que estão diretamente envolvidas no trabalho na agroindústria. Isso se deve porque, além das cinco fundadoras, há também a contribuição da responsável administrativa. Sendo assim, no desenvolvimento desta pesquisa é possível perceber que quando se fala no coletivo, ora cita-se cinco mulheres e ora cita-se seis mulheres, pois esta sexta integrante do grupo passou a compor a agroindústria apenas após ela estar consolidada, na modalidade de contratação para cargo específico.

Considera-se também importante contextualizar quem são as entrevistadas para que, dessa forma, seja possível identificar e refletir tanto sobre as dinâmicas de trabalho individuais, mas também coletivas relatadas no estudo. Optou-se por adotar o anonimato das entrevistadas, uma vez que os conteúdos das entrevistas revelam questões que, em muitos casos, são referentes à intimidade das entrevistadas, especialmente em relação a temas que exploram a divisão sexual do trabalho e suas refrações em relação a questões de gênero. Nesse sentido, durante as entrevistas e especialmente durante a análise de dados, percebe-se que, por vezes, as entrevistadas fazem afirmações que sugerem desigualdades ou submissão, de modo que o anonimato visa não expor a individualidade das interlocutoras. Desse modo, nesta dissertação, os nomes verdadeiros das entrevistadas foram substituídos por nomes de flores: Gérbera, Madiba, Margarida, Cravina, Girassol e Dália. Cabe evidenciar também que foi assinado por elas o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual autorizam o uso de falas.

A escolha do nome de flores em substituição aos nomes verdadeiros das entrevistadas é referente a narração de histórias tão ricas que não merecem ser

subentendidas em números ou letras para identificação. As flores representam a resistência, a força e a beleza das mulheres do campo, que mesmo com uma trajetória de vida muitas vezes colocadas em segundo plano, são as principais responsáveis por gerar vida e esperança em todos os ambientes de trabalho.

Ainda em relação ao anonimato, no que diz respeito ao uso de imagens decorrentes dos registros fotográficos realizados no espaço da agroindústria, as fotos utilizadas nesta dissertação foram previamente autorizadas de forma verbal a fim de serem aqui apresentadas. Considerando, no entanto, que o uso das imagens permite identificar as mulheres, o que poderia ser contraditório em relação ao anonimato e supressão dos nomes verdadeiros das mulheres entrevistadas, é preciso considerar que o uso do anonimato buscou preservar a individualidade de cada uma das mulheres, de modo que os trechos de entrevistas não permitissem identificá-las.

2.6 ANÁLISE DE DADOS

Com o trabalho de campo finalizado, os dados passaram a ser sistematizados. Inicialmente, o foco foi o processo de transcrição das entrevistas, que durou algumas semanas, pois realizou-se com calma, de modo a observar questões que eventualmente tinham passado despercebidas durante a entrevista, o significado dos suspiros, as trocas repentinas de assuntos, as dinâmicas diárias de trabalho de cada uma das mulheres entrevistadas. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que as diferenciava e percebia as singularidades de cada mulher, conseguia estabelecer conexões entre elas.

Como decorrência da etapa de transcrição das entrevistas, avançou-se também para a primeira etapa de análise dos dados, voltada a identificar os grandes temas que refletiam os três objetivos deste estudo, já apresentados na introdução. Esses temas, em sentido amplo, correspondem às etapas da vida das mulheres no assentamento compreendendo o histórico de vida e a construção da agroindústria, organização do trabalho e as dinâmicas de trabalho das mulheres no ambiente da agroindústria e no ambiente familiar.

No processo de transcrição, percebeu-se também que na linguagem usada pelas mulheres interlocutores desta pesquisa havia palavras repletas de significados,

em relação às quais buscou-se dar maior importância e, assim, analisar como categorias nativas.

As categorias nativas que emergem do campo estão construídas a partir de três categorias prévias que refletem: 1) a disponibilidade permanente das mulheres e a relação de serviço para com a família (FREITAS, 2016 *apud* CHABAUD-RYCHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1985); 2) a divisão sexual do trabalho (HIRATA, KERGOAT, 2007; BRUMER, 2004; PAULILO, 1987); 3) a naturalização (KERGOAT, 2019; HIRATA) e 4) invisibilidades das mulheres (HERRERA, 2016).

Por meio dessas categorias prévias ancoradas teoricamente atribui-se a esse estudo de caso as categorias nativas, a fim de analisar as entrevistas e de dar voz às mulheres, que muito tem a contribuir a partir dos seus espaços de fala com a reflexão cotidiana sobre mulheres e trabalho no campo.

Desse modo, foram elencadas cinco categorias nativas, centrais para a análise dos dados da pesquisa. Essas categorias são mencionadas a seguir e, de modo sintético, procura-se explicar o contexto em que tais categorias foram empregadas durante as entrevistas.

a) *lutas*, categoria mencionada quando as entrevistadas evidenciam o processo de conquista tanto da terra, quanto da agroindústria como alternativa de sobrevivência no campo;

b) *trabalho duro*, empregada quando se referem ao trabalho antes da agroindústria, quando tinham tripla jornada de trabalho, trabalhavam na roça, trabalhavam ao redor de casa cuidando de animais, da agricultura de subsistência e do trabalho doméstico que envolve todos os afazeres da casa e mais o cuidado com os filhos;

c) *trabalho coletivo*, que resulta do associativismo e do trabalho no interior da agroindústria, destacado como um espaço que também se configura como lazer, que as torna importantes e necessárias para o bom andamento das atividades.

d) *ajuda*, empregada em dois sentidos distintos. Por um lado, se refere a ajuda da mulher ao marido na roça e, recentemente, a ajuda do marido no ambiente doméstico, que é considerado pelo mesmo peso de ajuda se ele, o marido, lavar uma louça ou aquecer o almoço, por exemplo. Por outro lado, refere-se também a *ajuda mútua* entre as mulheres no trabalho coletivo, onde socializam o trabalho umas com as outras, entendendo que se uma colega precisa faltar, outra prontamente cobre o seu posto de trabalho;

e) *realização*, termo utilizado para demonstrar satisfação e orgulho com o trabalho, apontando o reconhecimento tanto no âmbito familiar quanto pela sociedade.

Assim, com base nessas categorias que emergiram do campo empírico e da relação delas com categorias presentes na literatura sobre o tema, a presente dissertação sistematiza e analisa as informações a partir de tais categorias, buscando nas entrevistas e nas observações em campo elementos para compreender a inserção das mulheres no trabalho doméstico e no da agroindústria de modo a ampliar a discussão sobre mulheres e trabalho no campo.

3 LUTA E TRABALHO DURO: TRAJETÓRIAS DE VIDA E MUDANÇAS A PARTIR DO TRABALHO

Neste capítulo, o objetivo é apresentar o histórico de vida das mulheres que fazem parte da agroindústria Mãos na Massa, no Assentamento Sino, em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul, buscando entender o processo de construção de aspectos que têm contribuído para a melhoria de condições de vida no campo.

Nesse sentido, a partir de categorias nativas que emergiram durante o período de trabalho de campo, destacam-se os termos *luta* e *trabalho duro*, mencionados pelas interlocutoras como processos de desenvolvimento. Por meio desses termos, busca-se compreender também as dinâmicas de trabalho e a participação das mulheres entrevistadas na organização da vida das famílias e do assentamento. Além desta breve introdução, este capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira seção, as mulheres interlocutoras desta pesquisa são apresentadas, de modo a proporcionar elementos que contribuem para compreender suas características e trajetórias de vida. Na segunda seção, são abordadas questões referentes à luta das mulheres por melhores condições de vida, entendendo o processo coletivamente, dentro das causalidades e trajetórias comuns a elas.

A seção seguinte aborda questões referentes à proximidade das famílias do centro urbano e o que isso implica para a dinâmica de trabalho das mulheres, especialmente no que diz respeito à pluriatividade da mulher rural. Por fim, a quarta e última seção, volta-se a resgatar a ideia de *trabalho duro*, categoria nativa empregada pelas interlocutoras para apresentar relatos acerca do processo de construção mais coletivizada dentro do assentamento. Ademais, busca identificar questões acerca da organização interna do assentamento, bem como o trabalho da assistência técnica recebido pelas mulheres e a capacidade de liderança e engajamento das pessoas envolvidas no assentamento e, em especial, na agroindústria Mãos na Massa.

3.1 AS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES QUE INTEGRAM A AGROINDÚSTRIA MÃOS NA MASSA

Nesta parte do trabalho, busca-se apresentar brevemente aspectos que contribuem para compreender a trajetória das seis mulheres interlocutoras deste estudo e responsáveis pela agroindústria Mãos na Massa. Almejando garantir o

anonimato das interlocutoras, como já mencionado na metodologia, os nomes verdadeiros foram substituídos por nomes de flores do campo, por demonstrarem sua resistência, vida e beleza, mesmo sob os cenários mais difíceis, ou *duros*, como elas denominam. Assim, a continuidade desta seção se dedica a apresentar cada uma das mulheres entrevistadas para a construção desta pesquisa.

Gérbera tem 52 anos, é filha de agricultores de Rodeio Bonito, localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul, cursou até a 5ª série do ensino fundamental. Ela tem quatro filhos, dois moram no mesmo lote que ela, mas em casas separadas com suas famílias e um mora em assentamento em outro município. Moram juntamente com ela em sua casa, o marido de 68 anos, a filha de 20 anos, e a neta de 11 anos.

Antes de acampar, moraram em vários municípios e trabalhavam como meeiros⁹ e empregados rurais. Em 1990, Gérbera foi acampar com o marido e os filhos em Cruz Alta, região noroeste do estado, e quatro anos depois, ganharam a terra. No assentamento, onde mora com a família desde 1994, antes de se envolver com o projeto de agroindústria, Gérbera trabalhava com produção de leite, verduras e lenha. Ela também trabalhou como faxineira diarista por algum tempo, porém, atualmente, a principal renda familiar vem da agroindústria.

Madiba tem 45 anos, é agricultora, filha de pequenos agricultores de Porto Lucena, município localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, cursou até a 4ª série do ensino fundamental. Tem dois filhos: uma filha de 21 anos e um filho com 27 anos. O filho mais velho mora em Canoas, situado na região metropolitana de Porto Alegre, com sua esposa e neto; e a filha mais nova mora com o genro junto com Madiba, porém trabalham na cidade.

Na casa com ela, moram também seu esposo de 51 anos de idade, agricultor e empregado urbano; e seu pai com 66 anos de idade, agricultor aposentado. Sua mãe ficou muito tempo adoentada e faleceu na metade do ano de 2019. Durante o período de acampamento, que durou cerca de três anos, apenas seu marido foi acampar em Encruzilhada do Sul enquanto Madiba ficou na casa onde moravam cuidando dos pais e filhos. No período anterior à agroindústria, Madiba, junto com sua família, trabalhava com a venda de produtos caseiros e hortifrúti na feira da cidade de

⁹ Meeiro é o agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa e reparte sua produção com o dono dessas terras.

Nova Santa Rita, RS, e na produção de leite. Foi Madiba quem possibilitou o processo inicial de associação das mulheres, emprestando sua casa para produção de panificados e possibilitando a comercialização dos produtos em seu ponto de feira. Atualmente, a renda da agroindústria é fundamental para essa agricultora, que investe sua renda em despesas da casa e do lote.

Margarida tem 61 anos, é agricultora aposentada, filha de pequenos agricultores de Nova Santa Rita, RS, cursou até a 5ª série do ensino fundamental, tem três filhos, sendo que dois, um de 32 e outro de 27 anos, moram em casa separadas no mesmo lote que ela, porém trabalham em empresas no meio urbano. Ela tem também uma filha de 36 anos que mora em outro município.

Com Margarida, mora o marido, agricultor aposentado com 65 anos de idade. Sua família foi assentada no Assentamento Sino no ano de 2004. Apenas seu marido foi acampar enquanto ela ficou cuidando das plantações junto com os filhos na pequena chácara onde viviam, em Nova Santa Rita, RS. Trabalharam muito tempo com produção de hortaliças e frutas, o que garantiu a renda familiar durante anos. Atualmente, o casal está aposentado e, sem os filhos em casa, Margarida investe o dinheiro que recebe na agroindústria em coisas para a casa, para ajudar os filhos e para ajudar o marido na criação de animais. A renda do casal hoje é oriunda das aposentadorias, da venda de animais e da renda de Margarida na agroindústria.

Cravina tem 66 anos, é agricultora aposentada e viúva há sete anos. É natural de Três Passos, município localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul, onde cursou até a 4ª série do ensino fundamental. Tem 9 filhos, sendo que dois, um filho de 24 anos e uma filha de 45 anos, empregados urbanos, moram com ela na mesma casa. Além desses filhos, o lote é compartilhado com mais três filhos que moram em casas separadas com suas famílias. Ela e seu marido viveram 18 anos na cidade, onde ele trabalhava como pedreiro e carpinteiro e ela era dona de casa. Cravina foi acampar, juntamente com seu marido, na época, com 5 filhos pequenos. Durante o período de acampamento, deu à luz a um filho e, quando já estavam assentados, teve mais 3 filhos. A família está no assentamento desde 1994.

Antes da agroindústria, Cravina trabalhava na lavoura com o marido e os filhos, fazia produtos para venda direta, como banha, leite, ambrosia, doces, pastéis; trabalhou como diarista fazendo faxinas durante um período. Agora, aposentada, Cravina salienta que a renda que recebe da agroindústria é destinada para comprar coisas para casa, as quais ela nunca teve oportunidade de comprar, como sofá, TV,

balcões, fogão, relatando que sempre contou com doações de móveis para a casa. No lote, quem produz são os filhos, que se dedicam à criação de animais e algumas plantações.

Girassol tem 44 anos, é filha de agricultores, natural de Salto do Jacuí, região do Alto Jacuí, RS. Ela cursou até a 5ª série do ensino fundamental e, após casar, foi morar na cidade de Canoas, também no RS, onde ficou por 10 anos, período no qual o marido foi acampar em Eldorado do Sul, RS. Em 2003, conquistaram terra no município de Canguçu, na região sul do estado, onde moraram por três anos. Em 2007, passaram a morar e produzir no Assentamento Sino, uma vez que as dificuldades em Canguçu eram grandes devido às distâncias de centros urbanos. Girassol não tem filhos. Após vir para o Assentamento Sino, voltou a trabalhar como costureira no mesmo emprego em que trabalhava antes de ser assentada, porém, naquela oportunidade, trabalhava em casa. Seu marido tem 58 anos, sempre foi agricultor e, atualmente, a renda do lote é a venda de peixes. Entretanto, a renda de Girassol na agroindústria diz respeito a principal renda familiar.

Dália, com 40 anos, representa a segunda geração no Assentamento. Ela é filha de assentados do Assentamento Sino, cursou até a 5ª série do ensino fundamental. Aos 15 anos, casou e foi viver em Palmeira das Missões, região norte do Rio Grande do Sul, retornando a Nova Santa Rita, RS, 15 anos depois. Tem três filhos com idades de 16, 13 e 7 anos.

Atualmente mora no assentamento no lote de sua mãe junto com seu marido de 39 anos, que trabalha como empregado urbano. Dália foi acampar quando ainda era criança com sua família em Cruz Alta, RS, e, quando tinha 14 anos, foram assentados. Após retornar a Nova Santa Rita, em 2009, trabalhou como empregada urbana na indústria calçadista, como frentista, como porteira e também como moto taxista. Em 2014, desde a fundação da agroindústria, começou a trabalhar na função de secretária, sendo responsável pela parte administrativa. Dália é a única assalariada na agroindústria e, com a renda obtida, ela investe em despesas de manutenção familiar, complementando a renda oriunda do pedaço de terra cedido pela sua mãe para auto sustento da família e produção de leite para a venda.

As trajetórias das seis mulheres interlocutoras desta pesquisa apresentam singularidades, mas se somam no que diz respeito à luta pela terra e por melhores condições de vida, aspectos que serão explorados na seção seguinte.

3.2 A GENTE LUTOU MUITO PARA TER ISSO AQUI: A CONQUISTA DA TERRA E OS DESAFIOS PARA ACESSAR E PRODUZIR NA TERRA

O assentamento, foco desta pesquisa, está localizado no município de Nova Santa Rita, RS, em uma área hipotecada e com histórico de plantação de cana de açúcar. A área ficou cerca de 20 anos improdutiva, até que em 1994 a área foi comprada pelo Estado para fins de reforma agrária, com áreas destinadas a 13 famílias assentadas em lotes individuais de 20 hectares aproximadamente por família.

Em geral, quando as famílias chegam a terra, elas se deparam com o momento mais difícil, pois precisam, coletivamente, definir quais serão as próximas demandas de reivindicações, uma vez que chegam em terra arrasada, sem estruturas mínimas para começar e precisam criar condições para se desenvolver enquanto família e assentamento. Uma nova realidade, um novo começo, uma nova vida a construir. Foi o momento que, como evidenciaram as interlocutoras da pesquisa, exigiu persistência.

O processo de inserção nos lotes é distinto para cada assentamento, conforme dinâmicas de cada região, bem como a tomada de decisão de como as famílias optarão por se auto organizar dentro do assentamento. Nesse sentido, como explica Andrade Neto (2015), é válido lembrar que há experiências de processos coletivos maiores ou menores e também individuais, que são definidos pelas famílias quando assentadas. O processo coletivo é mais comum quando as famílias são originárias de uma mesma região e já faziam parte do mesmo grupo no acampamento, o que não é a realidade do Assentamento Sino, onde, embora a grande maioria seja oriunda da região norte e noroeste do estado, são oriundos de municípios distintos.

O processo coletivo, também chamado de cooperação entre os assentados, vem de um longo debate dentro do Movimento Sem Terra (MST) no sentido de que os assentamentos, frente a grande ofensiva da sociedade brasileira desde seus primeiros anos de existência, precisavam dar resposta evidenciando que a reforma agrária daria certo. Para isso, buscaram viabilizar a produção de alimentos e a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Com isso, frente aos distintos contextos em que as terras destinadas aos assentamentos não estavam em plenas condições de agricultura, muitos investimentos eram necessários para subsidiar a produtividade da terra. Pensando nisso, a organização do MST defendeu o trabalho coletivizado entre as famílias para,

assim, garantir a estrutura mínima para potencializar a produção dos assentamentos, o que conseqüentemente ajudaria na elevação produtiva das famílias que, então, poderiam comprar máquinas e equipamentos em conjunto. Essa experiência passou a ser orientada já nos processos de acampamento, de modo a contribuir para organização em núcleos de base. Conforme apresenta Andrade Neto (2015):

A conquista de um número cada vez maior de áreas de assentamento impôs ao MST o desafio de pensar o que fazer com relação aos assentados. A partir de 1984 começa a se perceber e discutir as enormes dificuldades pelas quais passavam os assentados, que encontravam obstáculos para sair da situação da fome e miséria, e, em alguns casos, eram levados pelas circunstâncias a perder os lotes. Os maiores desafios diziam respeito à produção e comercialização, problema comum também à maioria dos pequenos agricultores do país. No caso dos assentados o problema era considerado como mais grave, pois as terras desapropriadas eram em geral de má qualidade em termos da produtividade agrícola e os assentamentos eram feitos com lotes pequenos, faltando recursos para investimento na produção e assistência técnica que os orientasse de acordo com seus interesses e necessidades, além da falta de infraestrutura básica como estradas, rede de luz elétrica, abastecimento de água, moradia e escolas. (ANDRADE NETO, 2015, p.160).

É nesse contexto que os núcleos de base passam a ser centrais e, de modo alinhado a essa proposta, todos os acampamentos e assentamentos passam a apresentar processos coletivizados formados por grupos, ou núcleos de base, processo que pode ou não se desdobrar em projetos maiores como é o caso de associações e/ou cooperativas.

É importante acumular este conhecimento para pensar as diferentes formas de organizações de assentamentos que podem se dar entre grupos de produção, grupos de projetos, grupos de trabalho, enfim, grupos que não necessariamente formem uma cooperativa ou associação, mas que dentro dos assentamentos, principalmente no seu início, são regidos por esse princípio de coletivização. Desse modo, por meio de grupos trabalhando de modo organizado, um proporcionando apoio ao outro, o Movimento vislumbra maior acesso a políticas públicas e bens de produção.

Embora o Assentamento Sino não se caracterize por ser um assentamento cooperado, as famílias seguem uma organização interna, com reuniões periódicas, voltadas a debater tanto definições políticas que observam questões referentes ao conjunto do movimento, como questões práticas, que necessitam encaminhamento e aprovação das famílias. Entretanto, no assentamento, há uma dinâmica de organização coletiva presente na gestão da agroindústria. Pode-se dizer que essa forma de gestão é oriunda do processo de organização decorrente de reuniões

periódicas, em que havia maior participação das mulheres. Como consequência desse processo é que se decidiu pela construção da associação para produção coletiva de panificados, experiência esta que se desdobrou no projeto da agroindústria foco desta dissertação, em funcionamento atualmente.

Entendendo essa dinâmica de organização que de um processo de acampamento se desdobra conseqüentemente em um assentamento, na continuidade desta seção, buscaremos considerar esse processo no que se refere à trajetória individual das mulheres envolvidas na agroindústria Mãos na Massa, desde a decisão de ir acampar bem como os fatores que as motivaram para a *luta* pela terra até as dinâmicas de desenvolvimento após a conquista da terra, no assentamento.

Todas as entrevistadas sempre tiveram vínculo com o meio rural. Embora Cravina tenha morado 18 anos na cidade acompanhando seu marido que trabalhava como pedreiro, ela relata que o sonho deles sempre foi morar no campo. A decisão de acampar surgiu das dificuldades que começaram a enfrentar criando os filhos na cidade dentro de uma zona de marginalidade na periferia onde viviam. Cravina e seu marido assumiram a difícil tarefa de acampar com os cinco filhos pequenos na época. Já outras entrevistadas, por diferentes motivos, continuaram trabalhando ou na cidade ou no meio rural, sustentando a família e cuidando dos filhos, eventualmente dos pais, e dos bens que possuíam enquanto os maridos estiveram acampados.

Como explicaram as entrevistadas, o *sonho da terra* é o que motiva as famílias a acampar e passar longos períodos lutando até conquistar, por meio de reivindicações e pressão popular, o direito à terra. Em linhas gerais, do ponto de vista jurídico, para terem acesso à terra, as famílias, já acampadas, se inscrevem em um sorteio quando há a publicação de um decreto de que uma nova área de terra foi liberada para fins de reforma agrária. Participam da seleção todos os acampados organizados por grupos, de modo que pode ocorrer mudança de região, o que é comum no processo de assentamento, culminando na agregação de famílias de diferentes regiões em um único assentamento.

Esse fenômeno em que as famílias se aloca num lugar novo é denominado por Fernandes (2012) como fenômeno TDR – *territorialização, desterritorialização e reterritorialização*, os quais se configuram em processos de criação e recriação, que conferem ao espaço uma nova territorialidade, nesse caso o assentamento, em que as famílias reconstroem o espaço territorial. Para o autor, em síntese, territorialização diz respeito a organização do espaço a partir novos elementos e novas práticas, já

desterritorialização equivale ao processo em que ocorre a destruição e ou refluxo de uma antiga constituição de tal território, representado pela conquista da terra, por exemplo e, a reterritorialização refere-se a recuperação do espaço, como é o caso do acesso a terra, por exemplo, que recria o lugar. Entendendo esses conceitos, entende-se também o processo de construção dos assentamentos, o que conseqüentemente aconteceu no Assentamento Sino, composto por famílias oriundas das regiões norte, noroeste e metropolitana do estado. Fernandes (2012) define o território para além da noção de Estado e aborda os vários territórios como frações desse território maior. O território camponês entendido como fração ou como unidade é o sítio, o lote, a propriedade familiar ou comunitária, assim como também é a comunidade, o assentamento, um município onde predominam as comunidades camponesas (FERNANDES, 2012, p. 744).

Quando as famílias chegam ao novo território, o transformam não apenas em relação a aspectos produtivos, mas também em relação a aspectos culturais e sociais. Isso exige não apenas adequação das famílias ao município, mas também reestruturação na maneira de produzir e reproduzir, pois as épocas de plantio e as culturas não necessariamente são as mesmas em relação às quais estavam adaptados. Sobre isso, Girassol relata que mesmo próximo da cidade, lugar que, em tese, o retorno financeiro seria mais fácil pela comercialização dos alimentos produzidos, uma vez que anteriormente residiam a cerca de 70 km da cidade, dificultando muitas vezes a escoação da produção, quando chegaram ao Assentamento Sino também tiveram dificuldades de adaptação. Como explica a assentada: *quando a gente veio pra cá, aqui as terras são diferente, não dá muita planta, mais é verdura e meu marido não entende de verdura, daí ele tem criação*. Quando a interlocutora relata essa situação, ela sugere que não estavam acostumados com o tipo de terra e o que eram acostumados a produzir, agora, no Assentamento, já não era mais possível produzir, ou seja, a agricultura que outrora faziam já não era mais possível pelo fato de que a nova terra era incompatível com certas sementeiras.

Essas dificuldades estimularam as famílias a criar alternativas. Entre elas, a principal, adotada por várias famílias do assentamento foi a derrubada de árvores para vender a madeira, mas também para tornar as terras agricultáveis. Com o recebimento de recursos para investir em produção e infraestrutura via Estado, muitas famílias começaram a investir na produção de hortaliças para venda em feiras, mas, sem

transporte para levar os produtos aos locais de venda, dependiam de um atravessador, o que resultou na desistência de alguns do ramo e na opção por alternativas, como produção de leite, de lenha, de criação de animais para a venda, bem como plantio de algumas sementes.

Naquele contexto, para as mulheres, o trabalho compreendia os cuidados domésticos, considerados em sua totalidade, incluindo o espaço físico da casa e também o entorno dela. Somando-se a essas atividades, incluía-se ainda o trabalho na lavoura, este considerado *ajuda*, ou seja, trabalho “não pago” assim como o trabalho doméstico que não lhes garante renda. Por isso, em muitos casos, as mulheres optavam por vender a sua força de trabalho na cidade, especialmente como diaristas para, assim, obter renda.

Além desses aspectos, a instalação no assentamento implicou às famílias se organizarem com recursos reduzidos e insuficientes, o que contribuiu para que muitas mulheres tivessem que trabalhar para além do trabalho na lavoura, na adequação do lote, mas também vendendo a força de trabalho. Essa estratégia buscava outras formas de renda para investir no lote, não necessariamente na cidade, mas em fazendas ou trabalhos temporários como safristas por exemplo, para conseguir recursos e investir na terra e no lar, compreendendo assim recursos para a alimentação, para o cuidado com os filhos, para a infraestrutura, para os animais, entre outros recursos necessários para a manutenção da família.

Nesse processo, as mulheres foram essenciais, pois contribuíram para a reconstrução da área de assentamento, tornando a terra agricultável, com a tombada das árvores e plantio de hortaliças, trabalhando diariamente com a família na lavoura. Entretanto, à medida que os filhos foram crescendo e que as mulheres passaram a dedicar menos tempo de trabalho na lavoura, também pelo fato de haver outras opções de geração de renda familiar, o trabalho na terra passou a ser cargo mais específico do homem, como bem ressalta Margarida: ...[o trabalho na lavoura] *eu deixo pra ele [marido], ele que mais cuida, o ganho da terra lá é dele.*

Desse contexto mais geral, as interlocutoras da pesquisa relataram que quando chegaram na terra conquistada, enfrentaram muitas dificuldades para construir a nova vida. Para isso, se sujeitaram a *trabalho duro*, junto com seus maridos na roça, plantando, colhendo, cortando árvores para fazer lenha, ordenhando, carregando cargas, enfim, trabalho pesado que as mulheres desempenharam e ainda desempenham no campo.

Paralelamente, para além do trabalho no lote, restava também todo o trabalho considerado doméstico, como limpeza e organização da casa e arredores, alimentação, cuidado dos filhos, horta, trato de animais e, para as famílias que tinham vacas, a ordenha. Além disso, conforme os relatos, algumas mulheres entrevistadas também faziam produtos para vender e, muitas vezes, ainda trabalhavam fora da unidade familiar para a complementação da renda, principalmente no trabalho como diarista. Isso pode ser evidenciado no depoimento de Gérbera:

A gente veio pra cima do lote e não tinha recurso nenhum. Até que veio os recursos, a gente foi trabalhando por dia nos chacareiro da volta. Aí quando veio os recursos a gente começou com as verduras, mas chegou uma época que os preços começaram a cair muito e a gente estava sentindo que continuava sendo explorado. Depois a gente foi para o leite e trabalhou um bom tempo no leite; aí também começou dar aquelas [desvalorização] e continuava na mesma vida lá de fora. (Gérbera, 52 anos).

Gérbera conta que foram várias tentativas frustradas para *sobreviver* do e no lote. Ela lembra também que quando chegaram ao lote, toda a família, inclusive as crianças pequenas, derrubavam os matos de maricá para limpar o campo e vender a lenha, renda que garantiu os primeiros anos no assentamento para todas as famílias, pois tinham liberação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para comercializar esse produto. A produção de lenha é ainda hoje uma alternativa de renda para alguns assentados do Assentamento Sino.

Além da lenha, também a criação de gado de leite foi e continua sendo importante para o assentamento. Nesse sentido, a produção de leite historicamente foi tarefa das mulheres no campo, um serviço que ficava subentendido como extensão do trabalho de casa, logo, destinado às mulheres. Conforme destaca Gérbera: *Eu ajudava na lenha e tomava conta das vacas, do bicharedo, das crianças e em casa, da horta.* A fala de Gérbera vai ao encontro da naturalização dos papéis e espaços de trabalho no meio rural.

A entrevistada Cravina relata sua força e resistência desde a sua vida na cidade e depois no acampamento e no assentamento. Com seus nove filhos pequenos, ela sempre tomou conta de todos os afazeres domésticos. Sobre isso, ela relata sobre como era sua organização do tempo de trabalho:

Eu levantava as 06h30 e daí tinham as crianças que iam para o colégio, e eu tirava leite, tratava os animais [porco, galinha, vacas]. Daí eu fazia o café, daí meu esposo levantava, tomava o café e ia pra roça, depois eu ia também, aí eu trabalhava até as 11h na roça e depois eu vinha fazer o almoço... Daí eles [marido e filhos] chegavam, nós tomava chimarrão, eles almoçavam, daí ele ia deitar um pouco, e eu ia lavar a louça e fazer... ajudar as meninas lavar roupa. E depois ele levantava e nós ia para roça. (Cravina, 66 anos)

No início do Assentamento, o trabalho da família era principalmente voltado ao corte de lenha para vender, atividade em que toda a família trabalhava. Porém, se pensar a jornada de trabalho, a de Cravina iniciava antes e terminava depois de todos os familiares. Ela conta também que fazia pastel para os filhos venderem para os operários de uma obra próxima ao Assentamento. Com isso, acordava mais cedo ainda para fazer os pastéis antes de ir tirar o leite. Conta também que quando lhe restava tempo, fazia ambrosia, queijo e doce de leite para vender. Além disso, ela trabalhava como diarista alguns dias da semana.

Como as trajetórias de vida e de trabalho das agricultoras entrevistadas nesta pesquisa endossam, as mulheres historicamente lutaram e continuam lutando por melhorias de qualidade de vida no campo, na busca por espaço de reprodução da vida e condições de trabalho e renda.

Porém, como muitas mulheres, também entre as interlocutoras desta pesquisa, muitas consideram o trabalho doméstico como “não trabalho”, apenas como papel destinado às mulheres, o que as torna, muitas vezes, incapazes de estabelecer uma forma de representatividade na unidade familiar e de participação na renda do lote. Sobre essa questão, Boni (2006) nos ajuda a refletir sobre a ideia de trabalho produtivo e reprodutivo, em que o primeiro é o que gera renda e, na maioria dos casos, é de responsabilidade masculina. Logo, eles detêm o poder, ficando as mulheres submissas aos homens.

Gérbera, por exemplo, relata que aprendeu o que era trabalho quando participou de uma palestra, em que a palestrante perguntou quem trabalhava e poucas mulheres se manifestaram. Quando a palestrante, então, questionou sobre o trabalho diário, as mulheres começaram a se dar conta de que realmente trabalhavam. Após relatar o acontecido, Gérbera diz: *se é trabalho então vamos dividir*, afirmação que ela faz ao se referir à divisão de trabalho com o marido dentro de casa. Ou seja, a partir das provocações da palestrante, Gérbera percebe que todos os dias trabalhava em casa e na roça, porém em casa o trabalho ficava apenas sob responsabilidade e encargo dela.

A separação do que é trabalho do homem e o que é trabalho da mulher é bastante presente no meio rural e é naturalizado pelas próprias mulheres e se expressa, por exemplo, quando elas dizem, se referindo ao marido, que *ajudam* eles na lavoura e eles, às vezes, *ajudam* elas em casa. Essa leitura não apenas reforça a separação de tarefas e responsabilidades como também subdimensiona o tamanho e peso da ajuda.

A dimensão do peso da ajuda, ou conforme aborda Paulilo (1987), o “peso do trabalho”, demonstra como se configuram as relações de trabalho no meio rural. Nas palavras da autora (1987, p. 7): “O trabalho leve não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo e esforço. É leve porque pode ser realizado por mulheres e crianças.”.

Paulilo (1987) também argumenta que o trabalho leve, realizado por mulheres e filhos menores na volta de casa, implica hierarquização da família, de modo que quem realiza o trabalho considerado pesado é quem tem maior poder de decisão. Porém, essa construção hierárquica é fruto de categorização que varia segundo o “sexo do trabalhador”, isto é, o que define o trabalho ser leve ou pesado é quem o faz, o homem ou a mulher, não necessariamente o tempo do trabalho, o esforço, ou o retorno, o que implica consequentemente entendimento de ajuda nos trabalhos considerados masculinos ou femininos.

Ainda no que se refere à divisão sexual do trabalho, durante a pesquisa de campo, o depoimento de uma das interlocutoras remete à relação desse tema com a noção de a propriedade da terra ser do homem. Madiba diz: *o lote é do meu marido, eu não tive a oportunidade de ir acampar. Ao fazer essa afirmação, a interlocutora revela que não teve oportunidade de acampar porque ficou cuidando de seus pais e filhos pequenos e, além disso, produzindo alimentos para a manutenção familiar e também para manter o marido no acampamento.*

Assim, embora o marido tenha podido acampar porque Madiba, com seu trabalho, possibilitou isso, já que esteve em casa cuidando dos filhos e da propriedade, ela não considera que tenha direito sobre o lote, mesmo com a titularidade do lote em nome do casal. No que se refere à titularidade da terra, vale mencionar que a titularidade ser do casal e não apenas do homem foi um direito conquistado pelas mulheres assentadas apenas em 2003, por meio de uma Portaria do INCRA nº 981, 02 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), tornando desde então obrigatório o nome do casal como titulares do lote.

A titularidade do lote remete a outra questão referente ao domínio da terra ou ainda ao gerenciamento do lote. Nesse sentido, é importante considerar que, sendo o “lote do marido”, ele assume a postura de gerenciador do lote, tomando decisões de compras, vendas e investimentos, restando à mulher, que não raro assume condição subalterna, buscar outros meios de trabalho para complementar renda, e mesmo assim continuar trabalhando na casa, no lote e, quando restar tempo, fazendo queijos ou outros produtos para vender.

Desse modo, embora a renda do lote devesse ser conjunta, quem detém o poder sobre ela é o “chefe da família”, termo que até recentemente era adotado distintivamente pelas pesquisas de dados domiciliares, mesmo que tenha havido mudança do termo no código civil em 2003 para pessoa de referência familiar, para justamente superar a hierarquia de gênero que está contida fortemente na figura masculina (OLIVEIRA, 2005).

A matriz cultural dominante, assentada em valores patriarcais continua associando a categoria “pessoa de referência” ao papel de chefe de família, que permanece sendo, por sua vez, identificado com a figura masculina. Portanto, a categoria pessoa de referência, instituída para substituir a categoria de “chefe”, com a finalidade de eliminar, pelo menos no nível da linguagem, as desigualdades intrafamiliar de gênero, continua sendo entendida como sinônimo de chefia familiar masculina. (OLIVEIRA, 2005, p.129)

Não raro, a conta no banco, os bens e até mesmo a terra está no nome apenas dos homens, o que leva as mulheres a uma situação de dependência, muitas vezes nem sabendo o quanto e para onde vai o dinheiro obtido no lote. Nesse contexto, muitas vezes, a compra de roupas ou algum outro produto que não é considerado prioridade pelos homens, só é possível porque as mulheres produzem e comercializam alimentos como queijos, doces, bolachas ou artesanatos, que geram um recurso extra, geralmente não controlado pelo marido. O homem é visto como o provedor da família, a mulher é a cônjuge e, não raro, recebe o título de chefe familiar quando torna-se viúva, ou por motivos de separação e ausência do esposo do lar, assim como expressa Cravina “*agora a titular é eu*”, ou seja, após a morte do marido ela ganhou uma certa autonomia e também passou a ser a referência da família.

Retomando o histórico de *luta* pela terra, em síntese, vale destacar que a *luta* das cinco¹⁰ mulheres interlocutoras desta pesquisa por melhores condições de vida foi percebida especialmente a partir da decisão de, de um modo ou de outro, estar junto com seus companheiros na decisão de acampar. Entre as que foram para o acampamento, havia as dificuldades de estar com os seus filhos em condições pouco favoráveis, sem energia elétrica, com disponibilidade restrita de água e com difícil acesso aos serviços públicos como saúde, educação e assistência social. Entre as que ficaram em casa, havia o desafiante compromisso de seguir a vida com carga ainda maior de trabalho. Essa situação evidencia a centralidade e importância da participação das mulheres no processo de luta pela terra e mudança de vida, visto que, via de regra, recaiu sobre elas uma carga diária ainda maior de trabalho.

O que sempre sustentou o assentamento até o processo de emancipação, isto é, na medida em que as famílias deixam de exigir tutela maior do Estado, em que elas conseguem sobreviver do próprio lote e de seu trabalho no nele, entretanto não desconsiderando a importância das políticas públicas que garantam o desenvolvimento dos assentamentos e famílias assentadas. Mas entendendo este processo relacionado ao momento em que o assentamento consegue oferecer estruturas mínimas às famílias se tornando de fato um espaço de reprodução de vida, foi então o trabalho coletivo –, não necessariamente cooperado –, construído por meio de reuniões de organicidade para estabelecer dentro das demandas as prioridades para as famílias terem acesso às políticas necessárias para o desenvolvimento do assentamento.

Esse processo coletivo, como já mencionado, iniciado por meio da formação política praticada pelo MST desde as fases de acampamento, é continuado no assentamento com as famílias, tanto que no Assentamento Sino foi possível a instalação de uma agroindústria para as mulheres como uma demanda política e coletiva, viabilizada por meio da iniciativa das mulheres na organização, mas também com o apoio de forte incentivo da assistência técnica. Essa demanda se somou às linhas políticas do MST de criar espaços de participação feminina nas frentes de

¹⁰ Observa-se no decorrer deste estudo, a informação acerca de seis mulheres interlocutoras desta pesquisa e, em alguns momentos, apenas cinco, como é o caso aqui. Como já indicado no capítulo metodológico essa situação se explica da seguinte forma: cinco são as sócias, porém são seis mulheres envolvidas no trabalho, sendo que uma delas, Dália, filha de uma das sócias é contratada pela Agroindústria. Com isso, em questões ligadas ao processo de acampamento, primeiros anos de assentamento e construção do coletivo de mulheres, Dália, não estava diretamente envolvida e, por isso, aqui, fez-se menção à cinco mulheres..

produção dentro dos assentamentos, tema que será aprofundado nas seções seguintes.

Dando continuidade ao histórico de vida das mulheres interlocutoras desta pesquisa, na próxima seção busca-se refletir sobre a renda obtida pelas mulheres como esforço do trabalho realizado por elas.

3.3 RENDA COMO ESFORÇO DO TRABALHO

Como a literatura tem apontado, o trabalho doméstico é considerado não trabalho ou ainda trabalho apenas reprodutivo (BRUMER, 2004; PAULILO, 2004; BONI, 2005; HERRERA, 2016), definições que rebaixam o envolvimento das mulheres em atividades essenciais para manutenção e desenvolvimento da unidade familiar. O trabalho da mulher, caracterizado como reprodutivo, conforme aborda Boni (2005), é assim definido por estar ligado ao ambiente privado da unidade familiar, como a agricultura de subsistência, provendo alimentação e cuidados ao homem, que por sua vez é o responsável pelo trabalho produtivo, que produz valor, logo, este se torna responsável pela família, o chefe familiar.

Entretanto, entende-se que o trabalho da mulher não se limita apenas ao trabalho doméstico em sua totalidade, pois, conforme tem sido abordado neste estudo, as mulheres, em geral, sempre estiveram inseridas no trabalho na lavoura, local este entendido como o de produção para comercializar. Além disso, cabe considerar o trabalho reprodutivo extremamente importante e necessário para a manutenção também do ambiente e trabalho produtivo, sobretudo no que se refere à alimentação e cuidados para a continuidade da força de trabalho.

Questões como trabalho produtivo e trabalho reprodutivo se inserem no espaço rural enquanto contexto que carrega marcas profundas de conservadorismo e patriarcado. Conforme contribuições do estudo teórico de Souza de Oliveira (2018), que aborda as análises dos(as) principais autores(as) contemporâneos que se debruçam em estudar trabalho produtivo e reprodutivo, “as expressões do conservadorismo na contemporaneidade reflete um conjunto de valores e práticas que revelam ideologias da classe dominante” (DEMIER, 2014, ESCORSIM NETTO, 2011) e o patriarcado é visto como um sistema de dominação das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004). Talvez essas categorias estejam de modo ainda mais acentuado

no meio rural do que no meio urbano. No meio rural, mesmo após o avanço de direitos femininos, as práticas cotidianas ainda remetem a histórica subalternidade da mulher no campo, sobretudo no que se refere à trabalho e renda, pois o acesso a renda pela mulher rural é bastante dificultado inclusive pelas menores possibilidades de socialização.

A renda no meio rural é considerada renda familiar, mas, via de regra, quem a administra é o chefe de família, função esta que na maioria das famílias, corresponde ao homem. Nessa dinâmica, a situação das mulheres fica ainda mais invisibilizada, pois, em muitos casos, elas não dispõem de renda, ficando financeiramente dependentes dos maridos. Dentro desse cenário, observa-se várias estratégias usadas pelas mulheres como forma de mitigar ou resolver essa limitação, entre as quais é recorrente tanto a produção e comercialização de artesanato, de leite, de queijo, de banha, de compotas, entre outros produtos, quanto o emprego em trabalhos formais e informais na cidade que, mesmo que pontuais, garantem renda mínima a essas mulheres.

Nesse sentido, no que se refere às mulheres interlocutoras desta pesquisa, vale salientar que muitas, se referindo à produção do lote, mencionaram a *venda direta na porta de casa* como uma estratégia importante para geração de renda para elas, mas que só foi possível após o período de repressão e de preconceitos com as famílias assentadas, fato este que ocorre pelas interpretações, que por muito tempo foram (e continuam sendo) divulgadas pela mídia conservadora brasileira, que em certa medida influenciam a sociedade enquadrando o Movimento Sem Terra como sendo constituído por criminosos¹¹. A mudança de pensamento da população do entorno do Assentamento só foi possível após as relações estabelecidas pelos assentados e assentadas com as demais comunidades do entorno, o que foi construído por meio de suas produções e comportamento, amenizando assim o preconceito e criando abertura para comercializar localmente sua produção.

A proximidade do Assentamento Sino da área urbana de Nova Santa Rita e demais municípios da região metropolitana de Porto Alegre contribui tanto para a venda da produção na *porta de casa* quanto para a saída da unidade familiar para buscar renda fora do lote, na cidade. Entre as entrevistadas apenas uma não saiu para vender sua força de trabalho na cidade e, por motivos pessoais, optou por

¹¹ Ver mais sobre a criminalização do MST em ADISSI (2011).

privilegiar o cuidado familiar. Porém, constata-se que no Assentamento Sino é recorrente a saída das mulheres para a cidade, para realizar trabalho que possibilite a complementação de renda, embora atualmente alguns homens que são titulares dos lotes junto com suas esposas também passam a ter trabalho tanto como agricultor quanto como assalariado urbano.

A proximidade com o centro urbano também contribuiu para que muitas mulheres experimentassem alternativas possíveis ao acréscimo de renda familiar, especialmente porque, como explicaram as interlocutoras desta pesquisa, a renda do lote era controlada pelo marido, levando assim as assentadas a buscarem outras formas para complementar a renda, ou ainda para ter alguma autonomia financeira.

Portanto, as mulheres entrevistadas assumiram e assumem, em muitos casos, tripla jornada de trabalho, garantindo tanto os serviços externos a casa, no lote, o trabalho doméstico e o trabalho fora da unidade familiar. Estabeleceu-se, portanto, o trabalho caracterizado por sua dupla modalidade, ou seja, trabalho rural e urbano. No urbano, o trabalho realizado refere-se majoritariamente ao de diarista, caracterizando essas mulheres e famílias como pluriativas.

3.3.1 Pluriatividade da mulher rural

A pluriatividade, de acordo com Schneider (2003, p. 162), é a “combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura”. Essa diversificação é comum especialmente quando as famílias agrícolas se encontram localizadas próximas a centros urbanos. Dentre as motivações econômicas que levam a pluriatividade (Schneider, 2005), cita-se algumas dinâmicas de agricultura nas quais o plantio não é muito diversificado e que, em geral, depende de uma organização em que há apenas dois períodos que requerem maior envolvimento familiar: o plantio e a colheita. Em resposta a isso, em algumas famílias o trabalho na lavoura diminui, aumentando assim o trabalho pluriativo, ou seja, aquele desenvolvido fora da propriedade, em muitos casos, realizado nos intervalos de safras.

Ao analisar-se as motivações para a pluriatividade, sobretudo referente à questões relacionadas à modernização da agricultura e, conseqüentemente, a menor demanda de mão de obra, as mulheres são as primeiras a serem marginalizados do trabalho na agricultura, uma vez que seu serviço já não era considerado trabalho e

sim *ajuda* e, por isso, não remunerado. Nesse contexto, é necessário refletir sobre as formas de ingresso das mulheres rurais no trabalho pluriativo e quais são as suas motivações pessoais para se dedicar também a empregos fora da propriedade rural.

Esse tema se torna relevante nesta pesquisa porque apresenta forte relação com as mulheres do Assentamento Sino, que se localiza próximo a centros urbanos, o que facilita que elas contribuam para que suas famílias sejam pluriativas. Dentre as mulheres entrevistadas para esta pesquisa, quase todas já trabalharam na cidade, com exceção de apenas uma que, por motivos de cuidados de familiares, não tinha a possibilidade de trabalhar fora. Quando se observa os históricos de vida dessas mulheres, é possível perceber que foram elas as primeiras a sair da unidade familiar de produção em busca de renda extra. Atualmente no Assentamento Sino também há homens que realizam esta dupla atividade.

As atividades desenvolvidas por essas mulheres fora da unidade familiar foram variadas, entre as quais vale mencionar: frentista, costureira, moto táxi, merendeira e, na maioria dos casos, faxineira. O emprego de faxineira é o mais recorrente entre as entrevistadas, sobretudo na modalidade de diarista, em que conseguiam conciliar o trabalho na unidade familiar e o trabalho extra, na cidade uma vez que não acontecia em período integral na semana.

Como já sugerido aqui, a pluriatividade como alternativa se deu pelo fato de as mulheres não terem participação igualitária na receita obtida no lote, buscando assim meios de garantir renda mínima. Essa renda do trabalho extra, *grosso modo*, era destinada para gastos pessoais, como compra de roupas, cosméticos e, na maioria dos casos, aquisição de coisas para casa, sugerindo que o emprego dessa renda não era para questões inerentemente pessoais. De fato, conforme relatos das interlocutoras, esse recurso adquirido fora da unidade familiar era investido, em boa medida, para a manutenção familiar, pois o recurso arrecadado era usado para o manejo dos animais, principalmente na compra de medicamentos e alimentação, quando necessário. Essa última exemplificação reforça o entendimento de que o cuidado dos animais faz parte das atividades domésticas, logo, é de responsabilidade das mulheres.

Referente à modalidade de trabalho, entre as entrevistadas, Dália alterava por completo a dinâmica de trabalho em casa, pois tinha filhos pequenos, que ficavam sozinhos em casa enquanto ela trabalhava em turno integral como moto taxi e frentista. Além de Dália, também Margarida alterava em certa medida a rotina, pois

também trabalhava como merendeira em turno integral fora da unidade familiar, mas, como ela argumenta, não tinha grandes problemas, pois na época de safra era período de férias escolares e ela estava em casa para trabalhar.

Sendo assim, constata-se que quando o trabalho se dá na modalidade de diarista, não altera drasticamente a dinâmica familiar, pois as mulheres conseguem conciliar o trabalho conforme os horários em que, em geral, a demanda de trabalho na unidade familiar é maior. Já as mulheres que precisavam se ausentar por período integral, durante toda a semana, enfrentaram muitos problemas em casa. Dália, por exemplo, precisava deixar seu filho, de idade inferior a 2 anos, com suas filhas que na época tinham idade entre 7 e 10 anos. E quando retornava para casa no fim do dia, quando não tinha que trabalhar à noite, ainda precisava realizar o trabalho em casa como ordenhar vacas, organizar a casa, fazer alimentação e deixar tudo organizado para o dia seguinte. Naquela ocasião, o esposo de Dália também trabalhava na cidade, e quem lhe auxiliava em períodos de ausência, sobretudo para os trabalhos agrícolas, era sua mãe:

Eu já trabalhei assim em dois lugares, eu trabalhava de frentista das 22h às 06h e de porteira em regime 12/36, então às vezes eu saía do posto as 06h e às 7h eu pegava na portaria, largava as 19h e depois voltava para o posto, aí no outro dia eu ia dormir. E isso quando eu tinha meu guri pequeno, ele tinha um ano mais ou menos, aí trabalhei um tempo assim, foi bem puxado. Minhas gurias coitadinhas eram pequenas e cuidavam de toda a casa, porque eu não tinha tempo, meu guri já nem queria saber mais de mim. Minha mãe não trabalhava na época, daí ela ajudava a cuidar meu guri. (Dália, 40 anos)

Como o relato de Dália sugere, o trabalho fora da unidade familiar de produção se deu muito mais pela necessidade do que pela busca do espaço de socialização e valorização do trabalho. Essa leitura, em alguma medida, se distingue do diagnóstico realizado por Castilho e Silva e Schneider (2010), que apontam o trabalho fora da unidade agrícola vinculado à valorização e socialização, como indica o trecho a seguir:

A pluriatividade ganha importância no meio rural ao possibilitar uma alternativa a atividade agrícola que proporciona maior valorização do trabalho realizado, maior autonomia e maior socialização quando exercida fora da propriedade. (CASTILHO e SILVA; SCHNEIDER, 2010, p.4)

Embora o estudo de Castilho e Silva e Schneider (2010) tenha sido realizado também no Rio Grande do Sul, mais precisamente comparando o trabalho pluriativo de mulheres nos municípios de Veranópolis e Três Palmeiras, as evidências do trabalho pluriativo para as mulheres rurais se configuram de maneiras diferentes e conforme tipo de ocupação no espaço de trabalho. Ainda de acordo com o estudo de

Castilho e Silva e Schneider (2010), os autores salientam que o trabalho pluriativo, naquela realidade, foi possível por meio da prática, que buscou alterar as relações de poder no meio rural por meio de autonomia financeira. Essa leitura não cabe ao presente estudo pelo fato de que as formas de ocupações nos espaços de trabalho diferem não apenas pelo caráter de necessidade, que já pesa muito se compararmos com o trabalho pluriativo para realização pessoal, mas no tipo de contratação, uma vez que as mulheres interlocutoras deste estudo têm, com maior frequência, regime de trabalho informal, de diarista, distintamente das mulheres entrevistadas por Castilho e Silva (2009), que em grande maioria tinham suas ocupações de trabalho em indústria, comércio e serviços públicos, com maior participação, seguidos pelos serviços auxiliares e serviços pessoais. Para as mulheres que realizam o trabalho como diarista, por exemplo, a renda recebida não lhes garante autonomia financeira, mas auxilia nas despesas de casa, conforme relata Cravina: *eu trabalhei umas vezes como diarista, mas uma tarde por semana só, daí [com o dinheiro recebido] eu pagava a luz, a água.*

Girassol, por exemplo, realizava seu trabalho em casa, era costureira e ganhava por produção, porém seu trabalho em casa e a dinâmica familiar continuava, entretanto, sua renda dependia de sua capacidade de produção semanal, de modo que às vezes entrava noite adentro costurando para compensar o tempo investido em tarefas da unidade familiar.

A busca por trabalho fora da unidade familiar, em muitos casos, não é considerado, pelas mulheres, renda extra, e sim renda! As mulheres se veem subalternizadas dentro da unidade familiar, entendendo que o que gera a renda é a produção no lote, em que, às vezes, elas não têm envolvimento direto, pois muitos outros afazeres lhes tomam tempo em casa e nos arredores. Com isso, o trabalho fora da unidade familiar lhes garante retorno financeiro, que proporciona sentimento de compartilhamento das despesas de casa. Elas explicam que, para quem já trabalhou na cidade recebendo remunerações semanais ou mensais, é difícil se adequar aos rendimentos por safras, ou ainda, por vendas diretas ao consumidor, percebendo assim maior inquietação e necessidade de trabalho remunerado, seja ele no campo ou na cidade.

No caso de Girassol, que é a responsável pela renda mensal da família, tal inquietação se dá com a dinâmica de receber de acordo com a safra e ou a venda direta, realidade esta que ela e o marido tiveram que se adequar, uma vez que

precisaram mudar os hábitos de plantio e de trabalho, frente a nova realidade em que mudaram-se de região sul para a região metropolitana do estado. Com isso a opção que lhes coube, uma vez que o casal não se via produzindo verduras, atividade que lhes garantiria uma renda mínima gradual, foi a criação de animais para a venda. Porém, essa atividade não garantia a entrada de recurso mensal e junto a isso era preciso destinar investimentos para a criação. Atualmente o casal produz peixe em açude, o que possibilita uma safra anual. Entretanto, é referente a essa dificuldade em organizar-se com a renda única do lote que Girassol ilustra no trecho a seguir a necessidade dela ter uma renda:

Meu marido não entendia muito de verdura e eu via todo dia que todo mundo aqui só plantava e dava verdura. Daí a gente tinha muita galinha, porco e criação [gado]. Daí eu comecei a pensar que e tinha que fazer alguma coisa para gerar renda mensal, então eu falei com meu ex patrão e ele me deu serviço pra fazer em casa. Então ele me trouxe uma máquina de costura e o que eu costurava era minha renda mensal. (Girassol, 44 anos)

Mesmo com a criação de animais para venda, é necessário um longo período até que o animal esteja pronto para a produção de carne. Outro aspecto referente à venda de animais é que essa atividade não se caracteriza como uma safra, mas que de certa maneira há períodos em que há melhor comercialização, seja pelo preço, seja pela procura, mas, de todo modo, essa comercialização não é totalmente garantida, isto é, não há como prever uma renda fixa mensal decorrente dessa atividade. Nesse sentido é que se insere a exposição de Girassol no trecho acima, em que ela diz ter procurado um emprego fixo para conseguir uma renda mensal, que no caso dela, devido à atividade enquanto costureira, era por quantidade de produção semanal.

Como foi possível perceber, o trabalho pluriativo realizado pelas mulheres não significou, no caso das interlocutoras desta pesquisa, um processo de valorização pessoal e tampouco profissional, mas sim aconteceu conforme demanda e necessidade, sob os mais difíceis cenários de atuação. Como salienta Girassol, a busca do trabalho não agrícola se deu visualizando a possibilidade de renda mínima mensal, o que para elas não é proporcionado especialmente porque, como já apontado, a renda do lote estaria sob tutela do marido. Porém o que essas mulheres sugerem ter aprendido foi que fora do ambiente familiar seu trabalho tinha valor monetário, mesmo fazendo o que faziam em casa, no caso do trabalho como diaristas. Nesse contexto, em um primeiro momento, independentemente de valorização

pessoal ou profissional, a oportunidade de trabalho que surgiu a partir do projeto da agroindústria vai ao encontro da necessidade dessas mulheres de gerar renda a partir do esforço de seu trabalho, tema que será abordado na seção seguinte.

3.4 TRABALHO DURO ATÉ CHEGAR NA AGROINDÚSTRIA

O processo de agroindustrialização em unidades de produção nos assentamentos conectou-se à necessidade de ampliar espaços de participação das mulheres em setores produtivos, demanda apresentada pelos grupos de mulheres nos assentamentos que tinham experiências coletivas com vistas à geração de renda e de trabalho no campo. Em decorrência, o trabalho da Assistência Técnica realizado pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COOPTEC) reuniu as demandas das mulheres com o planejamento e criação dos grupos gestores de produção da Cooperativa de Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), uma vez que ambas as instituições têm como orientação política de atuação as linhas de ações do MST para o desenvolvimento dos assentamentos. Esse processo busca viabilizar e potencializar o trabalho coletivo e, dentro disso, o envolvimento de mulheres em mais frentes produtivas é pautado.

No espaço rural, o trabalho considerado masculino sobrepõe-se ao trabalho feminino em questões de renda e, conseqüentemente, no que se refere à hierarquia econômica, em que, como já mencionado, o chefe familiar concentra-se, na grande maioria das famílias, na figura masculina. Tal situação é visível não apenas no Assentamento Sino, mas de um modo geral no meio rural como um todo, o que acaba por não potencializar o trabalho da mulher no campo. Dentro desse cenário, buscou-se promover maior participação das mulheres no que se refere ao trabalho e à renda e, assim, responder a demanda construída pelo conjunto do Movimento Sem Terra, sobretudo do Setor de Gênero e pelo Setor de Produção desta organização em relação a essas questões. Sendo assim, buscou-se estratégias e realizou-se planejamentos coletivos com o propósito de desenvolver os assentamentos de modo geral, considerando as mulheres nesse processo.

Nesse sentido, cabe mencionar o documento elaborado a partir do Encontro Nacional de Mulheres do MST, que ocorreu no ano de 1996, em São Paulo, no qual se refletiu sobre a situação das mulheres no MST. A partir de várias considerações, o

documento sistematiza avanços e também encaminhamentos para seguir na defesa das mulheres no campo. De modo especial, neste documento apresenta-se também a memória do documento base do MST (1996) em que se agrega a seguinte definição política:

Art 152: sobre a produção, temos que garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês. (Setor de Gênero/MST, 1996, p. 05 e 06)

Como indica a citação acima, o Art. 152 sugere que as mulheres estavam organizadas dentro do MST e em guarda constante para que suas reivindicações específicas fossem pautadas dentro da organização. Como reflexo a essas reivindicações, o MST, por meio dos seus programas de formação, buscou vislumbrar a participação das mulheres em suas bases, assentamentos e acampamentos, fortalecendo o princípio da vida digna para todos e todas no campo.

Em consonância a esse princípio, a antiga¹² assistência técnica realizada pela COOPTEC e as cooperativas do MST realizara trabalho junto aos assentados e assentadas de assentamentos de reforma agrária promovendo, portanto, a participação igualitária das mulheres também nos processos decisórios.

De modo alinhado a essas diretrizes, as mulheres do Assentamento Sino tiveram papel essencial na promoção e envolvimento de ações do conjunto do MST, assim como foram responsáveis pela organização das famílias acerca das discussões sobre pertencimento, planejamento e desenvolvimento das famílias. Mesmo elas estando com tarefas muitas vezes fora do lote, conseguiam contribuir para essa organização que influenciou positivamente a unificação do assentamento. Tal influência é evidenciada no trecho de entrevista a seguir, da interlocutora técnica social, que prestou assistência técnica ao grupo naquele momento:

Elas sempre foram as mulheres daquele assentamento, que tiveram na linha de frente, primeiro elas participaram muito de atividades mais gerais, como o coletivo de saúde, por exemplo, e também das lutas do MST. E elas sempre iam puxando o assentamento inteiro, organizando as atividades no assentamento, tiveram sempre um papel muito importante. (Técnica Social, COOPTEC)

¹² Antiga assistência técnica pelo fato de que com a política de cortes de gastos do governo federal, encerrou-se o programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), que realizava este trabalho junto aos assentamentos.

Com o passar do tempo, a partir da vontade pessoal de cada mulher em ter a possibilidade de gerar renda dentro do assentamento somada ao acompanhamento da Assistência Técnica da COOPTEC, que incentivou a organização das mulheres a partir das experiências que já vinham acontecendo tanto no trabalho por meio de oficinas, como foi o caso da produção de fitoterápicos a partir do horto, como também da frequente participação dessas mulheres nos encontros de organicidade do assentamento, foi possível amadurecer estratégias e projetos voltados às mulheres do assentamento.

Assim, a COOPTEC buscou alternativas para a concretização do projeto do grupo de mulheres interlocutores desta pesquisa. Inicialmente, o apoio foi para a formalização de uma associação, viabilizando com isso um espaço de trabalho dentro do assentamento. Esse processo foi possível, obviamente, pela intenção das mulheres que, como mencionado anteriormente, sentiam necessidade de trabalho e renda no campo.

Nesse contexto, foi formalizado o grupo de mulheres, fruto da necessidade de envolver as mulheres em alguma atividade dentro do assentamento, uma vez que os estudos de viabilidade econômica realizados pela assistência técnica nos assentamentos do município evidenciavam que os homens tinham a centralidade na produção e gerenciamento do lote e para as mulheres poucas alternativas restavam (RODRIGUES, FOLLET e PIETROSKI, 2017).

A formalização desse grupo foi possível pelo fato de as mulheres envolvidas em diversas atividades do assentamento estarem em frequente participação nas atividades desenvolvidas pelo MST e pela COOPTEC, além de já estarem produzindo panificados de modo informal para comercialização. Considerando esse contexto, buscou-se organizar as mulheres para experimentar formas cooperadas de organização para produção e comercialização, atendendo assim a viabilização de construção coletiva para geração de trabalho e renda. Conforme relata a responsável técnica da COOPTEC, esse processo começou no ano de 2009.

A gente começou a construir, buscar algumas alternativas, começamos com algumas experiências bem formais, de se organizarem, de começar a vender coletivamente, ensaiar uma cooperação. E de fato só conseguimos o projeto a partir desta experiência de cooperação mínima e da vontade pessoal delas que já existia. Sempre acompanhamos muito de perto, foi na época do governo Tarso, com os programas do Funterra, e de fato a COOTAP também abraçou essa ideia. E nós tínhamos essa possibilidade de apresentar alguns projetos e um dos projetos que a gente apresentou foi o delas e daí ali que começou a se concretizar de fato, de 2009 à 2014 que foi quando começou a obra. (Técnica Social, COOPTEC)

A interlocutora, responsável técnica pelo projeto, relata também que antes do projeto de agroindústria para as assentadas foi experimentado outras linhas produtivas além do leite, nas quais algumas estavam envolvidas, mas também com grupos de produção de hortifrúti para entrega no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em relação ao qual inclusive algumas famílias foram certificadas como orgânicas. Porém, de fato, essas experiências não animavam as mulheres tanto quanto a proposta da agroindústria.

No trecho de entrevista acima, a técnica evidencia que *de fato a COOTAP abraçou a ideia*. Sobre essa a expressão é importante entender que a agroindústria Mãos na Massa funciona como uma filial desta Cooperativa, pois esta cooperativa dentro do MST atua como espaço de referência regional, portanto, formalmente, a agroindústria Mãos na Massa seria uma filial, mas a proposta de trabalho se dá via grupos e coletivos que organizam as frentes de atuação para comercialização da produção dos assentamentos da região. Isso compreende o grupo gestor do arroz, o grupo gestor das hortas e coletivos de padarias entre outros possíveis coletivos.

Apesar do apoio do MST e da COOTAP, o grupo de mulheres relata que o processo de consolidação da agroindústria foi demorado e árduo, muitas tentativas foram sugeridas, como confecção de roupas e feiras até a concretização da agroindústria. As mulheres relataram que tinham um objetivo claro de que só juntas conseguiriam apoio e força para continuar tentando viabilizar a agroindústria de panificados. Quando questionadas sobre como foi o processo de tomada de decisão em construir a agroindústria, Gérbera respondeu: *Foi por causa da dificuldade da renda*, se referindo ao fato de que quando começaram fazer as coisas juntas para vender na feira, ainda assim não tinham uma garantia de renda. A resposta de Gérbera sugere que, para a decisão pela agroindústria, o fator geração de renda foi fundamental.

Durante aquele processo, algumas mulheres desistiram não acreditando que daria certo. Mantiveram a aposta no projeto apenas as cinco mulheres que estão à frente da agroindústria atualmente, juntamente com a sexta componente do grupo, que atua à frente dos processos administrativos. De fato, desde o processo de aprovação do projeto até a concretização da agroindústria, foram cerca de cinco anos, tempo que contribuiu para que algumas possíveis sócias da associação não

pudessem ou quisessem esperar e optassem, assim, em sair do projeto para buscar outras formas de garantia de renda.

Vale destacar que nesta trajetória, o trabalho da assistência técnica foi essencial para a organização das famílias e sobretudo das mulheres, incentivando e viabilizando o desenvolvimento da agroindústria como forma alternativa de trabalho, de renda e protagonismo para algumas mulheres assentadas.

Nesse sentido, as mulheres entrevistadas relatam que a formação do grupo/associação se deu no decorrer de inúmeras reuniões de organicidade do assentamento, junto com o acompanhamento da direção, em que definiam as pautas de lutas, conforme demandas das famílias não só do assentamento, mas também do conjunto de famílias Sem Terra do estado, entendendo por sem terras todas as famílias assentadas e acampadas que estão organizadas no movimento, pois “Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária” (MST, 2020).

Dentro das linhas políticas do MST está o envolvimento e promoção da participação das mulheres do processo produtivo dos assentamentos, alicerçados pelo grande acúmulo do setor de gênero do MST em promover espaços de participação das mulheres, tanto no âmbito político quanto no produtivo.

Desde a criação do MST, sempre esteve presente o desafio da participação e envolvimento de toda a família no processo de luta: homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são todos e todas protagonistas de sua própria história. A participação das mulheres possibilitou a organização de coletivos de auto – organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero. Com isso, o Setor de Gênero tem a tarefa de estimular tal debate nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST. (MAFORT, 2014, p.1)

Assim, por meio do pertencimento das mulheres à organização e no envolvimento delas nos processos de discussão de melhorias para o assentamento, houve incentivo maior da COOPTEC para auxiliar as mulheres no trabalho de forma associativa, e com isso desenvolver projetos junto aos governos estadual e federal viabilizando a instalação de uma unidade de produção no assentamento que atendesse a demanda das mulheres de acesso ao trabalho, conforme apontou a interlocutora Sandra anteriormente.

Margarida relata que foi um processo de muita resistência para não desistir, porque sofriam bastante pressão familiar e também de pessoas de fora: *“as pessoas começavam a pensar isso vai começar e não vai terminar, cinco mulheres, isso aí não vai até o final.”* (Margarida, 61 anos).

Relatos como o de Margarida são exemplos que evidenciam, conforme vem sendo abordando ao longo deste estudo, a relação subalterna enfrentada pelas mulheres diariamente em suas vidas, tendo que recorrentemente provar que são capazes. Essas situações encontram respaldo nas contribuições de Sylvia Walby (1990) *apud* Boni (2005, p.50), que afirma que “o patriarcado, o qual consiste em um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”, buscando destacar o contexto que subestima a capacidade das mulheres para negócios e empreendedorismo, identificando o discurso de que, obrigatoriamente, em todo empreendimento é necessário o “homem de negócios” para que o projeto dê certo e tenha continuidade.

Assim, quando Margarida expõe a reflexão apresentada no trecho de entrevista acima, sugere certa inocência ao acreditar que os homens e a sociedade em geral não falam isso por mal. Nesse sentido, cabe refletir sobre a efetiva capacidade das mulheres em gerenciar empreendimentos, mesmo em se tratando de mulheres com menor nível educacional, por exemplo. Nesse sentido, cabe considerar que essas mulheres são capazes de organizar todo o trabalho da casa, de controlar e garantir a alimentação da família, de se responsabilizar, em muitos casos, pela contabilidade de gastos do mês, de organizar também a produção de subsistência, de estabelecer épocas de plantio para que sempre tenha o produto fresco na mesa para oferecer a família. Sobre essas habilidades e em especial sobre o controle de gastos mensais, Girassol comenta: *na verdade eu conto como 10 meses trabalhados, aí eu faço bem controlado, tudo que sobra do mês eu vou deixando para nós passar esse período que nós ganhamos muito pouco.* Nesse trecho de entrevista, Girassol, se referindo à renda que atualmente recebe pelo trabalho na agroindústria, evidencia o planejamento necessário para que, durante o período de férias escolares, em que não há entregas para a alimentação escolar, uma das principais fontes de renda a agroindústria, ela possa manter o orçamento da família.

Por fim, retomando o histórico desde o projeto até a consolidação da agroindústria, trata-se de trajetória que, como as mulheres interlocutoras deste trabalho sinalizam, é marcada por *trabalho duro*. Esse trabalho envolveu sobretudo

muito esforço pessoal de cada uma, pois enfrentaram muita pressão dos familiares por dedicar tempo a um negócio que não teria garantia de lucros, como foi o caso de quando iniciaram a trabalhar no coletivo para vender produtos em feiras, mas também por tirarem muitas vezes matéria prima de suas casas e doarem para a produção coletiva.

Nesse contexto, a trajetória até chegar ao trabalho na agroindústria implicou grande determinação das mulheres e significativo enfrentamento dentro das famílias, mas que, como apontam as mulheres entrevistadas, foi possível, em boa medida, pelo apoio motivacional e técnico proporcionado pela COOPTEC e pelo MST. Além das conquistas já mencionadas neste capítulo, as mulheres mencionam também que essa trajetória teve como positivo também a socialização por meio do trabalho e consequentemente ampliação das possibilidades de criar novas relações sociais para além da unidade familiar. Esse é o tema abordado no próximo capítulo, em que apresenta-se as dinâmicas de trabalho no interior da agroindústria Mãos na Massa.

4 AVANÇOS E DESAFIOS NO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA MÃOS NA MASSA

Neste capítulo, por meio da categoria nativa *trabalho coletivo*, busca-se apresentar como as mulheres que integram a agroindústria Mãos na Massa, no Assentamento Sino, em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul, atuam e se organizam em relação ao trabalho na agroindústria, considerando as distintas etapas produtivas, desde a produção e processamento dos alimentos até a comercialização dos mesmos.

Além disso, o capítulo busca apreender o que significou para essas mulheres a transição da lógica voltada à produção caseira para a produção no espaço da agroindústria, abordando questões pertinentes às normas técnicas e legislativas, quantidades produzidas, tempo de trabalho, equipamentos e adequações necessárias. Somando-se a essa discussão, em um segundo momento, o capítulo apresenta a dificuldade de utilizar a matéria prima disponível no lote devido às exigências da Vigilância Sanitária. Por fim, na terceira seção, busca-se explorar como se dá a organização do trabalho das mulheres na agroindústria Mãos na Massa bem como se constroem as diferentes formas de trabalho, acordos, divisão de tarefas e envolvimento.

4.1 PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS

Entre vários desafios, as mulheres que integram a agroindústria Mãos na Massa tiveram que se adaptar ao *novo contexto*, ou seja, às novas formas de processamento de alimentos, nas quais a forma caseira de produzir, como feitas no espaço doméstico, deixaram de ser permitidas. Ao legalizar a agroindústria, a produção passou a ser fiscalizada por agentes da Vigilância Sanitária¹³ de Nova Santa Rita.

Ao seguir regulamentos vigentes, como é o caso da RDC nº 275/2002 (BRASIL, 2002), que dispõe sobre boas práticas de fabricação para o processamento de alimentos, as mulheres passaram por um processo de adaptação, em que precisaram estabelecer um novo jeito de fazer os produtos, uma nova relação não apenas com a

¹³ Sobre o processo de fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, ver Prezotto (2016).

matéria prima, mas também com os cuidados em relação à manipulação dos alimentos, equipamentos e resíduos. Para entender o que significaram essas mudanças e os desafios decorrentes delas, apresenta-se a seguir como se deu o processo em que as mulheres interlocutoras desta pesquisa passaram de uma produção caseira, artesanal, feita no espaço de suas casas, para uma produção realizada sob a lógica industrial, realizada na agroindústria.

4.1.1 Da cozinha de casa para a agroindústria

Em suas casas, as mulheres interlocutoras desta pesquisa já viviam a experiência de processar o excedente da produção para ser comercializado, pois como mencionado no Capítulo 3, em decorrência da proximidade do Assentamento Sino da cidade, a comercialização dos produtos é facilitada. Com isso, por muito tempo, antes mesmo de o projeto da agroindústria ser considerado, a prática das mulheres era comercializar produtos elaborados em casa diretamente aos consumidores. Em relação a essa prática, Schneider e Ferrari consideram, ao se referir as vendas “face a face”, que se trata de cadeias curtas (SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Ainda que sem ter explicitamente o objetivo de responder a essa lógica de comercialização, as mulheres entrevistadas explicaram que, antes da agroindústria, muitas delas produziam alimentos, ocasionalmente sob encomenda, para venda direta a consumidores locais. Essa produção, feita em casa, era pequena e estava voltada a produtos como pães, cucas, bolachas, compotas, verduras, doces, além de produtos de origem animal como carnes, ovos, leite e banha, prática que, como aponta Cruz (2020), não é novidade no contexto e histórico da agricultura familiar. Nesse sentido, como relata Gérbera: *às vezes tu tá depenando uma galinha, passa um na rua... [e pergunta] tu tem pra vender? Tenho! É essa? Essa mesmo.*

Porém, ainda que essa prática garantisse alguma renda, as mulheres interlocutoras desta pesquisa foram além do trabalho individualizado e fragmentado e, como mencionado no capítulo anterior, construíram um coletivo com o apoio da assessoria técnica da COOPTEC, processo facilitado por outras experiências de trabalho em grupo que realizavam dentro da organização nas parcerias MST e COOPTEC, como foi o caso de quando produziam coletivamente medicamentos fitoterápicos para o setor de saúde do MST. Entretanto, a partir de iniciativas

esporádicas, no ano de 2005, organizaram-se para trabalhar em grupo, em uma experiência que se caracterizava como uma extensão de suas cozinhas e que contava com a estrutura do quiosque presente no lote de Madiba, no qual passaram a processar alimentos coletivamente.

Como decorrência, elas se organizaram como uma associação, que se configurou como a primeira experiência do assentamento voltada à cooperação em que as mulheres começaram a processar o que já sabiam fazer em casa para vender. A partir da iniciativa da associação, portanto, o grupo passou a se organizar de maneira coletiva e com ponto fixo de comercialização, na feira municipal de Nova Santa Rita, feira da qual as mulheres participam até os dias de hoje.

Ao definir enquanto associação o que seria processado, a escolha se voltou, de modo natural, para produtos coloniais, como ilustrado na fotografia presente na Figura 2, especialmente panificados, o que se deu não apenas pelo fato de as mulheres que se envolveram no coletivo estarem familiarizadas com esse tipo de produção, mas também pelo fato de esses produtos contarem com ampla demanda no meio urbano, visto que resgatam os sabores e receitas de mães e avós, permitindo que quem mora na cidade possa ter acesso a esses produtos e, em boa medida, as memórias a eles vinculados, como aponta Menasche ao se referir a valorização de produtos coloniais produzidos no Vale do Taquari (MENASCHE, 2007).

Figura 2: Produtos de característica colonial produzidos para venda na feira.



Fonte: foto de Catiana de Medeiros.

Entre os alimentos produzidos e comercializados pelas mulheres, foram mencionados pães, bolachas, salgadinhos e *cuecas-viradas*¹⁴ (Figura 3), produzidos coletivamente no quiosque da casa de Madiba, de forma caseira, voluntária e exclusivamente para atender demanda de produção semanal da feira de produtos coloniais, que acontecia na sede do município em Nova Santa Rita, RS. Para isso, contavam com doação voluntária de cada envolvida, que contribuía com matérias-primas que produziam em casa como ovos, manteiga, leite, banha, entre outros produtos que era possível conseguir da produção dos próprios lotes. Em relação aos equipamentos para produção, contavam apenas com um forno de barro e um cilindro manual, mas, como explicaram durante as entrevistas, agregavam a isso *muita força de vontade*.

Figura 3: Produção de *Cueca-virada*.



Fonte: Foto de Daniel do Nascimento.

Essa experiência e dinâmica de trabalho durou cerca de nove anos. Foram quatro anos de experiências informais, produção sem demanda, apenas para a feira, entre os anos 2005 a 2009, e mais cinco anos enquanto sócias, após a aprovação do projeto da agroindústria, processo que se deu entre 2009 a 2014. Essas fases implicaram, para além do trabalho manual e dedicação, muita troca de conhecimentos principalmente a partir de intercâmbios realizados juntos a outras agroindústrias do

¹⁴ Cueca-virada é um bolo frito doce, feito com farinha de trigo e ovos, muito popular na cultura brasileira, porém sofre variações de nomeação conforme regiões brasileiras e comunidades étnicas.

ramo, relações de amizade que se fortaleceram pelo convívio diário e construção de um sonho. À medida que as mulheres iam percebendo que estavam cada dia mais próximas de ter o espaço de trabalho, mais se motivavam. Desde o início do trabalho em grupo, o tempo destinado para a produção para a feira era visto por elas também como um momento de descontração e *entretenimento*, pois se reuniam para fazer os panificados, acompanhadas de muitas *conversas e risadas*, como explicaram elas durante as entrevistas para esta pesquisa.

As mulheres interlocutoras desta pesquisa, portanto, vinham trabalhando em um processo de companheirismo e buscando construir relações cada vez mais acolhedoras, entendendo também que o cenário de trabalho coletivo teria que ser aprimorado e fortalecido para quando o espaço da agroindústria ficasse concluído, uma vez que a partir de 2009 já tinham certeza que em breve teriam o espaço da agroindústria formalizado, visto que o projeto estava aprovado e, em algum tempo, iniciaria as obras de construção. Elas tinham o entendimento de que muitos aspectos de suas rotinas iriam se alterar, mas consideravam que estavam preparadas para o novo momento, mesmo entendendo que o novo é sempre novo, como relata Girassol ao afirmar que *a gente quebrou muito a cabeça até acertar, era uma marca de farinha, era outra, mudava a farinha, foi um ano assim, até que acertamos*.

Apesar de as mulheres estarem cientes dos desafios do trabalho coletivo e que esses desafios seriam intensificados com a finalização da construção da agroindústria, na segunda metade de 2014, quando iniciou o trabalho no novo espaço foi difícil, pois, como relatam, elas precisavam reaprender, ou seja, não era apenas continuar a produção do modo como faziam no quiosque da casa de Madiba. Era preciso, a partir de então, reaprender receitas, padronizar medidas, incrementar novos produtos, comprar matéria prima, aprender a ter controle financeiro, investir, participar de cursos, buscar mercados formais, enfim, uma série de demandas que elas perceberam ser fundamentais depois que a agroindústria já estava consolidada e precisavam se integrar ao processo e ao trabalho no novo espaço.

Em consonância com as mudanças e com os novos aprendizados, a quantidade de produção também aumentou especialmente porque o grupo passou a

fazer entregas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE¹⁵), o que exigia praticidade para atender a demanda. Nesse sentido, o tempo passou a ser, de certo modo, inimigo para essas mulheres, pois os novos compromissos assumidos passaram a exigir maior tempo destinado as tarefas e, portanto, de um trabalho extra, como era no caso da produção para feiras, passou, na agroindústria, para o trabalho principal que passou a exigir esforço diário, implicando envolvimento delas na maior parte do dia. De acordo com as interlocutoras da pesquisa, até se acostumar com o novo processo produtivo, que envolvia *lidar* com os equipamentos, as medidas padronizadas e as reorganizações do tempo, foi necessário cerca de um ano:

Quando a gente abriu a padaria [agroindústria] a gente não tinha experiência nenhuma, fazia as coisas para feiras. Fazer um pão em casa numa forma caseira é uma coisa, agora fazer milhões de pães para entregar nas escolas é outra coisa. A gente não tinha experiência nenhuma no negócio da merenda. (Girassol, 44 anos)

Girassol relata que a adequação foi difícil tanto pelas normas quanto pela escala de produção, pois não era mais uma produção caseira, era um processo que, ainda que em pequena escala, alinha-se à lógica industrial, o que era totalmente novo e com exigências até então não presentes. Dália também relata que antes de ter o prédio da agroindústria, elas começaram a testar as receitas já conforme a tabela de outras agroindústrias de panificados e acompanhadas pela equipe técnica. Além disso, foram visitar agroindústrias de outros assentamentos para conhecer o processo, desde a produção até a comercialização, tendo como foco especialmente a produção voltada às entregas no PNAE, que desde o início da agroindústria foi um mercado importante, do qual elas participam por meio de chamadas públicas.

Durante as entrevistas, as mulheres relataram também que realizaram muitos cursos de boas práticas de fabricação e testaram diferentes receitas para grandes quantidades. Dentre essas receitas, elas avaliam se os produtos *têm saída* devido ao custo da matéria prima ou não. Nesse sentido, avaliam que os cursos oferecidos pela Sala do Empreendedor da Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, SENAI e

¹⁵ A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009) determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

COOPTEC foram muito positivos e, por isso, enfatizam que estão sempre procurando outros cursos para fazer e aprender cada vez mais. A força de vontade das mulheres parte do sentimento de pertencimento e de valorização dos resultados considerados frutos do trabalho satisfatório que realizam no dia a dia. Com isso, como elas explicaram, buscam sempre melhorar e conquistar mais espaços para comercializar.

Sair de casa para se dedicar ao trabalho na agroindústria também significou mudanças, sobretudo àquelas que nunca tinham trabalhado fora em período integral e diariamente. Mas, como elas explicam, como os filhos já estavam *grandes*, não tiveram maiores problemas, uma vez que o trabalho na unidade familiar, especialmente na lavoura, já estava mais concentrado nos homens, pelo fato da inovação tecnológica, em que o trabalho manual já não é mais tão necessário, ocasionando menor tempo dedicado à lavoura ou também o trabalho voltado a outras formas de gerar renda, como o arrendamento por exemplo. Sendo assim, o tempo que as mulheres destinavam ao trabalho na lavoura já não lhes exigia tanta dedicação, permitindo, em consequência, maior período de trabalho fora da unidade familiar.

Assim, quando as mulheres passaram a trabalhar na agroindústria, o entendimento dentro da unidade familiar de que elas, as mulheres da casa, trabalhariam fora do lote, era algo que já existia. Porém, o trabalho diário na agroindústria significou a falta da pessoa responsável pelas tarefas diárias relacionadas à preparação das refeições, organização da casa e estabelecimento de rotina diária que possibilitava que tudo estaria sempre pronto dentro de casa.

Nesse sentido, Herrera (2016) contribui com essa reflexão na perspectiva do trabalho doméstico e de “*care*”¹⁶ ao argumentar que recai integral e exclusivamente sobre as mulheres esse tipo de trabalho, pois são elas as responsáveis pelo cuidado, pela manutenção da força de trabalho, pelo bem estar e reprodução social das famílias (HERRERA, 2016, p. 22). De acordo com a autora, o trabalho do cuidado não é o mesmo que o trabalho doméstico, porque, como vimos, o trabalho doméstico por si só já envolve muitas atividades que extrapolam o espaço físico do lar. Para a autora, agrega-se ao trabalho doméstico todo o trabalho realizado no entorno da casa, como horta, cuidados com animais e pátio. Já o trabalho do cuidado corresponde às

¹⁶ O termo *care* emerge como categoria de análise por Carol Gilligan em 1982. Somando-se ao conceito apresentado com Giligan, Herrera (2016) propõe o significado amplo de cuidado, que representa solicitude, preocupação com o outro, percepções de necessidades. Porém, para reflexão deste estudo, utiliza-se apenas a palavra cuidado, assumindo, contudo, o entendimento amplo no termo.

questões ligadas ao âmbito de proteção, sentimento, preocupação, sendo este o de maior impacto aos familiares quando mulher sai da unidade familiar para trabalhar fora dela, pois nesse caso fica evidenciado o sentimento de falta da pessoa responsável pelo cuidado, principalmente porque esse trabalho, o do cuidado, coloca-se como um trabalho que não é possível deixar “encaminhado” ou por fazer.

Nesse sentido, somando-se a discussão sobre cuidado e trabalho doméstico, as mulheres entrevistadas relataram certo estranhamento em relação ao processo de transição do trabalho exclusivamente na unidade familiar ou do trabalho realizado de forma esporádica na cidade para o trabalho cotidiano na agroindústria. Esse estranhamento se deu em duas vias: nas mulheres, pela falta de tempo dedicada ao lar, assim como relata Margarida, se referindo ao fato de que precisou se adaptar à nova dinâmica também em relação à casa, sugerindo, como no trecho a seguir, que o *dever* de cuidado com o lar é seu: *Agora tu trabalha diferente, às vezes tu consegue pagar alguém pra dar uma faxina no final do mês.*

E também em outra via, visto que somando-se às responsabilidades com a casa, havia a pressão pela falta de referência e do cuidado maternal, diretamente dentro do lar, conforme aponta Dália se referindo às cobranças do marido e dos filhos: *Agora eu tenho bem menos tempo em casa, às vezes tem reunião, às vezes é o dia todo fora do município e eles me cobram bastante, porque eu não vou almoçar em casa.* No caso específico de Dália, os filhos ainda estão em idade escolar (7, 13 e 16 anos), então, diferentemente das demais sócias da agroindústria, a cobrança da família pode ser decorrência de os filhos exigirem ainda maior atenção.

Durante todo o processo de adaptação ao trabalho na agroindústria, houve acompanhamento da equipe técnica, que trabalhou junto às mulheres orientando cursos, apresentando experiências e contribuindo para que, na medida do possível, as mulheres fossem se integrando aos processos de funcionamento de uma agroindústria, tanto no que diz respeito às normas sanitárias quanto no que se refere às normas de padronização e organização financeira e administrativa da produção.

Esse processo, que durou cerca de um ano, foi combinado com experiências de trabalho junto com agroindústrias parceiras de outros assentamentos, resultando assim que as primeiras entregas institucionais da agroindústria Mãos na Massa foram realizadas por meio da agroindústria da Cooperativa de Assentados de Tapes (COOPAT), localizada no município de Tapes, região centro sul do Rio Grande do Sul, com a qual tiveram maior oportunidade de aprendizado, participando, por meio de

intercâmbios, da dinâmica da produção diária de uma agroindústria já em funcionamento.

Entre os desafios presentes na transição do processamento realizado de forma caseira, em âmbito doméstico, para o processamento realizado na agroindústria, com a formalização do empreendimento, merece destaque o uso de matérias-primas que, como já mencionado, eram oriundas, em boa medida, da produção do lote de cada uma das mulheres integrantes da iniciativa. Porém, a partir do trabalho na agroindústria, essa dinâmica sofreu alterações, como será discutido na próxima seção.

4.2 DIFICULDADES EM UTILIZAR A MATÉRIA PRIMA DO LOTE

Para o funcionamento da agroindústria Mãos na Massa, como já mencionado, foram necessários diversos ajustes na dinâmica de vida e de trabalho das mulheres, implicando em uma série de demandas que indicavam a necessidade de alterações que, em boa medida, tiram as mulheres envolvidas da zona de conforto. Essa observação diz respeito também às técnicas de processamento, que, como já mencionado, precisaram ser adequadas. Consequentemente, houve certo estranhamento, sobretudo para atender aos critérios e exigências relacionados às normas sanitárias. Para sanar as lacunas que emergiram, as mulheres buscaram se atualizar e obter informações sobre as leis vigentes, de modo a integrar essas informações e conhecimentos a esse novo processo, a essa nova forma de fazer, compreendendo que as mudanças fariam parte da legalização para o funcionamento formal da unidade.

Assim, em um primeiro momento, as mulheres indicaram contentamento pela conquista da agroindústria, que lhes oferecia melhores condições de exercer as suas funções. Como resultado, foi possível viabilizar o aumento da produção, possibilitando novos canais de comercialização. Porém, ainda que reconhecendo as vantagens decorrentes do trabalho na agroindústria, as mulheres vivenciavam, ao mesmo tempo, um processo de estranhamento, especialmente porque, ainda que eram elas *mesmas*, não poderiam mais desenvolver seus projetos como antes, *a vontade*, ou seja, seguindo os modos de fazer, de organizar e de comercializar que tinham antes de trabalhar na agroindústria. Tal estranhamento decorre, possivelmente, do fato de que,

ao formalizar a produção de panificados, as mulheres passaram a ser subordinadas a normas e requisitos legais, orientados pela Vigilância Sanitária, instituição a qual elas se referem como *eles*, *eles proibiram*, aspecto que, como veremos abaixo, fica evidenciado em um trecho de entrevista com Cravina. Ao se referir a *eles*, Cravina remete aos agentes de fiscalização, representados por fiscais da Vigilância Sanitária.

Portanto, as mulheres da agroindústria Mãos na Massa vêm construindo sua prática a partir das demandas legais, desde a criação, normatização da construção e agora na fase de processamento e comercialização, seguindo as legislações acerca da segurança sanitária e dos alimentos.

No entanto, para atender a esses critérios legais, elas se deparam com uma série de restrições, especialmente se comparadas com as formas caseiras de produção com as quais estavam habituadas. Ou seja, atender às normas vigentes resulta em uma série de exigências antes desconhecidas na prática, em muitas restrições referentes ao uso e manipulação da matéria prima e, com isso, em muitas adequações e formalidades que, ao serem cumpridas, alteram, em maior ou menor grau, a dinâmica de trabalho e as relações dessas mulheres com a matéria-prima. Particularmente em relação à matéria-prima os desafios se devem especialmente porque, a partir da formalização da agroindústria, todas as matérias-primas empregadas no processamento passaram a ser adquiridos de fora dos lotes, visto que precisam ter sido produzidas também de modo formal. Em decorrência, ingredientes que antes vinham dos lotes como ovos, banha e manteiga, apenas para citar alguns exemplos, precisaram ser substituídos por aqueles inspecionados e, portanto, passaram a ser comprados de fora, visto que, no Assentamento, não havia e ainda não há produção legalizada desses produtos. Essa situação é evidenciada por Cravina no trecho de entrevista a seguir:

Eles proibiram da gente trazer alguma coisa de casa, tem que ser comprado, tem que ter o selo, os ovos a gente não precisava comprar né, mas como eles exigem isso a gente tem que comprar. (Cravina, 66 anos)

De fato, a proibição do uso de matérias primas produzidas em casa, no lote, é uma das principais questões quando as mulheres entrevistadas nesta pesquisa se referem aos agentes da fiscalização, pois entendem que se fosse possível utilizar o que produzem em casa, em suas unidades familiares, para a produção das receitas da agroindústria, além de diminuir os custos de produção, teriam também essa fonte

de renda na unidade familiar ou ainda outros assentados teriam a possibilidade de vender seus produtos. Gérbera e Girassol explicam:

A gente tá conseguindo usar a lenha... Mas daí tem os ovos, a banha, o leite, tipo nós temos, mas não podemos usar. Então é uma coisa que nós compramos por causa da lei, não que não tenha. Eles [fiscais] não permitem que nós usamos. (Gérbera, 52 anos)

Nossos ovos não podemos usar! Nossa banha não podemos usar! Era o nosso sonho usar, mas não dá porque tem que ser industrializado e a gente tem que pegar no mercado. As coisas que a gente tem em casa é bem difícil poder usar aqui. (Girassol, 44 anos)

Se referindo à impossibilidade de usar as matérias-primas produzidas no próprio Assentamento, Gérbera analisa que se houvesse um processo de inspeção comunitária em que os produtos fossem formalizados de modo participativo, poderiam usá-los na agroindústria, o que abriria possibilidade de abranger mais famílias do entorno, já que elas poderiam fornecer matéria-prima à agroindústria. Mas, para que isso fosse possível, como explica Gérbera, esse processo deveria partir de um projeto que incluísse as famílias do Assentamento como um todo:

Se tivesse certificação [inspeção] ajudaria os outros também que não estão dentro da associação, outras famílias que não estão envolvidos e que se envolveriam.... Cada família assumiria uma parte e entregaria e nós consumiríamos. (Gérbera, 52 anos)

A sugestão de Gérbera se alinha à proposta de Silveira e Heinz (2005), autores que abordam em seu estudo questões que refletem o debate sobre qualidade dos alimentos a partir da qualidade ampla do produto artesanal. Os autores consideram ainda que a legislação se limita ao aspecto sanitário e legal da produção, excluindo por vezes produtos e produtores que muito agregariam ao fornecimento de matérias-primas às agroindústrias familiares:

A passagem de uma qualidade estrita para uma qualidade ampla significa uma mudança necessária nos métodos de controle de qualidade, pois o método prescritivo somente considera o fator sanitário. Deste modo propomos um método de controle normativo de qualidade. (SILVEIRA; HEINZ, 2005, p. 6)

Somando-se a essa ponderação, os autores propõem a pertinência de haver um método participativo de garantia da qualidade dos alimentos, discussão que embora esteja presente há muitos anos, está longe de chegar a qualquer consenso.

De todo modo, além de apontar possibilidades para a inspeção e controle da qualidade de matérias-primas produzidas no Assentamento, as reflexões de Gérbera sugerem também preocupação para além da agroindústria, se estendendo para o assentamento como um todo, de modo que mais assentados/as possam ter a

oportunidade de incremento de renda a partir da unidade de produção familiar. Do ponto de vista da agroindústria, tal possibilidade melhoraria a qualidade dos produtos, pois não precisariam comprar os produtos industrializados da cidade, além de estreitar relação com os demais assentados, utilizando produtos produzidos no meio rural. Esse demonstrou ser, em verdade, o grande sonho delas, ou seja, produzir na agroindústria utilizando a matéria prima da terra, produzida por elas e suas famílias e/ou pelos vizinhos, também assentados.

Nesse sentido, retomando a análise de Silveira e Heinz (2005), uma proposta de método de controle da qualidade dos alimentos poderia ser definido a partir das rotinas e das práticas adotadas pelos produtores artesanais, proposta que vai ao encontro da expectativa das mulheres interlocutoras deste estudo, que defendem, como vimos, que sua produção seja a partir de matérias-primas do assentamento, de produtos naturais, *da terra*.

De modo a tornar esse debate ainda mais complexo, segundo a legislação referente às agroindústrias familiares, a maior parte da matéria prima principal a ser processada na agroindústria deve ser produzida pelos próprios agricultores e agricultoras. Isso se explica pelo fato de que, além de este ser o principal fator de viabilidade econômica da agricultura familiar (PREZOTTO, 2016), esta característica, decorrente da definição de agricultura familiar, conforme Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006), definiria o empreendimento como sendo da agricultura familiar. A referência que Prezotto apresenta, que aborda a forma ideal do uso de matéria prima de agroindústrias familiares não corresponde, no entanto, à realidade das agroindústrias familiares, pelo menos não da apresentada neste estudo. Isso se deve porque, no que diz respeito à garantia da segurança dos alimentos, as agroindústrias devem seguir uma série de regras que, como consequência, implica na matéria prima não ter origem da agricultura familiar por essas não serem, em sua ampla maioria, formalizadas. Assim, torna-se necessário buscar matéria prima industrializada em mercados convencionais, inviabilizando, de modo contraditório, o uso de matérias-primas da agricultura familiar.

Nesse sentido, de modo a questionar tal exigência, Noletto (2020), membro da equipe técnica do Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), argumenta que “é necessário derrubar o mito de que o produto artesanal não é seguro.”. Para o autor:

A legislação sanitária brasileira para alimentos é uma enorme 'colcha de retalhos' que manteve a agricultura familiar e comunitária numa espécie de 'limbo', ou seja, tentaram marginalizar e também criminalizar determinadas cadeias produtivas artesanais, em benefício da indústria de alimentos ultraprocessados. (NOLETTO, 2020, p.3)

As críticas de Noletto (2020) estão em consonância com abordagens que têm defendido que a legislação sanitária, que atua sob controle de diferentes frentes da saúde e agricultura, segue padrão incompatível com a realidade dos agricultores e agricultoras, impossibilitando, por vezes, não só a diversificação da produção da agricultura familiar para a comercialização, como também a inviabilidade de empreendimentos da agricultura familiar, como é o caso das agroindústrias. Essa análise encontra respaldo no relato das interlocutoras desta pesquisa que consideram que os produtos perdem a identidade de essência caseira porque, como elas apontam, a única coisa que podem utilizar oriunda do lote é a lenha.

Apesar dessas críticas, as interlocutoras desta pesquisa julgam muitas das exigências presentes nas legislações acerca da formalização de uma agroindústria pertinentes. Isso se aplica especialmente para normas voltadas ao processamento dos alimentos, que elas consideram necessárias e importantes, sobretudo no que se refere a questões sobre os procedimentos operacionais padronizados como higienização das instalações, dos equipamentos, dos móveis e dos utensílios, controle de potabilidade da água, higiene e a saúde dos manipuladores, manejo de resíduos, manutenção preventiva, calibração de equipamentos, controle integrado de vetores e pragas, seleção de matéria prima e de ingredientes (PREZOTTO, 2016, p. 11). Entretanto, até iniciar o trabalho na agroindústria, as interlocutoras não tinham conhecimento de todos os cuidados e critérios que teriam que seguir e foi preciso capacitações e adequações para responder aos critérios sanitários, situação que sempre as deixava receosas e em dúvida se estavam fazendo o processo corretamente.

Outro tema que se soma aos desafios para a legalização diz respeito à rotulagem dos alimentos. Na Figura 4 é possível ver o rótulo de um dos produtos produzidos na Agroindústria Mãos na Massa. De modo geral, esse aspecto se configura como um grande desafio para o conjunto de agroindústrias, uma vez que esses empreendimentos necessitam de responsáveis técnicos, o que envolve mais um gasto a ser agregado à produção.

Figura 4: Rótulo de um dos produtos produzidos na Agroindústria Mãos na Massa.

Cootap **Mãos na Massa** **Bolinho Inglês**

Produtos da Reforma Agrária

Produzido por: Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de POA Ltda.
Agroindústria de Panificação Santa Ana
 CNPJ: 01.112.137/0006-05 – IE: 257/0011082
 Endereço: Estrada do Silveira, 2.214
 CEP: 95.745-000 - Capela de Santana/RS
 E-mail: agroindustriasantaana@gmail.com
 Fone: (51)9728-3662
 Resp. Técnica: Química de Alimentos
 Sarita D'Avila dos Santos
 CRQV 05201867

Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, margarina, ovos, fermento químico, raspas de limão e sal refinado.
CONTÉM GLÚTEN.

DATA DE FAB: 20/08/2015
VALIDADE: 25/08/2015
LOTE: 02-20/15

PESO LÍQUIDO: 500 g (10 unidades de 50g cada)

Informação Nutricional		
Porção de 50g (1 unidade)		
Quantidade por porção		%VD(*)
Valor Energético	196 Kcal/818 kj	10%
Carboidratos	29g	10%
Proteínas	4,1g	5%
Gorduras Totais	7g	13%
Gorduras Saturadas	2,8 g	13%
Gorduras Trans	0	**
Fibra alimentar	1,0g	4%
Sódio	150,25mg	6%

*Valores Diários de Referência com base em uma dieta de 2.000 Kcal ou 8.400 kj. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades.
 ** VD não estabelecido.

IND. BRASILEIRA

Nossa História
 As agroindústrias de panificação dos coletivos de mulheres presentes em Nova Santa Rita e Capela de Santana surgem para atender as demandas por produtos originários da agricultura camponesa. Nossos grupos recebem assistência técnica da COPTec e COCEARGS, e nos capacitamos para atender todas as normas e exigências legais e nutricionais, unindo o saber popular às técnicas e conhecimentos atuais. Somos MULHERES SEM TERRA organizadas no MST. O longo processo de lutas culminou na conquista de agroindústrias, fortalecendo a cooperação e a renda no campo. Colocamos as "MÃOS NA MASSA" para oferecer produtos de qualidade, com características coloniais e da terra.

Foto: arquivo COOPTEC.

Para além da questão sanitária e de rotulagem, outro aspecto importante no que tange aos desafios enfrentados pelas mulheres da agroindústria Mãos na Massa diz respeito à burocracia relacionada à documentação que precisa ser organizada periodicamente a cada chamada pública/venda institucional. Tal burocracia envolve tempo e gastos, mas é necessária para acessar mercados institucionais, fundamental, como já mencionado, para geração de renda na agroindústria. Dentre a documentação exigida encontra-se o laudo de qualidade da água, o licenciamento ambiental, o alvará sanitário, o protocolo do Plano de Prevenção Contra Incêndios (PPCI), entre outros laudos e comprovantes necessários. As exigências em torno desses documentos se constitui em gargalo para o desenvolvimento de agroindústrias familiares, pois conforme relata Cravina é muita documentação para manter em dia, o que onera muito o trabalho e, portanto, contribui para que as interlocutoras fiquem com recurso reduzido: *Negócio assim registrado como a padaria é, ela tem muito gasto, um monte de coisa que a gente não entende a metade do que tem. É muita conta pra pagar, e daí às vezes sobra pouquinho.*

O trecho de entrevista de Cravina expressa também certa angústia e preocupação em relação à responder tantas questões burocráticas que, além de tempo, implicam pagamentos. Essa preocupação também fica clara na avaliação de Gérbera que, ao se referir a os desafios para o desenvolvimento da agroindústria, afirma:

Tudo o que a gente quer fazer aqui é uma fortuna para pagar, sem falar nas burocracias, a gente sente também que na demanda das escolas [PNAE] cada vez eles tão dificultando mais, cada ano é um documento a mais e esse documento a mais é um valor a mais, então a gente sente que tá fechando o círculo. (Gérbera, 52 anos)

Quando Gérbera conclui que está fechando o círculo, ela sugere que está cada vez mais difícil avançar e se desenvolver enquanto agroindústria, pois esta ainda não tem um retorno que possibilite capital de giro. Além disso, os investimentos acontecem por meio de um acordo coletivo ou via projeto, sendo que os projetos nos últimos períodos sofreram grande estagnação, decorrência de políticas que, cada vez menos, investem recursos em programas que viabilizem as agroindústrias familiares.

Apesar dos desafios, as mulheres da agroindústria acumularam bastante conhecimento sobre os processos burocráticos que envolvem a formalização de uma agroindústria. Elas foram capazes de construir uma prática possível, orientada e acumulada a partir de um trabalho próximo da equipe técnica da COOPTEC, quando esta ainda existia. Entretanto, as mulheres relatam ainda precisar de apoio externo, seja por meio de parcerias com os antigos técnicos da COOPTEC, que por meio de relação de confiança e parceria construída no processo de acompanhamento da agroindústria ainda as assessoram, seja por meio de contratação, pois elas alegam que devido ao número reduzido de trabalhadoras, essas demandas acabam sobrecarregando o trabalho diário.

Ainda no que tange a legalização de agroindústrias familiares, é importante mencionar que, no estado do Rio Grande do Sul, a partir do Decreto Estadual nº 49.341, de julho de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012), criou-se o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), “Sabor Gaúcho”¹⁷, a fim de oportunizar linhas de créditos a juros reduzidos para os agricultores familiares e ainda oferecer serviços de orientação para a regularização sanitária e ambiental, criando com isso uma série de benefícios aos pequenos agricultores, com o intuito de fortalecer a agricultura familiar e potencializar o desenvolvimento econômico das famílias. Entretanto, entre os critérios para inserção no programa, os agricultores (as) devem se enquadrar no que se refere ao uso da matéria prima, que, de acordo com as normas do PEAF, deve ser oriunda principalmente da propriedade do agricultor (a), o que, em consequência, exclui as mulheres da agroindústria Mãos na Massa que por produzir

¹⁷ Sobre o PEAF e sobre o Selo Sabor Gaúcho, vale considerar, como explora Santos (2006), que uma primeira versão deste programa esteve vigente no Rio Grande do Sul entre os anos 1998 e 2002, sob o nome de Programa da Agroindústria Familiar (PEAF).

panificados, deveriam, de acordo com as normas do Programa, produzir a maior parte das farinhas, principal matéria-prima utilizada na agroindústria. Ou seja, pelo fato de elas não processarem produtos em que a principal quantidade de matéria-prima tenha origem do lote, elas não são contempladas pelo PEAf.

Em resumo, no que se refere aos desafios da transição do processamento feito em casa para o processamento feito na agroindústria, as trabalhadoras da agroindústria Mãos na Massa evidenciam atender as demandas exigidas, porém, ao mesmo tempo, se sentem controladas pelos agentes, não conseguindo ter autonomia na produção, estando sempre a serviço de uma institucionalidade, ou seja, o trabalho da agroindústria compromete muitas das características do processamento vinculado à experiência caseira, dando espaço a padronização. Mesmo que processem de uma maneira que se confira como artesanal, pela forma de manipulação, caminham constantemente para uma padronização voltada ao formato que tende ao industrial, atendendo uma demanda de mercado, isto é, as agroindústrias sempre precisam se adequar as normas e leis do estado, propostas por meio de políticas públicas e serviços, entretanto, essas políticas não são pensadas a partir de demandas pertinentes à lógica da agricultura familiar, distanciando assim as demandas dessas famílias da realidade apresentada pelas normas e exigências legais.

Todavia, para além dos ajustes produtivos e aprendizados em relação a questões sanitárias e burocráticas, a adaptação ao trabalho na agroindústria envolveu também domínio de aspectos de caráter organizacional, como explorado na próxima seção.

4.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

As mulheres da agroindústria Mãos na Massa consideram o trabalho na agroindústria muitas vezes como uma espécie de lazer pois elas explicam que se sentem muito bem em trabalhar juntas no empreendimento. A Figura 5 ilustra a dinâmica de trabalho adotada pelas mulheres. Para essa dinâmica funcionar, elas explicam que os acordos são coletivos e que todas têm entendimento do trabalho coletivo e que trabalham para melhorar a qualidade de vida e crescer, aprendizado que estava em andamento desde quando trabalhavam juntas no quiosque da casa de

Madiba, quando a produção era informal e destinada somente à feira de Nova Santa Rita. Com o trabalho na agroindústria e aumento da produção, outros desafios para o trabalho conjunto surgiram. Tendo em vista tal mudança, nesta seção, será abordada a adaptação ao espaço de trabalho e as relações internas referentes aos acordos coletivos para o funcionamento da agroindústria.

Figura 5: Trabalho no interior da agroindústria



Fonte: Foto de Julia Rodrigues.

Durante todas as entrevistas foi possível perceber que as mulheres consideram a agroindústria *fruto de um sonho*, mas que, apesar das conquistas, a agroindústria ainda está em construção visto que muitas coisas ainda precisam ser feitas. Nesse sentido, elas explicam que ainda estão no *espírito de sacrifício*, que se for para melhorar o negócio, elas *abrem mão* de parte dos lucros para que seja possível aprimorar. Quando falam em melhorar, elas se referem especialmente ao desejo de conseguir crescer no mercado de vendas e conseguir condições para criar mais vagas de trabalho dentro da agroindústria, possibilitando, assim, tempos de descanso, de férias e horas fixas de trabalho.

Como apresentado anteriormente, o tempo de trabalho na agroindústria alterou a dedicação também às relações de trabalho no ambiente familiar e, em consequência, alterou-se a dinâmica de funcionamento dentro da agroindústria no que se refere ao trabalho coletivo, que passou a exigir maior organização e controle, aspectos contemplados em acordos coletivos acordados em reuniões entre as sócias, o que será detalhado mais adiante pois, antes de discutir os acordos para a

organização do trabalho, cabe compreender a dinâmica atual de dedicação à agroindústria.

Nesse sentido, conforme relata Dália, não há horários fixos de trabalho mas, em geral, *nas segundas e nas quartas elas chegam as 4h da manhã e tocam até meio dia, param pra tomar um café e continuam*. Dália trabalha na parte administrativa da agroindústria e, por isso, seu horário é diferente, iniciando às 7h. Após o horário do almoço, ela trabalha até a hora que consegue finalizar as demandas do dia. Isso quer dizer, seja na produção seja na administração, elas não têm horário fixo de trabalho. Como são poucas mulheres, que além do trabalho na agroindústria precisam conciliar duas feiras semanais e fazer as entregas nas escolas e realizar as compras de matérias-primas, ficam sobrecarregadas.

Segundo Gérbera, já houve melhorias em relação ao tempo diário dedicado ao trabalho, porque antes tinham uma feira no sábado e no inverno precisavam trabalhar no domingo, porque com o frio não dava tempo de crescer a massa do pão, o que acabava sobrecarregando os horários, inclusive nos finais de semana. Por isso, optaram em não fazer mais a feira de sábado, deixando este com dia de descanso e pensando que o domingo pode ser dia de trabalho, uma vez que nas segundas-feiras há as entregas das escolas e, se houver mais pedidos, não teriam como atender a todas as demandas.

Referente à carga de trabalho, muitas vezes elas relatam não conseguir fazer todos os serviços necessários para o funcionamento da agroindústria e, para superar esse limite, contratam uma pessoa, normalmente do círculo de convívio delas no próprio assentamento. Essa pessoa contribui apenas no trabalho de embalagem, rotulagem e raras vezes na limpeza.

Referente ao tempo livre, considerando folgas e férias, elas relatam não ter esses períodos, mas mencionam que em período de férias escolares é possível se organizarem para que todas possam tirar uma ou duas semanas de folga, desde que realizem os acordos nas reuniões mensais. Isto é, o que elas consideram férias é a diminuição do trabalho, não exatamente uma pausa remunerada no trabalho. Sobre essa questão, Girassol comenta que embora seja possível ter um período de folga, para ela é ruim, porque, para esses momentos, não tem outra fonte de renda.

Parar para mim é complicado, porque eu não tenho outra renda. Eu e a Gérbera somos as únicas que não temos outra renda, e nós a renda é só da padaria para sobreviver em casa. Nossos maridos cuidam do lote, mas todo mundo sabe que lote, dinheiro só quando vende um gado, ou faz uma safra, não é mensal. (Girassol, 44 anos)

Entre os acordos estabelecidos entre elas considera-se que os dias não trabalhados são dias não remunerados. Os registros de dias trabalhados ou não integra o banco de horas da agroindústria, o que também é monitorado pela secretária, Dália, que, como já mencionado, é a única que tem um salário fixo. Sendo assim, não é vantagem para elas folgar visto que recebem de acordo com os dias trabalhados. Desse modo, elas optam por não trabalhar apenas em casos de necessidade. Outro fator que atrelado à decisão ou não pelo período de férias no que se refere à renda familiar diz respeito ao destino das vendas que, por ser principalmente o PNAE acarreta que, durante as férias escolares, em janeiro e em fevereiro, além de diminuir muito a renda para cada uma, não é período de safra nos lotes, configurando assim os piores meses para manter o orçamento familiar. Essa situação se agrava pois, também nesse período, devido às férias, o público das feiras diminui.

Girassol conta ainda que o marido ajuda nesse período vendendo alguma criação, porque *o dinheiro que arrecada em safras vai para arrumar a casa, cerca ou reformar o carro*, ou seja, os meses de janeiro e fevereiro são os meses de instabilidade financeira, que exige planejamento. Significa também que o dinheiro ganho nos meses de trabalho de fluxo normal fica ainda mais reduzido para que seja possível obter recurso reserva para os períodos em que há redução das encomendas e, assim, da renda.

A divisão de tarefas funciona por rodízio, mesmo que algumas tenham mais práticas e habilidades em algumas tarefas que outras. Porém, como elas explicam, o rodízio é necessário para todas sejam capazes de substituir uma a outra quando por algum motivo uma sócia não consiga se apresentar ao trabalho. Segundo Gérbera, o rodízio funciona do seguinte modo:

Na parte da entrega é duas por semana, e aqui dentro [na agroindústria] é assim também, uma fica no forno hoje, amanhã é outra, aí vai sempre revezando, não tem assim só uma faz isso e só outra faz aquilo. (Gérbera, 52 anos)

Vale destacar que Gérbera cita como exemplo duas situações de rodízios: as entregas e o cuidado do forno. Esses exemplos são emblemáticos pois, como elas explicaram, a entrega é a parte que elas mais gostam de fazer, pois conseguem sair e socializar com diferentes pessoas; já cuidar do forno é um dos trabalhos mais insalubres, pois o aquecimento do forno é muito forte, ficando uma situação quase insuportável devido ao calor, o que se intensifica mais devido aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que precisam ser utilizados, sem que seja possível, na área

de processamento, o emprego de aparelhos de refrigeração como ar condicionado e ventiladores, o que se dá por proibições relacionadas à segurança dos alimentos.

O planejamento do trabalho é em geral guiado pelas demandas das compras institucionais, que ocorrem semanalmente ou até mensalmente, colaborando assim para melhor organização e planejamento do trabalho. Os pedidos institucionais, devido à grande quantidade, são agendados de uma semana para outra, de modo que toda sexta feira da semana anterior os pedidos são afixados pela secretária, Dália, no quadro de encomendas. Com o pedido em mãos, as demais mulheres se organizam conforme a demanda. Já as demandas semanais para atender as feiras são planejadas conforme encomendas diretas e produtos tradicionais que tem *boa saída*. Pela prática e tempo em que atendem às feiras, elas já conseguem prever as quantidades e, com base nisso, se organizar. Além dos mercados institucionais e das feiras, elas explicam que há ainda demandas esporádicas, que envolvem eventos e compras diretas na agroindústria, que também integram a organização e planejamento do trabalho.

Uma questão recorrente durante as entrevistas diz respeito à sociabilidade do trabalho entre as mulheres sócias da agroindústria Mãos na Massa. Ao mencionar a sociabilidade, elas explicaram que a *ajuda* é marcada pelo fato de uma não precisar esperar pela outra e, ao mesmo tempo, pelo fato de cada uma dar o seu melhor na execução das tarefas necessárias para o bom funcionamento da agroindústria. Essa questão reflete uma dinâmica de trabalho diferenciada no que tange ao trabalho nas agroindústrias familiares em que, em geral, os membros são da mesma família e reproduzem na agroindústria dinâmica hierárquica semelhante a da família (BONI, 2006). Diferentemente disso, no caso da agroindústria estudada nesta dissertação, a forma de cobrança não é pelo pai ou pela mãe, mas cada uma cobra de si própria e se responsabiliza por suas tarefas. Outro fator que as conforta na relação de trabalho é que todas são mulheres, com trajetórias de vida parecidas e que vem na agroindústria não apenas um modo de trabalho, mas também uma forma de socialização para além da unidade familiar. Por meio das relações tecidas entre elas, conseguem perceber quando uma está bem ou não, conseguem sobretudo conectar o sentimento de empatia, porque convivem em uma mesma realidade, o que é expresso por Dália: *assim, quando vê que uma não tá bem a outra baixa a bola para não dar atritos (Dália, 40 anos)*

No que se refere aos desafios da organização do trabalho na agroindústria é possível perceber que, por meio dos acordos coletivos, elas experimentam uma democratização do trabalho, de maneira que não haja sobrecarga sobre uma ou outra sócia. Tal forma de organização evidencia construção da prática a partir de princípios de cooperação e coletividade, o que reflete em bom funcionamento e dinâmica do trabalho, tornando as relações aprazíveis. Sendo assim, compreende-se que dentro da agroindústria as mulheres têm conseguido se organizar e superar os desafios referentes às dinâmicas de trabalho. Entretanto, para além dos desafios internos à agroindústria, precisam enfrentar ainda os desafios dentro da unidade familiar, tema que será abordado no próximo capítulo, voltado particularmente ao aspecto do trabalho e às condições de vida das mulheres que integram a agroindústria Mãos na Massa.

5 VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E REALIZAÇÃO PESSOAL

Este capítulo apresenta e analisa as dinâmicas de trabalho das mulheres no ambiente da agroindústria Mãos na Massa e também no ambiente familiar, buscando discutir em que medida esse trabalho pode significar tanto melhores relações de trabalho, receptividade e valorização quanto maior acúmulo de trabalho diariamente, visto que, ao trabalho na agroindústria, somam-se também as tarefas domésticas. Para isso, em uma análise que está subdividida em três seções, apresenta-se inicialmente aspectos acerca da ocupação e do trabalho das mulheres entre si, ou seja, das sócias da agroindústria. Em um segundo momento, apresenta-se a noção de *ajuda* nas várias etapas das vidas das interlocutoras no assentamento. Para isso, visualiza-se uma espécie de linha do tempo para recordar desde o período em que estavam no acampamento, depois o processo de assentamento e sua construção de espaço para viver e, atualmente, em que elas estão inseridas no trabalho diário na agroindústria, percebendo assim as mudanças no que se refere às relações de trabalho a partir da noção de *ajuda*. Por fim, na última seção do capítulo, busca-se discutir aspectos relacionados ao envolvimento no trabalho da agroindústria Mãos na Massa em relação às vidas pessoais das mulheres, trazendo questões que remetem a satisfação e melhoria da qualidade de vida, sendo estas abordadas a partir da categoria empírica *realização*.

5.1 A GENTE ATÉ SENTE FALTA QUANDO NÃO VEM AQUI: O TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA VISTO COMO ENTRETENIMENTO

Se antes o lazer das mulheres que integram a agroindústria Mãos na Massa era participar de processos de luta, reuniões e grupos de mulheres para confeccionar artesanatos e remédios fitoterápicos, agora elas consideram a agroindústria também um espaço de lazer, de *entretenimento*, um espaço onde elas se sentem úteis e em movimento, seja por meio da socialização com as colegas, seja por meio da relação com outras pessoas com as quais interagem durante o dia a dia.

Como os dados empíricos evidenciam, na agroindústria, as mulheres trabalham a partir de relação recíproca, que se vincula ao espaço de interatividade, em que elas consideram também ser um espaço de lazer ou de entretenimento, na medida em que

elas se referem à agroindústria com frases como: *é muito bom estar aqui e aqui a gente dá muita risada*. O *entretenimento* aqui sugere visão restrita sobre lazer e diversão, isso porque as interlocutoras relatavam que antes da agroindústria o lazer delas era simplesmente sair de casa e ir às reuniões, ou também participar de oficinas promovidas às mulheres, como era o caso da produção de medicamentos, isto é, de um modo ou de outro, sair de casa. As entrevistas sugerem que, de certo modo, esse sentimento foi transferido para o trabalho na agroindústria que, por ser um local de trabalho que agrega socialização, é também um espaço de *entretenimento*.

O termo *entretenimento* é usado pelas interlocutoras para se referir ao trabalho na agroindústria e, nesse caso, parece ser um termo usado também para se referir às coisas que lhes fazem sentir bem, como é o caso do trabalho na agroindústria, mas também para marcar sentimento positivo associado à sociabilidade que o trabalho na agroindústria, assim como outros trabalhos realizados de forma coletiva, proporciona. É nessa perspectiva que elas parecem empregar o termo *entretenimento* e, portanto, é a partir desse significado que se emprega este termo aqui.

Por consequência, em meio a uma dinâmica de trabalho tumultuada, que requer conciliar vários afazeres como trabalho produtivo, doméstico e de cuidado em que o tempo para o lazer é restrito, *entretenimento* para essas mulheres fica imbricado à satisfação no trabalho, especialmente a partir da interação com as demais sócias.

Essa reflexão se construiu a partir de questões sobre tempo de lazer, de diversão e de entretenimento, presentes nas entrevistas. Sobre esses aspectos, Gérbera, quando questionada sobre tempo para lazer e atividades culturais, relata que não tinha tempo e ainda não tem. Ela diz que a única coisa que conseguia fazer era participar das reuniões e participar de atividades como a produção de plantas medicinais e preparação de fitoterápicos.

Eu participava de reuniões... Nós tinha na época um horto, e daí nós tinha que ir na sede, ali no centro [na cidade de Nova Santa Rita]; a gente fez um horto ali e a gente fazia aquelas pomadas, xaropes... Isso eu participei muito tempo e era muito bom, porque daí a gente mudou aquele hábito de comprar na farmácia, então umas coisas a gente parou de comprar. (Gérbera, 52 anos)

Quando Gérbera expõe que isso era o que lhe fazia sentir-se bem, acredita-se que seja pela possibilidade de sair de casa, socializar e conversar com outras pessoas, mas também pela possibilidade de economizar com os gastos em medicamentos. A vida no campo, às vezes, pode criar uma rotina muito individualizada, onde cada família se isola em seu lote e, na busca por garantia de

condições de manutenção da vida, podem fragilizar laços de solidariedade entre a vizinhança. Então, fazer os remédios foi um caminho que também possibilitou a muitas mulheres do assentamento se socializarem não só entre o grupo de mulheres, mas também com os vizinhos, por meio do cuidado, uma vez que, como também explicou Gérbera, *os vizinhos vinham pedir remédio* depois que ela aprendeu e começou a fazer em casa.

As atividades de produção de medicamentos fitoterápicos como tinturas, xaropes, pomadas, apenas para citar alguns exemplos, são bem aceitas no meio rural, não só por adquirir novas técnicas na área do cuidado, mas também pela capacidade de diminuir custos com medicamentos, o que é aceito também pelos seus companheiros especialmente a partir da perspectiva de economizar. Entretanto, sem perceber, mais uma atividade a elas é atribuída, uma vez que para a produção dos fitoterápicos é necessário tempo e trabalho, caracterizando também uma atividade que, como discutido no capítulo 4, se soma às tarefas domésticas de cuidado, atividade que também é atribuição dada às mulheres, não só em relação aos filhos/as, mas também em relação ao esposo, pais, sogros e vizinhos.

Contudo, se por um lado, estar envolvida em atividades como a preparação de fitoterápicos se soma a um conjunto já extenso de atividades, sobrecarregando ainda mais as mulheres, por outro lado, estar fora de casa ou fazer um trabalho que lhes dê retorno, agrega a elas um sentimento de valorização e reconhecimento. Foi por meio desse aspecto que elas se aproximaram para produzir medicamentos, para fazer costuras, para fazer produtos para vender em feiras e agora para produzir e aos poucos construir a agroindústria. Nesse sentido, construir diz respeito não apenas a aspectos concretos, mas também se refere à dar razão ao trabalho, de valorizar e de reconhecer o esforço empregado e as habilidades desenvolvidas.

Assim, de modo geral, o sentimento de *entretenimento* que elas apontam e reconhecem em diferentes fases da vida, está presente principalmente nas situações e momentos relacionados ao trabalho coletivo, como apontam em relação a diferentes experiências de reuniões e processamento para produção de fitoterápicos, por exemplo. Esses encontros acontecem sobretudo fora do ambiente familiar, situação que, agora, foi transferida para o trabalho na agroindústria. Esse aspecto fica claro na fala de Margarida: *Isso aqui [agroindústria] é uma benção, é muito bom, o dia que a gente não vem aqui a gente sente saudade.*

Cravina também relata em sua entrevista a satisfação de trabalhar no coletivo: *[eu] quero bem todas elas, eu não sei um dia se eu tiver que parar de vim trabalhar aqui como vai ser.* Ela, mesmo aposentada, sente-se bem no ambiente de trabalho da agroindústria e, por isso, por mais que tenha outras ocupações que também considera lazer e diversão, como é o caso dos encontros da igreja, os quais ela considera muito importantes por lhe fazer bem, Cravina não desanima e continua trabalhando na agroindústria.

Durante as entrevistas, as mulheres demonstram ainda que essa satisfação se dá para além de ser fruto de um sonho coletivo, em que cotidianamente uma fortalece a outra. É também um ambiente seguro, só de mulheres, onde elas têm também liberdade para conversar entre elas sobre assuntos que não seria possível com a presença masculina. Em suma, é também o espaço de dialogar sobre possíveis problemas familiares, em que uma vê na outra uma amiga confiante.

O grupo de mulheres se fortalece nesse sentido, pelo cuidado uma com a outra, dando valor ao trabalho de cada uma. Uma evidência dessa relação de amizade é quando surge um imprevisto em que uma delas não pode comparecer ao trabalho; a falta não é sentida simplesmente por sobrecarregar as mulheres que ficam, mas sim pela falta da companhia de cada uma. Nesse sentido, quando Girassol relata sobre a falta de Madiba no trabalho, por exemplo, ela descreve a ausência da colega por meio de uma habilidade que compete a Madiba, mas o que ela fala é repleto de significados que sustentam a noção de sentimento de falta física para além do trabalho, e sim da companhia diária, como sugere, a seguir, o trecho da entrevista:

Cada uma tem uma habilidade em uma coisa... tem uma que tem mais prática numa coisa, outra noutra. E quando uma falta, a outra faz, não faz igual, mas faz. Que nem a Madiba, ela tá doente e ela é a "mãe das cueca-virada", mas nós fizemos também, mas não fica a mesma coisa. (Girassol, 44 anos)

Quando Girassol relata que Madiba é a *mãe da cueca-virada* é sobretudo uma valorização do trabalho da colega, referenciando que ela faz a melhor *cueca-virada* da agroindústria. Do mesmo modo que Girassol explica a ausência de Madiba na agroindústria, situações como essa aparecem em outras entrevistas, em que uma enaltece e reconhece o trabalho da outra, evidenciando que a ausência de uma colega não se trata somente da falta física e aumento do trabalho. O que as mulheres explicam está para além de uma relação de trabalho, é superior a isso e remete a falta das conversas diárias para as que continuam no trabalho. Para as que, por algum motivo, não podem ir até a agroindústria, é a falta do trabalho reconhecido, situação

muito distinta se consideram a não valorização do trabalho que elas realizam dentro de casa, por exemplo.

As entregas dos produtos que elas organizam por meio de rodízio entre elas também são consideradas algo que agrega satisfação e de alguma forma é considerado por elas como *entretenimento*, pois permite sair para os mercados, escolas, feiras, entre outros locais de entrega dos produtos. Essa atividade é considerada mais agradável em decorrência do fato de sair da rotina diária de dentro de casa e da agroindústria. Pelo grupo ser formado apenas por mulheres que dispõe dessa autonomia no trabalho – vale mencionar que, das seis trabalhadoras da agroindústria, três delas dirigem, o que se soma a autonomia do grupo –, elas se sentem ainda mais confiantes e integradas no trabalho e na sociedade, conforme relata Girassol:

A gente trabalha aqui, a gente vai no mercado, ajuda fazer entregas, é um rodízio, cada semana uma vai para a feira, conversa com as pessoas, a gente parece que ficou mais [viva]... eu quando tava em casa parecia que não existia. (Girassol, 44 anos)

Quando Girassol levanta o aspecto de interagir com outras pessoas para além do ambiente doméstico e da agroindústria, ela remete também a importância da autonomia do grupo de mulheres que, além de produzir, são responsáveis também pela comercialização. Assim, como explicam, valorizam esse momento de troca com consumidores(as) e estabelecem uma relação de confiança e fidelidade com eles(as). Esses espaços garantem, portanto, além de uma nova rotina do trabalho, agregar novas possibilidades, como a apresentação do produto e autovalorização, visto que elas se sentem orgulhosas de entregar os produtos, como sugere a Figura 6, em que as mulheres estão entregando os produtos feitos por elas, o que lhes permite falar deles, apresentar para o mercado, etc.

Figura 6: Carregamento de caixas para entrega da produção.



Fonte: Foto Daniel do Nascimento.

Na comercialização dos produtos, estabelece-se, portanto, novas dinâmicas que vão para além da satisfação e *entretenimento* relacionados ao convívio entre mulheres e à produção em si. Desse modo, a entrega realizada por elas mesmas assume ademais um papel de motivação e fortalecimento do trabalho a partir das possibilidades de trocas e sociabilidade. O envolvimento das mulheres também a frente da comercialização é especialmente importante se considerarmos outros estudos, entre eles o de Boni (2006), que aponta que os homens quando percebem que a agroindústria está dando certo, se envolvem e assumem a parte da comercialização.

Essa interação para além da casa não era possível quando estavam somente no ambiente familiar, situação em relação a qual Girassol afirma: *eu me sentia invisível dentro de casa*. Essa frase de Girassol reflete trabalho não reconhecido e tampouco valorizado, ou seja, um trabalho que sequer é visto. O trabalho invisível e mal remunerado é abordado por Melo e Di Sabbato (2006) sobre a perspectiva da jornada de trabalho no meio rural, em que os autores apontam que a invisibilidade do trabalho é um problema que atravessa também os instrumentos de pesquisa de levantamento de dados para quantificar o trabalho feminino. Como argumentam os autores, os critérios empregados em pesquisas sobre trabalho no meio rural excluem parcela dessa população, especialmente as mulheres na medida em que não consideram a produção para autoconsumo, o trabalho do cuidado e o trabalho doméstico como

jornada de trabalho, o que conseqüentemente afeta as mulheres no que se refere à (in)visibilidade, uma vez que são elas as principais responsáveis por essas atividades.

Com isso, a invisibilidade para as mulheres assume uma dupla conotação, em que por um lado, a mulher se sente invisível pelo trabalho não reconhecido no interior da unidade familiar e do mesmo modo pela sociedade, pois não tem espaços de interação. Por outro lado, o trabalho é invisível também aos instrumentos de pesquisa, que são os que fornecem dados para elaboração de políticas públicas, por exemplo, de modo que, da forma como foram construídos, podem contribuir para aumentar, de forma institucionalizada, a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres.

Sendo assim, quando Girassol aponta o tema da invisibilidade no trabalho, ela sugere que conseguiu sair dessa situação a partir do trabalho na agroindústria, pelo reconhecimento do trabalho, pela possibilidade de socialização com outras mulheres e pelo sentimento de pertencimento, o que antes não era presente em sua vida.

De maneira geral, todas as interlocutoras desta pesquisa apontaram que o trabalho na agroindústria, sobretudo os trabalhos coletivos, é importante para que elas se sintam bem, saudáveis e felizes. Assim, entende-se essas situações, consideradas por elas como *entretenimento* e *lazer*, a partir da perspectiva delas. Quando questionadas sobre como costumam aproveitar o tempo livre, em linhas gerais elas respondem: *estar de folga, tomar chimarrão, conversar e passear*. Entre as falas, Girassol responde com outra pergunta: *Fora o serviço de casa? Ah eu vou passear*. Isto é, elas sugerem ter visão restrita, ou talvez única possível frente a suas trajetórias, sobre o que é lazer, diversão, pois na vida sempre foram mulheres que se dedicaram a muito trabalho. Agora, na agroindústria, como elas se sentem bem trabalhando, acreditam ali ser o espaço para momentos de trabalho remunerado e também de entretenimento, e o tempo livre é em casa. Porém, o tempo livre do trabalho remunerado, conforme uma lógica empregatícia convencional, em que ficar em casa é considerado dia de folga, no caso dessas mulheres, significa, conforme observações da pesquisa, limpar e organizar a casa e depois, se sobrar tempo fazer alguma outra atividade que a maioria delas diz ser *passear*.

Quando questionadas, em grupo, sobre o que elas pensam sobre bem estar, elas respondem: *Bem estar é trabalhar com tranquilidade, sem estresse, trabalhar no que gosta*. Diante de respostas como essas, as mulheres indicam que o trabalho é o fundamento para tudo na vida delas, ou seja, quando se referem a lazer, diversão, entretenimento, elas citam dentro disso as relações de trabalho nas diferentes

dinâmicas, seja ele no ambiente doméstico ou na agroindústria, especialmente quando elas analisam em relação a trabalhos anteriores, em relação aos quais elas reclamam das condições em que eram realizados.

Fica implícito, portanto, que, para as mulheres da agroindústria Mãos na Massa, o trabalho é a condição de satisfação, entendendo com isso o desenvolvimento pessoal, emocional e econômico. Nesse sentido, somando ao convívio com as colegas, é que elas atribuem ao trabalho na agroindústria o sentido de *entretenimento*.

Tendo presente a dimensão da representatividade do trabalho para o cotidiano da vida dessas mulheres, propõem-se adentrar um pouco mais nas relações de trabalho, buscando entender quais mudanças foram possíveis também no ambiente familiar, uma vez que, a partir do trabalho na agroindústria, elas passaram a dedicar menos tempo ao trabalho e ao convívio em duas casas, questão que será abordada na próxima seção.

5.2 ELE ME AJUDA: DINÂMICAS DE TRABALHO NO AMBIENTE FAMILIAR E NA AGROINDÚSTRIA

A categoria *ajuda* emergiu a partir do estudo de campo e ao longo das entrevistas. Posteriormente, durante a transcrição e sistematização dos dados empíricos, foi possível perceber que o termo é empregado em diferentes contextos e marcadamente em pelo menos duas condições.

Primeiro, remete a *ajuda masculina* nas atividades domésticas. Nesse contexto, o termo *ajuda* é empregado como forma de explicar que o marido estaria fazendo um serviço que não é propriamente dele, entendimento que pode ser adotado também para a mulher no caso de ela estar fazendo o trabalho, o serviço que seria de seu esposo. Essa questão, que se refere à divisão sexual do trabalho, diz respeito ao contexto em que o homem colabora com atividades preestabelecidas social e culturalmente, exercidas por mulheres ou vice-versa. Conforme aponta Sartre *et al* (2013, p. 109), “a divisão de papéis nada tem de natural e sim é uma construção social”. “Naturalização” ocorre quando a mulher *ajuda* o homem na lavoura, por exemplo, visto que a lavoura não é considerada um espaço para mulheres, ainda que as mulheres sempre tenham trabalhado nesse espaço produtivo, ou seja, esse

trabalho é naturalizado por meio da noção de *ajuda*, visto que, assim, não se considera responsabilidade da mulher as atividades realizadas nesse espaço. É central considerar também que *ajuda* é voluntária e sem direito a renda, a ganhos. Essa conotação seria aceitável se ambos os trabalhos gerassem renda, o que não acontece pois a principal renda de um lote é oriunda da lavoura (trabalho produtivo) e não do ambiente doméstico (trabalho reprodutivo), como visto no capítulo anterior acerca de trabalho produtivo e reprodutivo.

Sendo assim, a *ajuda* ganha dimensões que pesam muito mais para as mulheres, que combinam as duas tarefas – as domésticas e as da lavoura –, do que aos homens, que têm suas tarefas unicamente ligadas a lavoura. Como afirma Boni (2005):

Na separação entre produção e reprodução o homem, chefe de família, é considerado o responsável pela produção e à mulher e aos filhos foram legados os encargos de ajudantes (BONI, 2005, p. 53)

Entretanto, o trabalho dos “ajudantes” é o que configura a manutenção e a reprodução familiar, porém sem o devido reconhecimento, sob o caráter da invisibilidade. Como aborda Boni (2005) “a divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural é nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão das funções é o homem” (BONI, 2005, p. 52). Porém, a configuração ideal é que ambos os trabalhos fossem compartilhados, porque trata-se de uma unidade de produção familiar, implicando, portanto, a participação de todos. O peso da *ajuda* é refletido por Langbecker (2017, p. 130): “como formas simbólicas de dominação, em que submetem o trabalho feminino ao desvalor”. Nesse sentido, mesmo que o trabalho da mulher na lavoura exige dela maior esforço, uma vez que precisa combiná-lo também com as atividades consideradas domésticas, seu esforço de trabalho não é valorado e tampouco valorizado, refletindo em submissão e admissão de tarefas.

Sendo assim, como já mencionado em capítulos anteriores, o trabalho da mulher na unidade familiar se torna invisível, desvalorizado, inclusive pelo fato de não gerar renda. Isso é sentido também pelas mulheres interlocutoras desta pesquisa e se expressa quando elas dizem que não geram renda, como assinala Girassol: [quando a gente chegou aqui] *eu comecei a pensar que eu tinha que fazer alguma coisa para gerar renda mensal*. Isto é, a renda da terra é do esposo, entendimento que, desde a titularidade do lote, coloca a mulher em posição de submissão ao marido. E se a renda da terra, considerada como do marido, não é suficiente para a família, a

mulher na maioria dos casos precisa encontrar outra fonte de renda para somar à renda familiar, seja em atividades desenvolvidas dentro da propriedade, na produção leiteira ou hortifrúti, por exemplo, ou em trabalhos externos ao lote.

Com isso, fica visível que essas mulheres e seus maridos têm entendimento de que no lote a renda está sob administração do homem. Sendo assim, quando se reflete esse entendimento para dentro da unidade familiar, o que é o papel do homem e o que é papel da mulher no meio rural juntamente relacionado com questões financeiras, percebe-se que, quando um estava trabalhando no espaço do outro, trata-se de *ajuda*, trabalho voluntário, sem direitos e também com esforços não equivalentes. Além disso, ressalta-se também que a *ajuda* da mulher ao marido é mais frequente do que o inverso, isto é, é mais comum a mulher estar inserida nos trabalhos na lavoura do que o homem em trabalhos domésticos (BRUMER, 2008).

Nessa perspectiva, soma-se também o entendimento de que atividades domésticas são um conjunto de atividades que estão para além do espaço físico da casa, compreendendo o espaço externo, com a produção de para o consumo da família e cuidado com os animais. Nesse sentido, quando questionada sobre a divisão das tarefas domésticas, Madiba, analisando o caso dela, salienta: *Era tudo junto, o que um fazia o outro fazia. Ele me ajudava a fazer as coisas para a feira e eu ajudava ele fazer as outras lidas.* Antes de ingressar na associação de mulheres, Madiba tinha um ponto de venda na feira municipal onde vendia hortaliças. Essa contextualização é importante porque ela permite compreender que esse *tudo junto* empregado quando ela se refere às atividades domésticas, refere-se apenas a uma parte do trabalho doméstico, o externo ao lar. Referente a essa questão, Madiba conclui que, dentro de casa, o trabalho era só dela, e explica isso pelo fato de que desde que sua mãe ficou doente, todo o trabalho dentro de casa era só dela, explanando isso de forma natural, pois elas seriam as mulheres da casa, logo, responsáveis por esse trabalho.

Em um segundo momento, em que as mulheres passam a ocupar maior parte de seu tempo no trabalho na agroindústria, os trabalhos domésticos passaram a ser secundarizados por elas, que mesmo com reorganização do tempo de trabalho, tendo que dormir mais tarde e acordar mais cedo para ter tempo de fazer todo o trabalho da casa e da agroindústria, passaram a contar com apoio maior de seus companheiros, em situações como, por exemplo, estender roupa, lavar a louça, aquecer a comida. Para elas isso significou uma grande mudança, que elas consideram ter sido possível em decorrência de seus trabalhos na agroindústria, em que os maridos percebem que

é um trabalho rentável e também um ganho para a família. Mesmo assim, “ajuda” dos companheiros deixa a desejar, porque sempre que elas estão em casa, o trabalho doméstico é exclusivo delas, pois se considera, de modo geral, que, estando em casa, elas teriam tempo para tal.

Mesmo com a contribuição dos maridos em algumas tarefas pontuais, o trabalho doméstico é concentrado nas mulheres. Sobre isso, Madiba explica que o *trabalho continua o mesmo*, porém se esforça para responder a demanda dos dois trabalhos, ou seja, em casa e na agroindústria:

Olha, continuo tendo trabalho em casa, parece que aumentou mais. Chego e tem tudo parece para a gente fazer, mas eu dou conta daqui [agroindústria] e em casa. E ainda tiro leite e faço queijo. (Madiba, 45 anos)

Percebe-se através da fala de Madiba um certo orgulho, valor expresso por ela que manifesta a sua capacidade de trabalhar muito tanto no lugar que é dela por “dever”, por obrigação, ou seja, em casa, quanto na agroindústria, que, de certo modo, é uma opção dela. Com base nisso podemos refletir acerca da lógica naturalizada na sociedade em geral e, de modo especial, no rural, que considera dever das mulheres *dar conta de tudo*, o que inclui sair do ambiente familiar para trabalhar desde que não deixem o serviço da casa por fazer.

Ainda durante a entrevista, Madiba, se referindo a questões vinculadas a horta, atividade que era sua principal ocupação para gerar renda antes da associação e do trabalho na agroindústria, sinaliza: *este ano eu falo que morei em cima da laje, não plantei nada*. Ao fazer essa afirmação, Madiba explica que não dedicou tempo ao trabalho na horta e, como ela complementa, *as galinhas acabaram destruindo o que restou*. Por meio dessa fala de Madiba, percebe-se que na ausência dela, não teve substituição de outra pessoa da família para cuidar de algumas tarefas que compreendem os arredores da casa, sobretudo da horta, pois esse também é um trabalho considerado doméstico. Por isso, a interlocutora desculpa-se por deixar a desejar em relação a mais um trabalho que seria seu por obrigação.

A definição dos papéis sobre o que é considerado trabalho masculino ou feminino ainda não se alterou de forma concreta, pois muitas situações permanecem inalteradas, como a renda da terra, que continua sendo do homem, ao passo que a mulher continua trabalhando no lote e *tomando conta da casa* e das tarefas diárias sem, contudo, ter renda a partir desse trabalho. Isso impacta, também, em relação ao *trabalhar fora*, afinal, mesmo sendo o trabalho na agroindústria dentro do

assentamento, localizado praticamente no pátio de suas casas, é considerado um trabalho *extra/fora* e esse entendimento se reflete sobre a configuração de tempo destinado a produção/reprodução no interior da unidade familiar. Somando-se a isso percebe-se também maior posição de autoridade do esposo sobre o lote, pois, desde o início do trabalho na agroindústria, as mulheres têm menor disponibilidade às atividades agrícolas na lavoura e seus trabalhos passam a ocorrer de forma mais esporádica dentro do lote.

Este entendimento é afirmado na fala de Margarida, que afirma: *a terra é dele, eu deixo pra ele, ele que mais cuida*. A fala de Margarida deixa subjacente a ideia de que como ela trabalha de certa forma fora da unidade familiar de produção, não tem como cobrar a renda da terra, embora, como explorado no capítulo 3, a mulher é legalmente proprietária do lote, assim como seu esposo. Isto é, se antes o motivo de a mulher não se sentir proprietária do lote onde vive era devido ao fato do homem ser o administrador do lote, ficando a cargo da mulher o trabalho entendido como secundário, como *ajuda* na roça e as tarefas domésticas, agora elas têm o entendimento de que como *trabalham fora* e contribuem menos no trabalho na roça não tem direito ao recurso gerado por essa produção, se culpando, em maior ou menor grau, pelo menor tempo de trabalho dedicado à casa e à família.

É verdade que muitas mudanças ocorreram na transição para a agroindústria, ou seja, para um espaço de trabalho externo ao ambiente familiar, visto que agora as mulheres trabalham com sentimento de pertencimento e entendendo que o trabalho tem um significado importante em suas vidas e na luta diária por melhores condições de vida. Por meio do trabalho na agroindústria, essas mulheres se tornaram empreendedoras e donas de seu próprio negócio, gerando sua própria renda e sentindo-se valorizadas e reconhecidas no trabalho. Soma-se desse modo o trabalho produtivo também às mulheres, em que elas também passam a ser responsáveis pela renda familiar. Esse simbolismo de renda no meio rural para as mulheres tem um peso importante na configuração familiar em termos de emancipação feminina.

Entretanto, as mulheres continuam a exercer, possivelmente com a mesma frequência, o trabalho reprodutivo no interior de seus ambientes familiares, otimizando tempo e planejando as tarefas, o que se expressa na fala de Madiba, que considera que *o trabalho só aumentou*. Todavia, as mulheres deixaram de ocupar tempo para trabalho na lavoura, destinando esse tempo agora para o trabalho na agroindústria.

Desdobrando-se dessa discussão, por meio da transição do trabalho no espaço doméstico para o espaço da agroindústria, apresenta-se a outra dimensão de *ajuda*, abordada pelas mulheres durante as entrevistas. Essa dimensão é referente ao trabalho coletivo, trabalho que acontece na agroindústria de forma autônoma, espaço que propicia a prática da cooperação entre as mulheres, onde conseguem estabelecer uma rotina de trabalho em que todas elas contribuem em todas as tarefas, de modo a não *pesar* mais para uma do que para outra. Para tanto, organizam os rodízios para as tarefas e funções não ficarem desproporcionais, organização que no ambiente familiar não é absorvida com facilidade.

Assim sendo, na agroindústria, as mulheres experimentam novas relações de trabalho, nas quais aparece o sentimento de *ajuda mútua* entre elas, categoria por meio da qual elas expressam o valor do trabalho coletivo, no qual se fortalecem e criam metas conjuntas, a partir da compreensão do trabalho como um processo de construção. Nesse processo, elas elaboram acordos coletivos, por meio dos quais definem prioridades, tendo sempre como objetivo o crescimento do empreendimento.

À medida que a agroindústria começou a dar retorno financeiro para o núcleo familiar, o trabalho passou a ter aceitação e ser valorizado pela família. Isso possibilitou reconfiguração do trabalho doméstico, especialmente em relação às atividades consideradas da mulher. Assim, elas precisaram reorganizar a rotina de atividades domésticas para poder se dedicar ao trabalho na agroindústria. Nessa dinâmica, como os filhos estavam crescidos – com exceção da situação de uma trabalhadora, Dália, que atua na função administrativa –, logo outra dinâmica de tempo e de trabalho foi constituída e a prioridade deixou de ser cuidar a casa, que passou a ser serviço secundário devido a necessidade de tempo dedicado ao trabalho na agroindústria.

Tal mudança contribuiu também para o reconhecimento da importância do trabalho das mulheres na agroindústria, especialmente porque em algumas situações o trabalho não era feito ou porque em alguns casos as iniciativas de trabalho doméstico passaram a ser realizados pelos homens, algo que até então não havia ocorrido. Apesar dessa mudança, o trabalho realizado pelos maridos na esfera doméstica ainda é considerado *ajuda* para ambos, ou seja, tanto para o homem quanto para a mulher uma vez que quando o homem realiza alguma tarefa doméstica a mulher não entende como divisão de responsabilidades e sim como *ajuda*. De todo modo, esse contexto evidencia alteração, mesmo que incipiente, na configuração da

divisão sexual do trabalho. Imbricado a esse processo de reconfiguração das atividades domésticas na unidade familiar, houve a separação de rendas, ou dito de melhor modo, a mulher passou a gerenciar a renda que passou a receber oriunda da agroindústria, mas, por outro lado, continua sem direito à renda oriunda do lote, o que elas indicam entender como plausível, pois sua contribuição na unidade familiar e, assim, na lavoura, diminuiu desde o início do trabalho na agroindústria.

As entrevistas e dados gerados em campo e apresentados ao longo desta seção sugerem que houve certo avanço em relação à divisão sexual do trabalho e à valorização do trabalho das mulheres, avanço que mesmo sendo tímido foi possível por meio do trabalho na agroindústria, que alterou a forma de pensar das mulheres, sobretudo em questões de trabalho coletivizado. Entretanto, as relações de autoridade repercutem com a mesma força nas questões de submissão de domínio da terra, no tempo de trabalho e nas práticas diárias entendidas como trocas de ajudas no ambiente familiar. Essa situação é evidenciada também por Kergoat (2019) que, ao analisar a categoria trabalho no âmbito dos estudos de gênero, considera que o acesso ao trabalho remunerado continua a constituir a base da autonomia das mulheres, o que não implica, contudo, em libertação.

Tendo apresentado, nesta seção, aspectos relacionados ao trabalho doméstico e na agroindústria, em diálogo com o tema central deste capítulo, que volta-se ao trabalho das mulheres, apresenta-se na próxima seção como as mulheres interlocutoras desta pesquisa expressam as mudanças ligadas a dinâmicas de vida, valorização e reconhecimento pessoal e coletivo.

5.3 MUDANÇAS NA VIDA DAS MULHERES SOBRE O ASPECTO DA VALORIZAÇÃO ENQUANTO TRABALHADORAS RURAIS

Ao longo da trajetória de vida das mulheres interlocutoras desta pesquisa ocorreram grandes processos de mudanças tanto em suas vidas individuais e familiares quanto em relação a suas formas coletivas de organização para o trabalho. De fato, se no Capítulo 3 pontua-se as mudanças sugeridas pelas mulheres como formas de melhorar suas vidas por meio do trabalho e do acesso à renda, nesta seção, pretende-se evidenciar as mudanças a partir do trabalho na agroindústria já

consolidada, ou seja, busca-se aqui explorar quais foram as mudanças possíveis a partir da inserção e do trabalho nesse novo espaço produtivo.

Nesse sentido, fica visível nos depoimentos das mulheres a importância do trabalho na agroindústria como um processo não apenas de construção de identidade como também de valorização e de reconhecimento pessoal. Mesmo elas relatando que o trabalho aumentou, salientam que, de modo geral, a vida melhorou. Esse sentimento positivo em relação a suas trajetórias de vida reflete tanto a melhoria nas condições de vida por meio de acesso à renda quanto a sociabilidade, construída por meio da capacidade que elas demonstram em desenvolver o trabalho de forma coletiva. Essas mudanças podem ser expressas por meio do trecho a seguir, em que Gérbera comenta sobre o trabalho:

Aumentou (risos), mas só ganhei! [...]Nossa! Principalmente de tu aprender a trabalhar no grupo, eu nunca tinha trabalhado assim direto. E a gente aprendeu muita coisa. (Gérbera, 52 anos)

O trabalho coletivo para as mulheres significou também um novo jeito de sociabilizar, de respeitar as diferenças e aprender com elas a fim de somar em nome de uma proposta maior, que remete ao envolvimento em um projeto de trabalho e de acesso à renda, fruto de um sonho coletivo que lhes permite também novas formas de relações sociais. Conforme relata Dália, *a gente quer ver crescer, quer buscar mais mercados, melhorar para todas*. Ainda segundo Dália, pelo fato de a agroindústria ser constituída só por mulheres, pelo tempo de trabalho que já acumularam juntas, elas já têm uma conexão, percebem quando uma não está bem, especialmente no caso de problemas fora do ambiente da agroindústria, de modo que conseguem trabalhar também com essas situações, por meio da compreensão.

Em relação aos primeiros anos de trabalho coletivo na agroindústria, em que estavam inseridas em um ambiente novo, possivelmente estranho a elas, mencionaram que tiveram problemas com as diferenças internas devido ao fato de estarem muito despreparadas pelas demandas que vinham se somando, em um contexto em que tudo era novo e precisava ser aprendido, o que em certa medida resultava em tensões e descontentamento. Porém, apesar disso, a forma que elas encontraram de buscar consensos, definições e acordos por meio de reuniões e diálogo sempre as auxiliou para que o andamento diário de trabalho funcionasse bem.

As mulheres relatam de forma unânime que a vida melhorou em grande medida após o trabalho na agroindústria, inclusive no que se refere à saúde e à autoestima, conforme relata Margarida:

Tudo para melhor, te digo assim a autoestima, a saúde, de levantar cedo é muito bom, porque se eu tivesse em casa eu ia estar enorme de gorda, depressão, sabe. E assim tu sai, tu chega em casa, tu faz as coisas com vontade, de manhã tu levanta, tu chega aqui sempre eu brincando com elas. Muito bom! (Margarida, 61 anos)

De modo complementar ao trecho de entrevista acima, Margarida conclui que se sente motivada para o trabalho, tanto em casa quanto na agroindústria; considera que o trabalho coletivo é como se fosse uma terapia diária para ela, que a anima a acordar cedo e ir ao trabalho. Margarida, já aposentada, viu na agroindústria uma forma saudável de ocupação, uma vez que os filhos já não moram mais em casa e seu esposo também é aposentado, situação que contribui para que o trabalho em casa e no lote já não lhes exige tanta dedicação. Com a renda da agroindústria ela consegue auxiliar os filhos em suas *despesas* e o marido com compras para o desenvolvimento da unidade familiar, como, por exemplo, com as compras para os cuidados com os animais, incluindo medicamentos, e pagamento de prestações, entre outros *gastos*.

Dona Cravina, também já aposentada, diz que o trabalho na agroindústria mudou a vida dela, que ela se sente *realizada: não sei usar a palavra agora, mas me senti mais assim como se tivesse me realizado (Cravina, 66 anos)*. Cravina conta também sobre o que foi possível fazer depois que começou a trabalhar na agroindústria, que antes não era prioridade, pela carga de trabalho e dificuldades de renda.

Eu comecei a reforma da minha casa, ainda tá por terminar, daí comrei algumas coisas que eu nunca tive prioridade, sempre tive que pegar coisas usadas dos outros, então consegui comprar televisão dessas modernas... Pude comprar fogão bom, pude comprar fogão a lenha, pude comprar uma cozinha, jogo de sofá que nunca tive na minha vida, jogo de sofá. (Cravina, 66 anos)

Essas mudanças na qualidade de vida de Cravina foram possíveis após os filhos estarem adultos e ela estar aposentada. Além disso, como ela é viúva, a mudança foi ainda mais acentuada, visto que ela passou a ser a titular do lote e, assim, passou a definir as suas prioridades e, de certo modo, se emancipou enquanto mulher. Uma evidência disso é que mesmo que os filhos fossem contra ela trabalhar na agroindústria, ela decidiu que iria, porque esse trabalho lhe faz sentir-se bem. Muito

mais que uma mudança financeira, é uma mudança de hábitos, de qualidade de vida, em que ela se permitiu conforto por muito tempo a ela negado. Nesse sentido, quando questionada sobre o que é bem-estar, ela respondeu de forma direta, *que é trabalhar e saber que ao chegar o dia de fazer uma compra ou pagar alguma coisa ter o dinheiro para pagar.*

Sem dúvida, muitas foram as dificuldades que as mulheres interlocutoras desta pesquisa vivenciaram até chegar à situação que estão atualmente. O padrão de vida possível hoje comparando tanto questões de poder aquisitivo quanto de sociabilidade as tornam pessoas mais confiantes e seguras. Se hoje o trabalho é pesado, de uma rotina cansativa, elas dizem não se importar, pois agora experimentam retorno positivo do esforço do trabalho que vai para além da família, que torna o trabalho mais prazeroso. Como diz Margarida, *a gente chega em casa com mais vontade. Cabe aqui resgatar também o sentimento que Girassol relata ao sentir-se invisível dentro de casa, como apresentado na seção 5.2. Em boa medida, os relatos das mulheres entrevistadas nesta pesquisa sugerem que as mudanças com o trabalho na agroindústria vêm no sentido de atribuir sentido e valorização por meio do trabalho.*

Entendendo essas mudanças relatadas e também identificando por meio de alguns depoimentos que a renda da agroindústria ainda não é suficiente para que as mulheres estabeleçam outras dinâmicas de trabalho, que envolvam férias, descanso semanal e contratação de pessoal, ainda assim, o trabalho na agroindústria é muito valorizado por elas. Elas mencionam que, apesar dos limites que ainda existem, a renda familiar oriunda do trabalho na agroindústria é fundamental, sobretudo, para as sócias que não têm outra fonte de renda, como a aposentadoria. Gérbera relata que, com o trabalho na agroindústria, ao menos tem uma garantia de renda mínima, o que não é possível em relação à renda do lote, que acontece por safra, ou vendas esporádicas ou ainda quando estão sujeitas a trabalhos informais.

Graças a essa agroindústria que as coisas têm melhorado em casa, o resto é aquela coisa né, ou dá ou não dá. Aqui não, é certinho, os contratos das escolas são certos. Então isso é uma renda que graças a Deus faz muita diferença em casa. (Gérbera, 52 anos)

Conforme apresenta a entrevistada quando se refere aos contratos das escolas, e presente pesquisa demonstra que a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é de extrema importância para o desenvolvimento e permanência da

agroindústria Mãos na Massa, uma vez que garante os pedidos e pagamentos fixos¹⁸. Desse modo, com renda garantida, as agricultoras podem definir um planejamento de investimentos e de produção. A renda da agroindústria revertida para o investimento pessoal recai também para atender as demandas emergentes da unidade familiar, o que acaba balizando e equilibrando os *gastos* e as *despesas* mensais. As despesas mensais, como já discutido, não podem esperar a renda da safra do lote, de modo que a renda oriunda da agroindústria contribui para o não endividamento das famílias e para suprir possíveis demandas, como sugere Madiba: *o que tá judiando agora é as vacas, tem que comprar silagem, tem que comprar isso ou aquilo*. Ao se referir a questão da silagem e ao manejo das vacas, Madiba se refere que devido ao período de estiagem a pastagem não está sendo suficiente, impactando também na diminuição do leite. Por isso, precisam investir em alimentação suplementar para o rebanho, assim como em medicamentos, estratégias possíveis graças à renda oriunda da agroindústria. Sugere-se a partir deste trecho da fala de Madiba que, embora ela tenha dificuldades em acessar a renda do lote, paradoxalmente, ela é quem garante algumas *despesas* da unidade familiar, como as *despesas* com os animais, por exemplo.

Quando questionada em relação à satisfação sobre a renda recebida a partir do trabalho na agroindústria Mãos na Massa e também sobre mudanças que esse trabalho lhes proporcionou, Madiba diz o seguinte:

Meu primeiro salário que eu recebi eu até chorei bastante, porque nunca tinha trabalhado, nunca tinha recebido na vida assim, esse aqui é meu, do meu trabalho, do meu suor... Daí até chorei tanto que não sabia se era de alegria ou de tristeza, mas era de alegria. (Madiba, 45 anos)

O sentimento de valorização financeira do trabalho – “trabalhou e recebeu” – é uma realidade que no campo não é unânime para as mulheres, porque, como mencionado no Capítulo 3, pesa sobre as mulheres a condição de subalternidade em relação à renda do lote e o direito à terra.

¹⁸ Importante relatar que após a pesquisa de campo, iniciou o período de Pandemia no Brasil – COVID-19, que ocasionou o fechamento das escolas. Em decorrência, por um longo período, as mulheres da agroindústria Mãos na Massa ficaram sem demanda de produtos para as escolas com as quais tinham contrato. Entretanto a partir do mês de junho passaram a entregar em menor quantidade para a Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita a fim de compor as cestas básicas destinadas às famílias em vulnerabilidade social.

É importante destacar que o que mais motiva as mulheres no trabalho na agroindústria é a valorização pessoal e profissional, a partir do qual notam seu trabalho gerando valor e sobretudo garantindo-lhes autonomia na gestão do recurso recebido, mesmo que elas dizem empregar a maior parte da renda em casa e também apoiando seus companheiros nos *gastos do lote*. Como explicam, é uma autonomia diferente de antes, quando vendiam produtos produzidos em casa e a renda era controlada por seus cônjuges. Sendo assim, o que antes significava uma autonomia relativa agora passou a ser uma autonomia quase que absoluta, pois o valor recebido é maior e também pelo fato de ser produzido em ambiente externo à unidade familiar, o que contribui para que as mulheres consigam definir seus investimentos sem interferência dos maridos.

Contudo, observando a trajetória das mulheres da agroindústria Mãos na Massa e percebendo as mudanças que a elas geram um valor para além da renda, mas sobretudo voltadas à valorização, elas salientam também que embora tenham baixa escolaridade, por meio do trabalho na agroindústria conseguiram realizar diversos cursos que agregam a sua prática diária, além de trocas de experiências com trabalhadores de outras agroindústrias, o que também lhes coloca em situação de maior autoconfiança.

Portanto, de modo geral, a mudança de vida das mulheres pode ser sintetizada na fala de Girassol, que diz:

Melhorou muito minha vida depois da agroindústria, agora quando eu fui passear lá na mãe, eu estava comentando para ela, eu trabalhei 10 anos costurando, eu odiava costurar, agora que eu estou num serviço que eu gosto, eu posso dizer que sou feliz... ah não ser mandado por patrão, aquela coisa assim xingando.... Aqui é nosso, nós trabalhamos conforme nós podemos, nós sabemos que temos nossas obrigações, de estar com as coisas prontas na hora certa, mas a gente sabe que aqui é nosso, que nós decidimos como vamos fazer. Para mim melhorou bastante, posso dizer que sou feliz com a padaria. (Girassol, 45 anos)

Embora Girassol tenha uma trajetória um pouco diferente das demais mulheres da agroindústria, pois mesmo no assentamento trabalhou como costureira, conforme discussão explorada no Capítulo 3, situação na qual, como ela relata, estava submetida e respondia a um patrão, para além da renda, a dimensão de trabalhar com o que gosta e o que é delas é o que as une na perspectiva de melhoria da qualidade de vida. Todavia, ao mesmo tempo em que reconhecem as mudanças positivas, elas relatam que muitas coisas ainda precisam acontecer para haver melhorias da unidade produtiva e para isso seguem investindo na construção coletiva, com vistas a

desenvolver maior demanda de produção, o que conseqüentemente gerará maior renda.

Nesse sentido, entre as metas que elas têm em vista pensando no futuro, está estabelecer um espaço que envolva maior participação familiar, especialmente porque, como elas explicam, há filhas e netas esperando surgir oportunidade de trabalho. Além disso, elas esperam também que seja possível o envolvimento das demais famílias assentadas por meio da produção de matéria prima. Esta ideia está entre as metas também porque poderá contribuir para aumentar a produção e ampliar a contratação de pessoas que possam contribuir diariamente na dinâmica de trabalho da agroindústria, de modo a viabilizar o direito a férias e folgas remuneradas, por exemplo.

Essas mudanças se alinham à perspectiva de estabelecer equidade de gênero por meio da participação política, considerada uma das formas de romper com relações patriarcais no interior das famílias (Setor de Gênero, MST, 2018). É preciso, portanto, caminhar no sentido da emancipação humana, dos homens, dos jovens e das mulheres livres, objetivo que integra o programa agrário do MST, no qual se estabelece como meta a busca permanente de melhores condições de vida no campo.

O campo deve se construir num local bom de viver. Onde as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vidas dignas. (Programa Agrário do MST, 2014, p. 37)

Nesse sentido, as agroindústrias também surgem como demandas e pautas políticas do conjunto da organização, visualizando maiores oportunidades a população, meta que também está contida no programa agrário.

Instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres. (Programa Agrário do MST, 2014, p. 36)

Como este capítulo demonstra, investir em agroindústrias, à exemplo da Mãos na Massa vinculam trabalho à estratégias para emancipação feminina, pode aportar importantes pistas para a melhoria da qualidade de vida no campo.

Concluindo a seção, é importante reter, portanto, a importância das relações de trabalho estabelecidas de forma coletiva, em um ambiente de moradia que possibilita a organização das famílias e das mulheres com vistas a emancipação humana e social o que, na perspectiva de Kergoat (2019), implica emancipação coletiva das mulheres por meio do trabalho. Em decorrência dessas mudanças já em

curso, é possível potencializar não apenas a emancipação individual que se estende para dentro no núcleo familiar mas também a emancipação coletiva dessas mulheres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, que teve como objetivo geral compreender o trabalho de mulheres rurais a partir da transição do ambiente doméstico para o da agroindústria, buscou-se analisar como se dá o trabalho gerenciado por mulheres de forma coletiva e em que medida essa forma coletiva de organização altera (ou não) a dinâmica de vidas das mulheres envolvidas, especialmente em relação à divisão sexual do trabalho na unidade familiar.

Para responder a esse objetivo, foi analisada a experiência da agroindústria Mãos na Massa, instalada no Assentamento Sino, localizado em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. O foco da pesquisa foram aspectos do trabalho, em especial divisão sexual do trabalho, abordagem que proporcionou importantes reflexões acerca dos limites e desafios que se configuram desde o processo de construção do espaço e do grupo, até a consolidação e continuidade do projeto da agroindústria.

As trajetórias de vida das mulheres do assentamento Sino evidenciam que o processo de transformação de vida dessas mulheres iniciou ainda no período em que decidiram acampar. Depois de assentadas, vivenciaram novas realidades, buscaram novos projetos, criaram alternativas e se adaptaram a novas rotinas de vida e de trabalho. A busca por alternativas foi possibilitada especialmente pelo ambiente que estavam inseridas, por meio de uma organização coletiva do assentamento e do MST com o contínuo trabalho com a base, de organização e desenvolvimento social e econômico das famílias por meio de demandas políticas em vistas a qualificação e estruturação do assentamento. Nas trajetórias de vida das seis mulheres interlocutores desta pesquisa, muitos foram os desafios para a construção de novos espaços de vida e de trabalho, em relação aos quais foi preciso criar novas relações sociais para o conjunto das famílias assentadas. Em relação às mulheres, os desafios foram ainda maiores, visto que, em decorrência da hierarquização naturalizada no ambiente familiar, muitas mulheres são subordinadas a seus companheiros em relação a terra, mesmo não sendo uma terra herdada e sim conquistada por ambos. Essa situação se expressa especialmente em relação à titularidade da terra – mesmo o lote sendo do homem e da mulher, é o marido que se sente proprietário, e não a mulher –, à renda advinda de atividades realizadas no lote, consideradas renda do homem, do marido, ainda que as mulheres *ajudem* nos serviços do lote, negando, portanto, os direitos da mulher.

O direito à terra foi conquistado através de lutas políticas do movimento de mulheres rurais, o qual está garantido na constituição, porém, mesmo elas sabendo deste direito, a renda da terra continua favorecendo o marido. Esse entendimento se acentuou à medida que as mulheres passaram a trabalhar na agroindústria, em que sua contribuição direta no lote diminuiu, tendo elas menos tempo de trabalho dedicado à unidade familiar. Portanto, se antes elas não tinham direito à renda do lote, mesmo trabalhando diariamente na lavoura, agora elas sequer sentem-se no direito de exigir parte dessa renda.

As mulheres, especificamente as inseridas no meio rural, carregam em suas trajetórias o sentimento de submissão, marcado pelo trabalho reprodutivo e invisível. Esses fatores fragilizam a ação e conseqüentemente as perspectivas de autonomia dessas mulheres.

Por meio do trabalho desenvolvido antes da agroindústria, que envolveu a construção de experiências em grupo, a criação de associação e vivências coletivas, a participação das mulheres como pauta política que aponta saídas possíveis do anonimato da mulher no campo se fortaleceu entre as mulheres da agroindústria Mãos na Massa. Essa experiência reforça o potencial de projetos de agroindústrias dentro de áreas de assentamento, visto que, como sugere o caso da Mãos na Massa, possibilitam em grande medida a participação e envolvimento principalmente de mulheres e jovens, que, não raro, estão em condição de inferioridade, com trabalhos sem ou com precária remuneração e, no caso particular das mulheres, restrito ao trabalho doméstico.

Nesse sentido, analisando a agroindústria Mãos na Massa é possível constatar que a agroindústria significou importante mudança na rotina das mulheres envolvidas, de trabalho, de sociabilidade e de pertencimento. Diferentemente da maioria de agroindústrias familiares, a Mãos na Massa funciona como uma associação de um grupo formado apenas por mulheres. Além dessa característica, como a agroindústria é externa ao ambiente familiar, foi possível perceber outras relações de trabalho tanto no interior da agroindústria quanto em relação à unidade familiar.

Com a implantação da agroindústria, as mulheres passaram obrigatoriamente da esfera doméstica para a da agroindústria, do espaço privado para o espaço público, o que significou importante amadurecimento na perspectiva do trabalho na vida dessas mulheres, pois saíram da condição de *ajudantes* que tinham quando trabalhavam em casa e no lote, junto aos maridos, e experimentam a condição de

gestoras, de protagonistas de seu empreendimento, mesmo que de forma coletiva. Além disso, por meio dos ganhos mensais decorrentes do trabalho na agroindústria, elas passaram a ter autonomia financeira, o que também implicou atualização das relações na unidade familiar.

O trabalho coletivo possibilitou às mulheres um espaço de interação e socialização, que as fortalece enquanto coletivo e permite que elas experimentem novas formas de relações de trabalho também na agroindústria, contexto no qual elas estão aprendendo a construir acordos e planejamentos, de modo que possam garantir o funcionamento diário da agroindústria a partir de responsabilidades coletivizadas, que agregam confiança e companheirismo entre as sócias. Estabelece-se relação de familiaridade e conseqüentemente alimenta-se sentimento de pertencimento, a partir do qual elas conseguem definir planos de futuro e estratégias que as unificam.

A partir das relações de trabalho no interior da agroindústria, em que a organização é construída coletivamente e os projetos e planos são compartilhados, foi possível para as mulheres refletir também sobre as dinâmicas presentes no interior do ambiente familiar, percebendo que o trabalho doméstico é trabalho, trabalho fundamental para a manutenção da unidade familiar. Ou seja, a partir do trabalho na agroindústria, em alguma medida, seus familiares passaram a perceber, a dar visibilidade ao trabalho doméstico, de cuidado que é realizado pelas mulheres de forma a, em alguma medida, reconhecer e valorizar essas atividades.

Nesse processo, é válido destacar que a mudança a partir do trabalho da agroindústria significou também mudanças econômicas e imbricado a isso o sentimento de valorização e reconhecimento do trabalho. Pode-se dizer, nesse sentido, que se trata do trabalho gerando valor, não simplesmente monetário, mas também que viabiliza autonomia na gestão e emancipação na vida profissional e pessoal das mulheres interlocutoras desta pesquisa.

Sobre os desafios percebidos, apresentam-se os de ordem micro que dizem respeito as causalidades familiares e da agroindústria, que se refletem por meio de relações de trabalho e direitos. Já sobre os desafios de ordem macro, apresentam-se os desafios que atingem o plano governamental sob a perspectiva de políticas públicas e governamentais.

Sobre a perspectiva dos limites de ordem micro, portanto, apresenta-se as seguintes questões: a) o aumento da jornada de trabalho das mulheres sobretudo em períodos letivos nas escolas; b) folgas não remuneradas que obrigam a assiduidade

diária, o que também impacta devido ao número reduzido de pessoas para trabalhar nas demandas diárias, implicando, conseqüentemente, em tempo restrito de lazer e diversão. Apesar desses limites, as mulheres consideram o trabalho na agroindústria de certo modo aprazível, visto que esse espaço de trabalho permite interação e socialização, configurando-se em espaço de *entretenimento*. Tal leitura se dá possivelmente porque, frente as mais difíceis jornadas de trabalho que já tiveram em suas trajetórias de vida, atualmente elas agregam aos desafios e demandas desse trabalho, que envolve elevada carga horária e dedicação, a satisfação pelo que fazem.

Já em relação aos limites de ordem macro, que vão para além das estruturas familiares e da agroindústria, se colocam as seguintes questões. Referente às políticas públicas que se dirigem sobretudo às agroindústrias familiares, nota-se que são importantes e as fortalecem, porém, os critérios de legalização para adequações tanto da estrutura, quanto da matéria prima restringem em maior medida do que envolvem as pequenas agroindústrias, e talvez esse esteja entre os principais limites para a consolidação de outras agroindústrias de panificados nos demais assentamentos do estado.

Outro limite, que também sugere uma questão para reflexão, é referente ao entendimento qualificado e amplo sobre o uso da matéria prima, conforme contribuições de Silveira e Heinz (2005) debatidas no Capítulo 4. A partir desse entendimento, que leva a pensar sobre o envolvimento de famílias assentadas que vivem no entorno da agroindústria, pontua-se o potencial de que essas famílias sejam possíveis fornecedores de matérias-primas, pois, como aponta o estudo, o que se apresenta além deste limite de acesso a matéria prima com origem do campo, é o caminho progressivo para uma industrialização da produção, afastando-se da singularidade da produção artesanal oriunda da agricultura familiar.

Considera-se, portanto, que a agroindústria familiar dentro do assentamento deveria cumprir um papel social e político, de modo a contribuir para desenvolver toda a comunidade assentada. Nesse sentido, outras famílias poderiam estar envolvidas em projetos auxiliares voltados à produção de matérias-primas para a agroindústria, o que seria possível se fosse possível ou facilitado o processo de legalização desta produção, visto que, como já argumentado, todas as matérias-primas usadas na agroindústrias precisam estar legalizadas.

É válido pensar também sobre a sucessão familiar da agroindústria no assentamento, especialmente em relação a quais seriam as formas de pensar a

continuidade em longo prazo, entendendo que atualmente a agroindústria não tem condições de contratação visto que assume vários gastos mensais. Essa situação se dá em um contexto em que muitas familiares das sócias procuram trabalho na área urbana e, para isso, precisam se deslocar para a cidade em busca de atividade remunerada. Ou seja, havendo possibilidade de ampliação de produção e de renda, haveria possibilidade de mais sócias se somarem à agroindústria, entretanto atualmente não há capacidade para tal ampliação.

Ao analisarmos o papel que cumpriu a assistência técnica para os assentamentos e, de modo particular para a agroindústria Mãos na Massa, percebe-se que a assistência técnica foi fundamental para a construção e organização das famílias e do assentamento, de modo a contemplar as famílias como um todo e não puramente a partir da questão produtiva. Por outro lado, com a paralisação dos serviços prestados pela COOPTEC e pela falta dessa assistência técnica, há um importante limite para o desenvolvimento e ampliação da agroindústria.

No que se refere ao envolvimento das mulheres por meio do trabalho coletivo, que permite a elas inserção no trabalho produtivo, cabe refletir se por meio deste trabalho elas alcançarão de fato a emancipação, ou esta continuará apenas no ambiente restrito à agroindústria, sem se estender ao ambiente doméstico. Nesse sentido, cabe retomar a contribuição de Kergoat (2019), que reflete sobre o trabalho remunerado, considerando-o como base para autonomia da mulher. Entretanto, como defende a autora, esta autonomia não significa necessariamente a libertação, a emancipação.

Constata-se, portanto, que o trabalho na agroindústria revelou um novo posicionamento das mulheres interlocutoras desta pesquisa no campo, sobretudo em relação a questões ligadas a autonomia financeira e a possibilidade de novas relações sociais. Este é o principal objetivo defendido pelo MST, ou seja, envolver as mulheres nos processos produtivos, a fim de gerar participação, autonomia e possibilidades de protagonismo da mulher a partir do trabalho. Porém, embora em certa medida esse processo signifique algumas mudanças também no ambiente familiar, percebe-se que as práticas e desigualdades de gênero ainda se colocam presentes e naturalizadas sob novas justificativas, como o menor tempo da mulher dedicado a unidade familiar, por exemplo.

O estudo de Hirata e Kergoat (2007) reflete as relações vivenciadas pelas mulheres sob o processo de delegação de atividades, as quais se naturalizam

inclusive entre as mulheres plenamente conscientes da desigualdade na divisão sexual do trabalho. Como explicam as autoras,

[...] o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607)

Isto é, mesmo com o entendimento acumulado sobre o trabalho, sobre as formações atribuídas pela organização e ainda por perceberem diariamente que estão sobrecarregadas de trabalho, ainda assim, na prática, as mulheres protagonistas desta pesquisa estão longe de alcançar plena equidade das relações de gênero no campo.

Esta pesquisa evidencia também o assentamento, resultado de um projeto de reforma agrária, como espaço de desenvolvimento rural, com geração de trabalho, renda e de promoção da cooperação. Potencializa também o debate acerca do espaço feminino no campo, refletindo a partir da experiência observada as relações de trabalho coletivo de mulheres, que se fortalecem enquanto grupo.

Conferir evidência às experiências de trabalhos em assentamentos é uma importante forma de dar visibilidade às famílias e em especial às mulheres e, ao mesmo tempo, de destacar os assentamentos como espaço de resistência e protagonismo no enfrentamento das desigualdades sociais no campo. Além disso, é, sobretudo, divulgar o campo como espaço de desenvolvimento rural para a agricultura familiar, com acesso ao trabalho e renda também pelas mulheres. Nesse contexto, as agroindústrias podem ser defendidas enquanto instrumento importante para participação das mulheres, com possibilidades de promover a valorização do trabalho feminino e autonomia das mulheres.

Por fim, vale mencionar que, entre os desafios da pesquisa merece destaque o contexto em que a pesquisa foi finalizada, que coincidiu com o período de pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19). Como o estudo de campo foi realizado no período anterior a pandemia no Brasil, é possível que alguns dados e, de modo especial os relacionados a demanda de trabalho e geração de renda, tenham sofrido importantes mudanças, especialmente porque alguns canais de comercialização foram comprometidos devido ao isolamento social. Por esse motivo novas pesquisas precisariam ser feitas, sobretudo sobre a repercussão dos impactos da pandemia na vida das mulheres do campo e do trabalho na agroindústria, entendendo que seus

principais recursos para manutenção estavam associados às compras institucionais, as quais foram canceladas ou, em alguma medida, comprometidas com a suspensão das aulas nas escolas públicas.

REFERÊNCIAS

- ADISSI, Paula Oliveira. **Estado, mídia e criminalização do MST**: um estudo de caso de Pocinhos, PB. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011. Disponível em : <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/1735/1/PAULA%20OLIVEIRA%20ADISSI%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PPGCS%202011..pdf>
Acesso em: 08 dez. 2020.
- AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA - AS-PTA. Mulheres construindo a Agroecologia. **Revista Agriculturas**: Experiências em Agroecologia/ Leisa Brasil. [Rio de Janeiro], v. 6, n. 4, p. 1-52, Dez. 2009.
- ANDRADE NETO, João Augusto de. A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais. **Revista Nera**, [S.l.], v. 18, n.27, p.160, janeiro/junho de 2015.
- BONI, Valdete. Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, v.7. 2006, Quito. **Anais [...]**. Quito, 2006.
- BONI, Valdete. **Produtivo ou reprodutivo**: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo na região oeste de Santa Catarina. Dissertação (mestrado), Programa de Pós Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria do n. 981, de 02 de outubro de 2003**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento na Educação**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae> Acesso em: 29 set. 2020.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Mulheres rurais : invisíveis e mal remuneradas. Brasília: MDA/NEAD, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11326.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.326%2C%20DE%2024%20DE%20JULHO%20DE%202006.&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a,Art. Acesso em: 26 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **RDC n. 275** de 21 de abril 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Disponível em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/resolucao-rdc-no-275-de-21-de-outubro-de-2002.pdf/vie>. Acesso em: 30 set. 2020.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e a reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, [S.l.], v.11, n. 12, p.6 – 17, jan./jun. 2008.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 205-228, janeiro/abril de 2004.

BRUNO, Regina (et al). Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

CASTILHO e SILVA, Carolina Bráz; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry, CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 183 – 207.

CASTILHO e SILVA, Carolina Bráz. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2009.

CORRÊA, Walquíria Kruger. Dimensões de reterritorialização dos assentamentos rurais em Santa Catarina. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.) **Expressões da Re-territorialização do Campo Brasileiro**. Porto Alegre: Imprensa Livre: 2013.

CRUZ, Fabiana Thomé da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 58, n. 2, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032020000200208&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2020.

CRUZ, Fabiana Thomé da; SANTOS, Jaqueline Sgarbi (org). **Guia orientador para agroindústrias: regulamentos, legislação e inspeção de alimentos no Brasil**. Porto Alegre, 2016.

CRUZ, Fabiana Thomé da; SCHNEIDER, Sérgio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos artesanais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FOLLET, Cecile; PIETROSKI, Cleomar José e RODRIGUES, Sandra Nunes. **Mulheres assentadas da Reforma Agrária: um processo de organização na produção agroecológica e camponesa.** Nova Santa Rita, RS: COOPTEC, 2017.

FREITAS, Tais Viudes de. **A quem serve a disponibilidade das mulheres? : relações entre gênero, trabalho e família.** Campinas, SP, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305076/1/Freitas_TaisViudesde_D.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008, 323 p.

HERRERA, Karolyna Marin. **Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola.** Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf. Acesso em: 29 set. 2020.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, ed. especial, p. 208-233, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v 37, n. 132, p. 595 – 609, set/dez. 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132> . Acesso em: 12 jan. 2021.

KERGOAT, Daniele. O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero? *In*: MARUANI, Margaret (Org). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, 332p.

LANGBECKER, Tatiele Belem. Gênero e trabalho na pecuária familiar: uma leitura a partir da divisão sexual do trabalho. **Revista Alamedas**, [S.l.], v. 5, n.2, 2017.

MACIAZEKI GOMES, R. C.. Margaridas, Luta e pé na estrada. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: DIREITO, DIVERSIDADE E AFETOS, 2017, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis, 2017.

MAFORT, Kelli. **Mulheres do MST construindo novas relações de gênero dentro e fora do movimento.** 2020. Disponível em <https://mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento/> Acesso em: 28 set. 2020.

MENASCHE, Renata. **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. v.1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIELITZ NETO, Carlos Guilherme A.; MELO, Lenivaldo M. de; MAIA, Cláudio M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre, SEAD/UFRGS, 2010, p. 27-42. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56444/000784243.pdf;sequence=1>

Acesso em: 20 set. 2020.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 255p.

MOVIMENTO SEM TERRA - MST. **Quem somos?** Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MOVIMENTO SEM TERRA - MST. **Arquivos do Setor de Gênero do MST**. 1996. Disponível em: <https://mst.org.br/genero-mst/>. Acesso em: 20 set. 2020.

MOVIMENTO SEM TERRA - MST. **Cartilha de Formação: Setor de Gênero**. Porto Alegre: MST, 2018.

MOVIMENTO SEM TERRA - MST. **Cartilha Programa Agrário do MST**. 3. ed. São Paulo: MST, 2014.

NOLETO, Rodrigo (ISPN). **Agricultura Familiar e a Regularização Sanitária de Alimentos: desafios e oportunidades**. Brasília/DF: [s.n.].

OLIVEIRA, J. A.; MATSUO, M. (org). O trabalho emocional e o trabalho de cuidado. *In: SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA DA FUNDACENTRO*, 1., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, SP: FUNDACENTRO, 2014.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcante de. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? *In: ARAÚJO, Clara Maria De Oliveira; SCALON, Maria Celi Ramos Da Cruz (Org.)*. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PAULILO, Maria Ignêz S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, n. 28, v. 5, fev. 1987.

PREZOTO, Leomar Luiz. **Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado**. Brasília, DF: CONTAG, 2016.

PREZOTO, Leomar Luiz. **Sustentabilidade da agroindústria familiar: implicações da legislação sanitária**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Instituto de Assessoria para Desenvolvimento Humano, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 40.079** de maio de 2000. Cria o programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-40079-2000-rio-grande-do-sul-cria-o-programa-de-agroindustria-familiar-do-estado-do-rio-grande-do-sul-institui-o-selo-de-marca-de-certificacao-sabor-gaucha-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 jan. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 49.341**, de 05 de julho 2012. Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, institui o selo de marca de certificação "Sabor Gaúcho" e dá outras providências. Disponível em :<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=243084>. Acesso em: 29 set. 2020.

RODRIGUES, Sandra N. **A participação das mulheres e produção de auto-sustento no fortalecimento da agricultura camponesa em assentamentos de Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul**. Monografia (especialização), Departamento de Extensão Rural e Educação Agrícola, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

SANTOS, Jaqueline Sgarbi **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do rio Grande do Sul: uma análise do processo de comercialização**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas.). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

SARTRE. Xavier Arnauld de (et al). O "bom" casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das "tarefas" femininas em áreas de fronteira. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo Antônio. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: Considerações a partir do Brasil. *In*: NEIMAN, Guilherme; CRAVIOTTI, Clara (org.). **Entre el campo y la ciudad, desafios y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed, Porto Alegre. Editora UFRGS: 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; FERRARI, Dilvan L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar : o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Revista Organizações Rurais e Agroindústrias**, v. 17, n. 1. UFLA, 2015. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/949> Acesso em: 30 set. 2020.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Cadernos do Ceam**, Brasília, v. 5, n.17, p.23-42, fev. 2005.

SILVEIRA, Paulo Roberto. C. da; HEINZ, Clóvis U. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. *In*: CONGRESSO. INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, 1., 2005, São Luiz Gonzaga-RS. **Anais [...]**. São Luiz Gonzaga, 2005.

SOUZA DE OLIVEIRA, Leidiane. Patriarcado, conservadorismo contemporâneo e os desafios para as mulheres no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 2, 2018, Jul.-Dez., p. 845-862. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3211/321158845012/321158845012.pdf> Acesso em: 07 dez. 2020.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO ENTREVISTA AS MULHERES SÓCIAS/TRABALHADORAS DA AGROINDÚSTRIA MAÕS NA MASSA

Data da entrevista: __/__/__.

Perfil

Nome: _____

idade: _____

Escolaridade:

() Ensino Fundamental () Ensino médio () graduação () pós graduação

Composição familiar: quantas pessoas residem na casa e quem são.

Parentesc	Idade	Ocupação	Onde mora
o			

Há quantos anos está no assentamento?

Questões referentes ao Objetivo 1:

1. Fale um pouco com foi tua trajetória de vida na agricultura
2. Fale um sobre sua origem (de onde veio) e chegada no assentamento
3. Quando foram assentados, como foi esse começo, o que produziam, como se organizavam em relação ao trabalho no lote e em casa? Observação: Aqui questionar sobre as relações de trabalho, o que cada um era responsável na divisão de tarefas.
4. Como você organizava as atividades domésticas, como era teu tempo de trabalho? Obs: Que atividades ela fazia em casa (dentro de casa, filhos, no pátio, jardim, horta (se tiver)), pra depois perguntar como ela se organizava...
5. Você já produzia alimentos para a venda antes de estar na agroindústria? Se sim o que e onde vendia?
6. Como se dava o uso de matérias primas para produção artesanal (caseira) de alimentos?
7. E no que era investida a renda da comercialização destes produtos? E sobre a renda do lote no que era investida?
8. Além disso, você tinha algum trabalho extra (fora do lote) para complementação de renda familiar? Qual?
9. Você participava de alguma atividade de lazer/cultural? (algo que você te sentia bem)

Questões referentes ao Objetivo 2:

1. Como foi o processo de tomada de decisão em construir uma agroindústria e trabalhar com outras mulheres?
2. Como e porque ocorreu essa associação de mulheres?
3. Como foi possível a construção da agroindústria?
4. O que vocês produzem na agroindústria?
5. Como vocês acessam as matérias primas para a produção? Vocês tem produtos de matéria prima em casa?

6. O que é possível produzir em casa para utilizar na agroindústria? E quem faz o plantio/colheita e o cuidado desta produção?
7. Quais são os canais de comercialização? E quem são os consumidores dos produtos da agroindústria?
8. Como se dá o trabalho na agroindústria em relação a divisão de tarefas? Obs: o trabalho é coletivo/cooperado?
9. Como funciona a divisão do trabalho (há rotatividade nas tarefas diárias)?
10. Como funciona a gestão e o planejamento da produção (vendas, metas, demandas)?
11. Como são definidos e ou acordados tempos livres, férias, folgas?
 0. E desde que vocês têm a agroindústria, vocês tiveram que mudar alguma coisa em relação a produção e ou qualidade e padronização dos produtos?
 0. Vocês tiveram que fazer cursos de formação e orientação para tal, que mudanças isso trouxe para o trabalho na agroindústria?
 0. E em relação a renda, você acha que o trabalho na agroindústria é rentável? Como se dá a participação nos lucros?
 0. A renda da agroindústria é investida em que? (*Obs: fazer essa pergunta no pessoal e no coletivo*).
 0. Como o trabalho e a produção da agroindústria se relaciona com o assentamento?

Questões referentes ao Objetivo 3:

1. Como é trabalhar com mais mulheres, como você se sente?
2. O que você acredita que mudou depois que começou a trabalhar na agroindústria?
3. Você acha que teve mudanças também em relação ao trabalho na sua casa? Quais?
4. Como você tem se organizado ao tempo de trabalho em casa e na agroindústria? Como você concilia o trabalho nesses dois espaços? Obs: casa: filhos, alimentação, pátio, horta... E na agroindústria: etapas produtivas. mp, processamento, comercialização...

5. Qual a distância de sua casa até a agroindústria e como você vai até a agroindústria.
6. Em relação ao gerenciamento do lote, sobre produção, tomadas de decisões sobre a produção, como funciona? Você tem obrigações no lote/terra? Quais?
7. Como está seu tempo para lazer/cultura agora, depois da agroindústria? (diversão, atividades físicas...) Está conseguindo fazer coisas de te façam se sentir bem e saudável? Quais?
8. Quantos anos os filhos tinham quando você começou a trabalhar na agroindústria?
9. Como foi conciliar o trabalho em relação a maternidade com o trabalho na agroindústria?
10. Para finalizar, pensando em sua trajetória de vida, o que você avalia como pontos negativos e positivos. Obs: focando no objetivo geral da pesquisa.